



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Carolina Luiza Teles Ramos de Vasconcelos

**A divulgação científica no *Jornal do Commercio*: um estudo sobre a  
cobertura da tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya em  
Pernambuco**

Recife

2020

Carolina Luiza Teles Ramos de Vasconcelos

**A divulgação científica no *Jornal do Commercio*: um estudo sobre a  
cobertura da tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya em  
Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

**Área de concentração:** Comunicação

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

**Coorientador:** Prof. Dr. Diego Andres Salcedo

Recife

2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

V331d	<p>Vasconcelos, Carolina Luiza Teles Ramos de A divulgação científica no <i>Jornal do Commercio</i>: um estudo sobre a cobertura da tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya em Pernambuco / Carolina Luiza Teles Ramos de Vasconcelos. – Recife, 2020. 160p.: il. fig.</p> <p>Orientadora: Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.</p> <p>Inclui referências e anexo.</p> <p>1. Comunicação. 2. Divulgação científica. 3. Jornalismo. 4. Saúde. 5. Dengue. 6. Zika. 7. Chikungunya. I. Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello (Orientadora). II. Título.</p> <p>302.23 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2021-139)
-------	---	---------------------

Carolina Luiza Teles Ramos de Vasconcelos

**A divulgação científica no *Jornal do Commercio*: um estudo sobre a cobertura da tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya em Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 28/12/2020

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Diego Andres Salcedo (Coorientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Reis Melo (Examinadora externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

A todas as pessoas que tiveram suas  
vidas transformadas pelas arboviroses,  
em especial às famílias das crianças  
nascidas com a Síndrome Congênita do  
Vírus da Zika e suas mães de anjos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade em me guiar nesse caminho de erros e acertos, de tentativas e descobertas. Sou grata a Nossa Senhora das Graças pela proteção e amparo em todas as dificuldades, por me dar força, coragem e não me deixar desistir quando tudo parecia distante de ser concretizado.

À minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isaltina Mello Gomes, por aceitar ser meu porto seguro na carreira acadêmica, por ter abraçado esta pesquisa desde a seleção do Mestrado. Agradeço também pela parceria na realização dos dois Estágios Docência, por acreditar em mim e no meu trabalho, e pela inestimável compreensão quando dos pedidos para adiamento da defesa, principalmente no período de pandemia, em que respeitou meu tempo, sem julgamentos e cobranças. Sem você, nada disso seria possível. Serei eternamente grata por tudo o que dividimos nesse tempo.

Ao Prof. Dr. Diego Salcedo, coorientador desta pesquisa, pelas valiosas contribuições mesmo tendo pego o bonde andando. E aos Profs. Drs. Paula Reis e Heitor Rocha, avaliadores do trabalho no exame de qualificação e na defesa da dissertação. Meu muito obrigada pela disponibilidade e generosidade.

Aos meus estimados alunos de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco, nos períodos 2018.2 e 2019.1, com quem pude partilhar conhecimento, numa via de mão dupla sempre. Conhecer cada um, com seu perfil, suas inquietações e seus talentos, foi uma honra. O Estágio Docência foi uma experiência enriquecedora. Muito mais do que eu sequer poderia imaginar.

A Joel, meu marido, pelo apoio incondicional, pelos abraços nos momentos de dúvida, por dividir lágrimas e fraquezas na certeza de que venceríamos todas as tempestades. Tudo o que construímos até hoje me dá orgulho e certeza de que estamos firmes na missão de fazer feliz um ao outro.

A minha mãe, por sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acredito mais. Ela, que é a mulher mais guerreira e batalhadora que já conheci, que me ensinou os valores mais preciosos da vida: respeito e dignidade. Jamais esquecerei do seu olhar preocupado ao me ver, com febre, em abril, no pico da pandemia em nossa cidade. Ao que eu lhe disse, ainda sem saber que se tratava mesmo de uma infecção pelo novo

coronavírus: “fica tranquila, vou ficar boa. Ainda tenho uma dissertação para terminar”. A você, mãe, todo o meu carinho e admiração. Essa conquista é nossa.

Às minhas chefes na TV Globo Recife, Marjorye Cavalcanti e Angélica Tasso, por todo apoio nesses dois anos e nove meses. Por todas as vezes em que precisei me ausentar do trabalho e que entenderam a importância disso para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos queridos colegas de redação Arline Lins, Léo Burgos, Pedro Alves e Bruno Marinho, por partilharem os anseios de precisar dar conta de tantos afazeres, por dividirem as angústias e o cansaço de conciliar trabalho em redação com o Mestrado. Obrigada pelas palavras de apoio e incentivo, que sempre chegaram nas horas mais importantes.

E, por fim, a todos os que fazem o PPGCOM (em especial Zé, Roberta e Cláudia, pelas tantas vezes em que foram fundamentais para que eu pudesse contornar os desafios burocráticos deste caminho, sempre com muita disponibilidade e vontade de ajudar) e à UFPE, uma instituição pública, gratuita e de qualidade, que é e sempre haverá de ser um espaço de discussão e de respeito às diferenças. Mesmo que estejamos vivendo momentos sombrios, em que a ciência e o conhecimento são postos em xeque, haveremos de vencer o obscurantismo. Parafraseando o mestre Quintana, eles passarão. Nós passarinho!

## RESUMO

Este trabalho faz um estudo sobre a divulgação científica na imprensa, utilizando o contexto da epidemia de dengue, zika e chikungunya, no Brasil, entre 2015 e 2017 e, ainda, a descoberta dos casos de microcefalia e outras malformações congênitas em bebês causadas pelo vírus da zika. Nesse período, Pernambuco foi o estado para o qual as atenções se voltaram por conta do número de casos e do protagonismo dos cientistas locais em empreender pesquisas que pudessem explicar as causas e as consequências da tríplice epidemia. A partir das reflexões sobre discurso de Bakhtin e Charaudeau, este estudo analisa como foi a cobertura da imprensa pernambucana na ocasião. Para isso, foram selecionadas as notícias e reportagens do *Jornal do Commercio* num período que compreende dois anos: de junho de 2015 a junho de 2017. A partir do trabalho de seleção e categorização temática do material coletado, o objetivo foi identificar qual o espaço dado à ciência no periódico e quais discursos sobre o tema arboviroses foram produzidos pelo *Jornal do Commercio* na ocasião. Com a análise, observamos que a cobertura do impresso seguiu uma estrutura alinhada ao discurso advindo das autoridades de saúde do estado, sem aprofundar as questões sociais causadoras da proliferação do mosquito, além de ter promovido uma ação de divulgação científica de cunho educativo, porém superficial, que não chegou a proporcionar uma mudança de perspectiva no tratamento da ciência nas páginas do jornal.

**Palavras-chave:** zika; dengue; chikungunya; divulgação científica; jornalismo; saúde.

## ABSTRACT

This paper makes a study about the scientific dissemination in the Press, using the context of the dengue, zika and chikungunya epidemic, in Brazil, among the years of 2015 and 2017 and, also, the discovery of the cases of microcephaly and other congenital malformations in babies caused by the virus of Zika. During this period, Pernambuco was the state in which attention turned due to the number of cases and the role of local scientists in undertaking research that could explain the causes and consequences of the triple epidemic. Based on the reflections on Bakhtin and Charaudeau's discourse, this study analyzes how the coverage of Pernambuco press was at the time. For this, the news and reports from *Jornal do Commercio* were selected in a period that comprises two years: from June 2015 to June 2017. Based on the work of selection and thematic categorization of the collected material, the objective was to identify which space was given to science in the periodical and which speeches on the subject of arboviruses were produced by *Jornal do Commercio* at the time. With the analysis, we observed that the coverage of the newspaper followed a logic aligned with the discourse coming from the health authorities of the state, without deepening the social issues that cause the mosquito's proliferation, in addition to promoting an educational action, however superficial, which failed to provide a change in perspective in the treatment of science on the newspaper pages.

**Keywords:** zika; dengue; chikungunya; scientific divulgation; journalism; health.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Potencial de disseminação do vírus zika.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 2 – Diagrama do Agendamento Mídia x Governo.....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 3 – Sistema Científico – Reprodução.....</b>	<b>80</b>
<b>Figura 4 – Composição de página do JC com matérias vinculadas.....</b>	<b>95</b>
<b>Figura 5 – Imagens de mutirões para controle do Aedes Aegypti.....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 6 – Infográfico do JC com orientações ao leitor.....</b>	<b>109</b>
<b>Figura 7 – Mudança de estratégia gráfica nas páginas do JC.....</b>	<b>111</b>
<b>Figura 8 – Infográfico do JC sobre a microcefalia.....</b>	<b>115</b>
<b>Figura 9 – Representação dos recém-nascidos com microcefalia no JC.....</b>	<b>116</b>
<b>Figura 10 – Campanha do JC e do Governo de Pernambuco.....</b>	<b>123</b>
<b>Figura 11 – Logomarca estampada na abertura das matérias.....</b>	<b>123</b>
<b>Figura 12 – Infográficos sobre pesquisa científica.....</b>	<b>129</b>
<b>Figura 13 – Representação do cientista nas páginas do JC.....</b>	<b>138</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Número de Casos de Arboviroses e Síndrome Congênita.....</b>	<b>16</b>
<b>Gráfico 2 – Perfil dos leitores do <i>Jornal do Commercio</i>.....</b>	<b>18</b>
<b>Gráfico 3 – Redução dos casos de dengue entre 2015 e 2017.....</b>	<b>87</b>
<b>Gráfico 4 – Casos de chikungunya, zika e SCVZ entre 2015 e 2017.....</b>	<b>87</b>
<b>Gráfico 5 – Distribuição dos textos jornalísticos por cadernos.....</b>	<b>90</b>
<b>Gráfico 6 – Distribuição dos textos jornalísticos por categorias.....</b>	<b>96</b>
<b>Gráfico 7 – Cobertura do Jornal do Commercio sobre a tríplice epidemia.....</b>	<b>122</b>
<b>Gráfico 8 – Evolução dos casos de arboviroses em Pernambuco.....</b>	<b>122</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 – Títulos que utilizam palavras e expressões com referências bélicas.....</b>	<b>105</b>
<b>Quadro 2 – Títulos que atribuem características psicológicas à epidemia.....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 3 – Títulos que reforçam o caráter inusitado da microcefalia.....</b>	<b>113</b>
<b>Quadro 4 – Distribuição dos textos jornalísticos na categoria “Pesquisas”.....</b>	<b>126</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ZIKA, DENGUE E CHIKUNGUNYA: O CONTEXTO DA EPIDEMIA.....</b>	<b>23</b>
2.1	DISSEMINAÇÃO DO Aedes Aegypti e surgimento da dengue.....	24
2.2	A descoberta e a potência do vírus Zika.....	28
2.3	Chikungunya, a doença das dores nas articulações.....	31
2.4	O Brasil e a tríplice epidemia.....	33
2.5	Pernambuco como centro das atenções.....	37
<b>3</b>	<b>O DISCURSO E A PRODUÇÃO DE SENTIDO.....</b>	<b>40</b>
3.1	O discurso jornalístico.....	45
3.2	Condições de produção do jornalismo.....	48
<b>3.2.1</b>	<b>O fetiche da velocidade.....</b>	<b>51</b>
3.3	Crêterios de noticiabilidade: o valor da informação.....	53
3.4	O agendamento e a epidemia de notícias.....	55
<b>4</b>	<b>JORNALISMO CIENTÍFICO E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>59</b>
4.1	Jornalismo científico no Brasil e no mundo.....	61
4.2	Sobre o discurso jornalístico e o discurso científico.....	66
4.3	O tempo jornalístico e o tempo da divulgação científica...	75
4.4	Divulgação científica, midiática e ação política.....	78
<b>5</b>	<b>O JORNAL DO COMMERCIO E A COBERTURA DA EPIDEMIA.....</b>	<b>83</b>
5.1	Metodologia da pesquisa.....	85
5.2	Categorização das notícias e reportagens.....	91
5.3	Análise da estruturação da cobertura.....	102
<b>5.3.1</b>	<b>O espaço da divulgação científica.....</b>	<b>125</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Ciência didática para o público.....</b>	<b>128</b>
<b>5.3.3</b>	<b>As falas de autoridade e a figura do cientista.....</b>	<b>135</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>
	<b>ANEXO A – REPRODUÇÃO DAS REPORTAGENS DO JC.....</b>	<b>153</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A comunicação se faz presente em todas as relações sociais, independentemente de hierarquia. Estudar a comunicação e os discursos produzidos é uma forma de perceber como se dão essas relações sociais, suas implicações e seus jogos de poder, pois os discursos são carregados de ideologia. A palavra (escrita ou falada) traz consigo uma rede de vivências, experiências e posicionamentos de quem a profere e sempre se destina a alguém ou a um grupo. É por meio dos discursos que o ser humano interage e se afirma como sociedade. E é através da linguagem que as relações se tornam uma teia e dão sentido à existência humana.

Os meios de comunicação e a imprensa têm um papel fundamental na construção dessas relações, tendo em vista que as pessoas se conectam e se atualizam sobre o mundo em tempo real sem haver fronteira geográfica – barreira que há algumas décadas se pensava ser impossível transpor. A sociedade consome informação de qualquer tipo, em tempo integral, e cria realidades a partir dela.

Por isso, é indiscutível a revolução causada pelo surgimento da internet. A era da informação desconhece as limitações do tempo. Na modernidade líquida, do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, nada é sólido, nada é feito para durar porque tudo acontece muito rápido, e se desfaz mais rapidamente ainda. A velocidade virou um fetiche (MORETZSOHN, 2002), algo a ser cultuado, admirado e atingido como forma de status político, econômico, cultural e também social. Se o indivíduo não acompanha as transformações do mundo com rapidez e perspicácia, fatalmente é posto à margem da sociedade, considerado um fracassado. Esse fetichismo da velocidade, como um bichinho que infecta as instituições que compõem o funcionamento da vida em comunidade, é umas das características basilares do jornalismo. Ele já surgiu sob essa égide da atualidade, em que a novidade se desfaz com a velocidade em que uma novidade “ainda mais nova” surge.

O jornalismo é pautado no fetiche da velocidade, pois, como apontado por Moretzsohn (2002, p. 148), “especialmente nesses tempos globalizados, em que a velocidade parece adquirir um valor em si, seria mais apropriado dizer que essa noção de urgência é o grande fetiche da vida (pós) moderna”. Os assuntos que, numa semana, são os mais importantes, mais noticiados e mais analisados pela imprensa passam das manchetes, das coberturas incansáveis, ao total esquecimento na semana posterior,

seguindo-se um silenciamento até que um fato novo retome a importância de tais assuntos, mesmo quando estes modificam completa e permanentemente a dinâmica de vida de um determinado grupo social.

Em 2015, o Brasil passou a viver o que hoje é considerada pelos especialistas uma das maiores emergências em saúde pública da história do país: a descoberta do vírus da zika em território nacional e a sua relação posterior com os casos de malformação congênita em bebês nascidos de mulheres que foram infectadas pelo vírus. Começava a nascer uma geração de crianças com microcefalia e outras síndromes que comprometiam o desenvolvimento motor, visual e da fala, batizada de Síndrome Congênita do Vírus da Zika (SCVZ). Milhares de famílias se viram no meio de um furacão. O agente transmissor do zika, o *Aedes Aegypti*, já era um velho conhecido da sociedade: o mesmo mosquito que transmitia a dengue – doença com a qual os brasileiros estavam habituados há décadas –, responsável pelo adoecimento de milhões de pessoas em vários ciclos de epidemia ao longo dos anos, sem que as autoridades públicas conseguissem pôr um fim definitivo a esses repetitivos ciclos.

Um pouco antes, em 2014, os brasileiros haviam visto surgir uma nova doença também transmitida pelo *Aedes*, a chikungunya. O vírus ficou marcado por sintomas característicos: dores nas articulações que comprometem a locomoção e a atividade motora dos infectados por longos períodos. Logo, em 2015, o país se deparou com uma tríplice epidemia de doenças causadas pelo mesmo transmissor, algo sem precedentes na história do Brasil. Começava aí uma verdadeira corrida contra o tempo (imprescindível, no sentido de que vidas precisavam ser salvas) para implementar políticas públicas, atender a população doente, pesquisar causas e consequências da epidemia e informar a sociedade. Não poderia ser, de fato, tarefa das mais fáceis.

As milhares de famílias que tiveram suas vidas eternamente marcadas pelas doenças, seja por conta da morte de parentes por dengue, das sequelas deixadas pela chikungunya, ou ainda pelos cuidados integrais com as crianças nascidas com a síndrome congênita do zika, precisavam de suporte. À imprensa, por sua vez, cabia um papel social de dar visibilidade a essas pessoas e cobrar das autoridades ações efetivas de controle do mosquito e estratégias para proporcionar às vítimas diagnóstico e atendimento adequados.

Trabalhando como jornalista na redação da *TV Globo* do Recife, nesse período, pude acompanhar o desenrolar dessa situação de emergência que exigia ação científica,

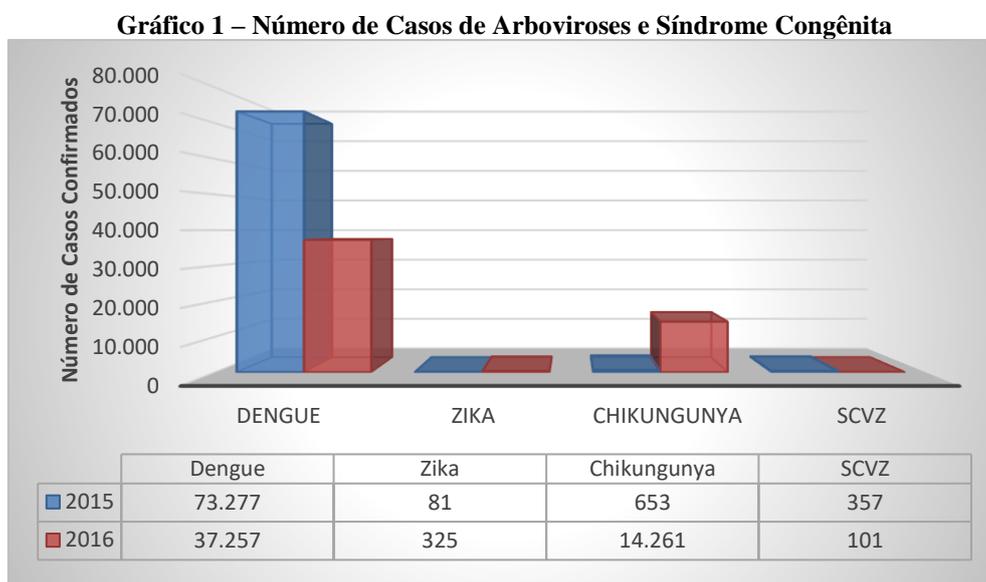
política e social num curto prazo de tempo. A despeito da zika, doença que ganhou maior visibilidade por conta das centenas de bebês que nasceram com a malformação, as perguntas eram muitas e não havia respostas para todas elas. E, ainda, não se sabia quando essas repostas viriam, tendo em vista que em nenhum país do mundo onde o zika circulou havia relatos de mulheres grávidas que contraíam o vírus e davam à luz bebês com malformação e graves comprometimentos neurológicos. O fetiche da velocidade ganhou um terreno fértil para sua disseminação. Era preciso agir rápido e informar rápido, à altura que a tríplice epidemia exigia. Afinal, vidas estavam em jogo, famílias requeriam atenção e cuidados especializados.

O problema é que a ação política foi pífia. As epidemias de dengue, zika e chikungunya, no geral, tinham localização geográfica e classe social bem definidas. Como bem pontua McNeil (2016, p. 36), “o Zika pode atingir qualquer um, mas é mais provável que atinja a população mais carente, que vive em favelas com esgoto a céu aberto e pilhas de lixo acumulando água da chuva, onde os mosquitos se reproduzem”.

Para se ter ideia, uma pesquisa realizada pela Fiocruz Pernambuco, em parceria com o Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, em 2018, mostrou que 50% das famílias atingidas pela Síndrome Congênita do Vírus da Zika tinham renda entre um e três salários mínimos. Na época, valor que variava entre 954 reais e 2862 reais, ou seja, metade das vítimas eram pessoas cuja moradia, em territórios periféricos, não possuía condições adequadas de saneamento, abastecimento de água e coleta de lixo. E que, após a epidemia, ainda veriam sua renda ser ainda mais comprometida com cuidados em saúde para os pequenos recém-chegados à família, diante do déficit do atendimento público em terapias e consultas ambulatoriais.

A maioria dos casos de dengue, zika e chikungunya, bem como as confirmações da síndrome nos bebês, foi registrada no Nordeste em 2015 e em 2016. Pernambuco acabou sendo o centro das atenções não só pela quantidade de registros, mas também por ter sido o primeiro estado a notificar o Ministério da Saúde a respeito dos casos de microcefalia que começaram a surgir num número muito acima do padrão observado na época, em comparação com os últimos anos. Apenas entre 2015 e 2016, a Secretaria de Saúde de Pernambuco confirmou 110.534 casos de dengue, 14.914 de chikungunya e 406 casos de zika. Ainda de acordo com a secretaria, 458 bebês nasceram com a Síndrome

Congênita do Vírus da Zika nesses dois anos. Os dados foram dispostos no gráfico abaixo, para melhor visualização:



Fonte: Secretaria de Saúde de Pernambuco

Cientistas locais passaram a dar atenção às doenças, empreendendo pesquisas que pudessem responder as perguntas sobre as causas e as consequências da epidemia, bem como atrair investimentos públicos e privados para os seus laboratórios, numa tentativa também de elevar o status da ciência local dentro do cenário nacional, tão marcado por lugares de fala nos quais os pesquisadores do eixo Sul-Sudeste têm mais voz e mais destaque, “pois as *descobertas científicas* nunca são solitárias: fazem parte de um amplo jogo de soluções de quebra-cabeças em que vários jogadores concorrem simultaneamente.” (DINIZ, 2016, p. 6).

O protagonismo dos pesquisadores e especialistas pernambucanos, assim como o fato do estado concentrar os maiores números de casos das doenças, fizeram com que os meios de comunicação locais dessem grande espaço, na época, ao que estava acontecendo. TVs, portais de internet, rádios e jornais impressos assumiram uma postura de levar à sociedade, quase que diariamente, pelo menos nos primeiros meses, as informações que estavam surgindo das autoridades políticas e de saúde, assim como a de mostrar a situação dos atingidos pela epidemia. Nesse contexto, o papel da mídia local foi fundamental no sentido de reportar à população o andamento das últimas pesquisas científicas a fim de trazer maior entendimento sobre o que se vivia.

Diante de situação tão atípica e desafiadora para várias esferas da sociedade, a inquietação da autora era uma só: o que será dessas famílias daqui a alguns anos, quando essa epidemia for esquecida e as políticas públicas de proteção a elas continuarem inexistentes ou ineficazes? A motivação para este trabalho, que se propõe a apresentar o contexto de tal epidemia e tem por objetivo fazer um estudo sobre a divulgação midiática da ciência, surgiu dessa reflexão. Por isso, a segunda seção, após esta introdução, busca fazer um apanhado da epidemia de dengue, zika e chikungunya, a partir de Diniz (2016) e McNeil (2016) e de dados da Secretaria de Saúde de Pernambuco. Nas demais seções, percorre-se o caminho para fazer um estudo sobre o espaço destinado à ciência e sobre os discursos produzidos acerca da epidemia no jornalismo local.

O veículo de comunicação selecionado para a pesquisa, não por acaso, foi o jornal impresso, pois nele “o fetiche se revela com mais clareza: também ele está submetido à ‘lógica da velocidade’, mas é obviamente incapaz de segui-la, uma vez que o ‘tempo real’ será inevitavelmente o tempo de ontem.” (MORETZSOHN, 2002, p. 140). Em Pernambuco há três jornais de grande circulação: o *Diário de Pernambuco*, a *Folha de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*. A ideia de escolher um jornal do estado se justifica porque Pernambuco, como já citado anteriormente, foi o centro da epidemia de dengue, zika e chikungunya, além de casos da síndrome em bebês.

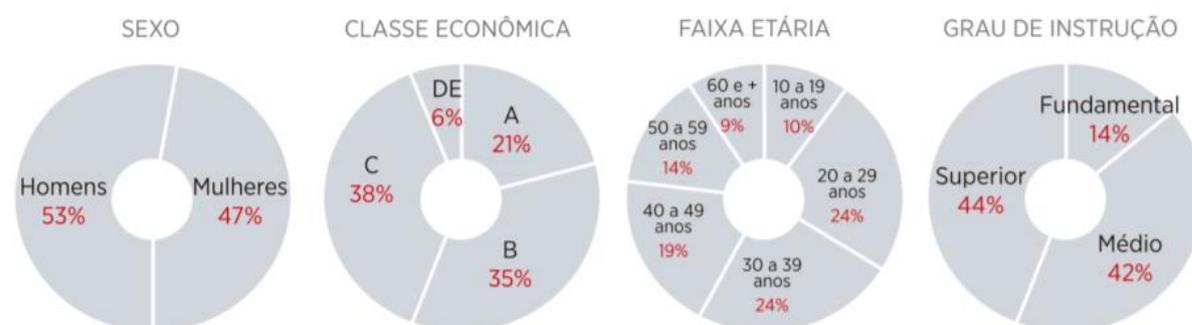
Inicialmente, a proposta era fazer uma análise comparativa entre os três jornais, pois entendemos que uma abordagem desse tipo traria uma riqueza de conteúdo ainda maior para a pesquisa, mas, diante das limitações de tempo para dar andamento ao trabalho e da grande força-tarefa empregada para categorizar e analisar todo o material coletado, foi necessário escolher apenas um deles e optar por um estudo de caso. O objeto desta pesquisa ficou, então, restrito ao *Jornal do Commercio* (JC), um dos mais antigos do Brasil. Em comparação com os outros dois concorrentes, teve uma cobertura mais extensa e completa, e contava ainda, à época, com repórteres mais familiarizados com o campo da ciência, o que rendeu ao veículo alguns furos jornalísticos sobre o assunto, incluindo o mais importante deles até então - a possível relação de causalidade entre o vírus da zika e a síndrome congênita, que se confirmaria algumas semanas depois.

O impresso integra o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação e, em 2015, ano de início da tríplice epidemia, possuía uma tiragem que passava dos 38 mil exemplares nos dias úteis e dos 48 mil aos domingos. De acordo com os dados do Instituto

Verificador de Comunicação (IVC), em dezembro de 2014, o JC tinha a maior carteira de assinantes do estado. As classes A, B e C<sup>1</sup> somavam 94% dos leitores segundo os Estudos Marplan/EGM do Ipsos, feitos entre 2013 e 2014, conforme mostra o gráfico abaixo. E o grau de instrução deles é majoritariamente formado por ensinos Médio e Superior. O número de leitores de segunda a domingo passava dos 380 mil.

**Gráfico 2 – Perfil dos leitores do *Jornal do Commercio*<sup>2</sup>**

São **382 mil** leitores do *Jornal do Commercio*.



Fonte: Estudos Marplan/EGM - OUT/13 a SET/14 - Grande Recife - Ambos os sexos - 10 e + anos - Líquida todos os dias - Impresso + Internet.

Aqui é interessante pontuar que nos chamou a atenção o fato de o JC praticamente não ser lido por pessoas que compõem as classes D e E. Ou seja, por muitos meses, o jornal falou quase que diariamente *das* famílias mais atingidas pela Síndrome Congênita do Vírus da Zika, mas praticamente não falou *para* essas famílias: a tríplice epidemia chega de forma mais intensa onde a população não lê o jornal. Aqui nos coube perguntar: qual a estrutura da cobertura do JC sobre o assunto? Junto a esse questionamento, trazemos as perguntas-problemas desta pesquisa: como foram retratadas, dentro da cobertura, as pesquisas e descobertas científicas desenvolvidas em Pernambuco? Quais

<sup>1</sup> Os critérios utilizados para definir as classes sociais são estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fazem parte da Classe A os que recebem mais de 20 salários mínimos; Classe B, entre 10 e 20 salários mínimos; Classe C entre quatro e 10; Classe D entre dois e quatro; Classe E, por fim, até dois salários mínimos.

<sup>2</sup> Pesquisa realizada pela Marplan/EGM e gráfico retirado do Mídia Kit de 2015 do *Jornal do Commercio*.

efeitos de sentido foram reverberados nesse contexto dos surtos das doenças? **Nosso objetivo com isso foi identificar qual o espaço dado à ciência no jornal e quais discursos sobre o tema arboviroses foram produzidos na ocasião.**

Também nos interessou observar o comportamento da cobertura, tendo como hipótese<sup>3</sup> o fato de que as epidemias de dengue, zika e chikungunya causaram também uma epidemia de notícias no jornal que, assim como a das doenças, em determinado momento perdeu força. Outras hipóteses sugeridas são de que as notícias e reportagens sobre as pesquisas e descobertas científicas dos estudiosos pernambucanos foram abordadas de forma superficial, priorizando um caráter primordialmente didático para entendimento do público leitor do jornal, mas que, mesmo assim, foram fundamentais para a divulgação da ciência local; e que a cobertura do JC sobre a epidemia, no geral, focou muito mais na questão da “guerra” contra o mosquito e no retrato humanizado das famílias atingidas especialmente pelo zika (num aspecto de dramaticidade) do que em discussões mais aprofundadas sobre as mazelas sociais que impulsionaram o nascimento de uma geração de crianças com problemas neurológicos e sobre políticas públicas a longo prazo para atendimento psicológico, social, de saúde, e de educação para essas famílias. No fim das contas, elas estavam fadadas a serem esquecidas pelo poder público e pela imprensa em questão de alguns meses.

Na terceira seção, buscamos trazer reflexões sobre o discurso, a partir dos conceitos de gêneros do discurso e de dialogismo de Bakhtin (1988, 2006, 2016). Para o autor, todas as esferas da atividade humana estão ligadas pela palavra e a relação entre falante e ouvinte, escritor e leitor, se dá num processo de interação em atividade. Todo discurso de um indivíduo é perpassado por vários outros discursos em jogos de alternância e de poder, pois os enunciados são, por excelência, espaços de luta entre vozes sociais, ou seja, o lugar das contradições. As discussões de Brait (2005, 2008, 2015) e de Fiorin (2017), a partir dos conceitos bakhtinianos, também fazem parte dessa terceira seção, como forma de enriquecer a abordagem sobre discurso.

Os apontamentos de Charaudeau (2013, 2019) a respeito da mecânica de construção do sentido e dos efeitos de verdade, bem como sobre o contrato de informação midiático, são essenciais para delinear a questão do discurso das mídias, sob a perspectiva

---

<sup>3</sup> Segundo Bardin (1977, p. 98), “uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros”.

da sociedade em rede proposta por Castells (2001). Em seguida, a ideia é percorrer um caminho em que conceitos-chave e temas caros ao jornalismo sejam aprofundados como: tempo e atualidade, construção da notícia, valor-notícia, verdade e agendamento. Este, inclusive, é o gancho para que a pesquisa passe a tratar das condições de produção do jornalismo, a partir das reflexões de Neveu (2003, p. 122) sobre o cenário do jornalismo estar desenhado pelo que o autor chama de uma escrita sob pressão, considerando que “a relação com o tempo que obriga a dar conta de um fato durante as horas em que ele se desenrola induz a utilizar o presente ou a analogia superficial para explicar o novo”. A concepção de construção da notícia (ALSINA, 2009) será importante nesse percurso, assim como a discussão sobre jornalismo e verdade, que dá suporte teórico à seção.

Um elemento fundamental é o conceito de fetiche da velocidade abordado por Moretzsohn (2002, p. 24), a partir do entendimento de que “a base sobre a qual se desenvolve a percepção de ‘aceleração do tempo’ repousa sobre a própria lógica do capital”. Como os veículos de comunicação são, antes de tudo, empresas que buscam a solidificação no mercado por meio da obtenção de maiores vendas e, conseqüentemente, maiores lucros, essa percepção de “aceleração do tempo” que leva ao fetiche interfere diretamente na produção jornalística por estar inserida numa ideologia do consumo. Consideramos, assim, a notícia como um elemento fundamental nessa cadeia do consumismo na sociedade moderna.

Por fim, ainda na terceira seção, será abordada a hipótese da *Agenda Setting* (MCCOMBS, 2009), que mostra o papel da mídia no agendamento dos fatos. Essa teoria reflete o que, na prática, será abordado na análise a ser feita das notícias e reportagens do *Jornal do Commercio*, visto que a lógica da cobertura deste foi pautada por meses em desdobramentos (suítes) sobre as epidemias.

Entre 2015 e 2017, a cobertura da imprensa pernambucana passou por momentos distintos. Num primeiro momento, a partir de junho de 2015, antes do primeiro relato da circulação do vírus zika no estado, o destaque ficou por conta das mortes causadas pela dengue e dos casos da doença que cresciam em escala exponencial. Alguns meses depois, com a confirmação do aumento dos casos de microcefalia (ainda sem relação causal com o vírus zika), o fato novo provocou uma cobertura diferenciada (no sentido de mais intensa mesmo, se comparado com o que vinha sendo feito até então), que se refletiu em notícias e reportagens publicadas quase que diariamente.

Na quarta seção, a pesquisa passa a tratar sobre o jornalismo científico, pois o objeto de pesquisa envolve um corpus formado por notícias e reportagens que, embora publicadas majoritariamente nos cadernos com temáticas do cotidiano local, nacional ou internacional, por conta da abordagem sobre políticas públicas, versam primordialmente sobre saúde e ciência. Por isso, será feito um resgate sobre o jornalismo científico no Brasil e no mundo, que ganhou maior dimensão de profissionalização a partir das grandes guerras mundiais, de acordo com Bueno (2009) e Oliveira (2007).

A seção também se dedica a fazer uma reflexão sobre a divulgação científica tendo como base os estudos de Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013) e de Zamboni (2001). Serão abordados os principais entraves para uma divulgação midiática da ciência e também o papel do jornalista dentro desse contexto, ao trazer o conceito de retextualização de Marcuschi (2010) e Gomes (1995). A partir disso, a principal preocupação do trabalho passa a ser sobre o tempo da divulgação científica e o tempo das notícias utilizando conceitos de Epstein (2004, 2009) e tendo como auxílio a discussão de Moretzsohn (2002) sobre o fetiche da velocidade no jornalismo. Esta seção prepara o terreno para a abordagem da epidemia das doenças x epidemia das notícias e busca mostrar como a hierarquia da notícia muda com o passar do tempo (menos doença, menos notícias). O conceito de capital da notícia, de Marcondes Filho (1986), dá suporte a essa hierarquização.

A quinta seção deste trabalho traz a categorização e a análise das notícias e reportagens selecionadas do *Jornal do Commercio* ao longo de dois anos. Devido ao volume de textos, foi importante proceder com a extração de dados quantitativos do corpus, para depois partir para um trabalho qualitativo. Os dois métodos utilizados para tal foram a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise do Discurso (AD) francesa, tendo nesta última a vertente que melhor se adequa ao estudo, pois se propõe a dar conta de uma observação que ultrapassa a língua em si, levando em consideração toda a complexa relação que faz parte do discurso, como as condições de produção. Orlandi (1981, 2012), Brandão (2004) e Charaudeau (2013, 2019) são alguns dos teóricos que vão fornecer o arcabouço para essa análise, retomando a abordagem sobre o discurso da terceira seção do trabalho, sustentada pela percepção da linguagem como lugar de debate, de conflito.

É que a formação discursiva se constitui a partir da relação da linguagem com as condições de produção, mas também é definida pela sua relação com a formação ideológica, como propõe a AD, pois

[...] nesse tipo de análise, olha-se através do texto enquanto unidade significativa. Pensando-se aqui o texto não como unidade formal, mas pragmática, ou [...] texto como processo de significação em que também entram os elementos do contexto situacional. (ORLANDI, 1981, p. 9).

Na última seção são feitas as considerações a respeito das respostas encontradas para as perguntas lançadas no início da pesquisa e também propostas algumas reflexões sobre o trabalho jornalístico. Cabe lembrar aqui que tais considerações são fruto de várias vozes que se apresentam no discurso da autora, passando por suas bagagens e vivências pessoal, profissional e acadêmica ao longo dos anos. E que, como tal, são apenas contribuições temporárias e abertas a novas possibilidades.

Por isso mesmo, antes de iniciarmos o caminho teórico desta pesquisa, justificamos aqui nossa escolha pelo uso da primeira pessoa do plural (nós) em todo o trabalho por entender que as discussões aqui levantadas fazem parte desse apanhado de vozes que se somaram. Nenhuma linha sequer dessas 160 páginas foi escrita, como bem lembra Bakhtin (2016), sem fazer um elo com os enunciados anteriores e com os enunciados dos outros – teóricos, orientadores, professores, colegas de trabalho. Reforçamos que em momento algum interrompemos o silêncio do universo (BAKHTIN, 2016), apenas estamos assumindo nossa função de falante no mundo – a de ser um respondente o tempo todo, numa tentativa de contribuir para o diálogo em sociedade.

## 2 ZIKA, DENGUE E CHIKUNGUNYA: O CONTEXTO DA EPIDEMIA

Neste primeiro momento, faremos um apanhado histórico sobre o *Aedes Aegypti*, que é o transmissor das três doenças abordadas neste trabalho (zika, dengue e chikungunya), para, em seguida, abordar as características científicas e sociais destas viroses. Consideramos esse passeio pela história um elemento importante para entender como as doenças surgiram e chegaram ao Brasil, se desenvolveram e atingiram milhões de pessoas ao longo de décadas, com especial atenção para os últimos anos, quando o zika e a chikungunya, mais especificamente, provocaram uma emergência de saúde pública nacional. É uma ambientação necessária para compreender, mais à frente, de que forma essas características científicas e sociais se apresentaram na cobertura da imprensa.

É comum, na literatura científica, que um único vetor seja responsável pela transmissão de mais de uma doença. O *Aedes Aegypti*, além de ser o causador das doenças já citadas, é responsável por transmitir a febre do Vale do Rift e a febre amarela (RETS, 2016). O mosquito *Culex*, por sua vez, leva infecção por encefalite japonesa, filaríase linfática e febre do Nilo Ocidental. Já os carrapatos podem causar, entre outras doenças, febre hemorrágica da Crimeia-Congo, doença de Lyme e febre escafonodular.

De acordo com a Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde,

os vetores são organismos que podem transmitir doenças infecciosas entre os seres humanos ou de animais para humanos. Muitos destes vetores são insetos hematófagos, que ingerem micro-organismos produtores de doença durante uma refeição de sangue de um hospedeiro infectado (humano ou animal) e, posteriormente, o injeta em um novo hospedeiro durante a sua subsequente refeição de sangue. (RETS, 2016).

As doenças transmitidas pelos vetores são responsáveis por cerca de 17% de todas as doenças infecciosas registradas pela literatura médica. De acordo com a RetS (2016), em todo o mundo, estima-se que um milhão de pessoas morre, anualmente, em decorrência dessas enfermidades. Muitas mortes até mesmo poderiam ser evitadas se houvesse mecanismos de proteção adequados, difusão de informação e melhores condições de saneamento e acesso à água potável. Para os especialistas, “a globalização das viagens e do comércio, a urbanização não planejada e os desafios ambientais como as alterações climáticas estão tendo um impacto significativo sobre a transmissão das doenças nos últimos anos.” (RETS, 2016). Tanto que, anualmente, mais de um bilhão de casos de infecção por vetores é registrado.

As arboviroses são doenças transmitidas por vírus em que parte da replicação deste ocorre em insetos, como é o caso do *Aedes Aegypti*. A palavra arbovírus é um termo ecológico, que foi criado em 1942.

A origem do termo é da língua inglesa, uma junção das primeiras sílabas de *arthropod borne*. Em 1963, o termo arbovírus foi incorporado à linguagem científica, e os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), nos Estados Unidos, registraram a existência de mais de quinhentos arbovírus circulando no mundo. O único continente livre de arbovírus de forma endêmica é o Antártico; estão mais presentes na região dos trópicos, onde o clima e o ambiente favorecem sua disseminação. (DINIZ, 2016, p. 36).

No Brasil, segundo Diniz (2016), estão em circulação mais de 200 tipos de arbovírus e a maioria foi registrada pela primeira vez na Amazônia. Cerca de 30 deles causam doenças em humanos. Portanto, em alguns momentos deste trabalho, será utilizado o termo “arboviroses” para fazer referência a zika, dengue e chikungunya.

## 2.1 DISSEMINAÇÃO DO AEADES AEGYPTI E SURGIMENTO DA DENGUE

O mosquito *Aedes Aegypti* surgiu no Egito, na África, no período colonial das Grandes Navegações. A principal hipótese, de acordo com a Fiocruz, é que ele tenha se espalhado por regiões tropicais e subtropicais no século XVI, durante o tráfico de escravos em navios. O transmissor foi descrito cientificamente pela primeira vez em 1762 e possui grande capacidade de adaptação ao meio ambiente, podendo se reproduzir em água limpa e suja, parada ou não (FINEP, 2016). O ciclo de vida do mosquito dura, em média, um mês, e o seu horário de ataque normalmente é durante o dia, embora haja relatos de atividade do *Aedes* à noite, segundo informações da Finep (2016). Ainda sobre o seu ciclo, há três fases distintas, a saber: o ovo, a fase chamada de aquática (quando ainda é uma larva) e a etapa adulta, quando toma sua característica de inseto voador.

É nessa fase em que a contaminação entre mosquito e seres humanos ou animais acontece. “Só a fêmea do *Aedes* é capaz de se alimentar de sangue e, com isso, transmitir o vírus [...]. Quando a fêmea pica os seres humanos, involuntariamente inocula partículas virais caso esteja infectada.” (FINEP, 2016). Os machos não transmitem as doenças porque não se alimentam de sangue, mas sim de carboidratos de origem vegetal. As fêmeas, reprodutoras, podem produzir até cem ovos por ciclo de alimentação (que acontece a cada três dias). Dessa forma, em um mês, a fêmea do *Aedes* pode depositar no ambiente até mil ovos em média.

Tais ovos não são colocados diretamente na água, mas em paredes de depósitos que, em muitos casos, estão dentro das casas das pessoas ou em terraços e quintais. Por isso, diz-se que o *Aedes* é um mosquito caseiro, que vive em perfeita harmonia com o ser humano sem ser percebido – um hóspede indesejado. Segundo a Finep (2016), os ovos da fêmea eclodem após dez minutos de contato com a água. Daí o fato das campanhas de combate ao mosquito (divulgadas, inclusive, nos meios de comunicação em determinadas épocas do ano ou sempre que um novo ciclo de epidemia surge) recomendarem insistentemente que

as pessoas, além de evitarem deixar recipientes com água parada, limpem as paredes desses depósitos com esponja e sabão. Os criadouros são principalmente pneus, latas, vidros, garrafas, vasos de flores, pratos de vasos, caixas de água, tonéis, latões, cisternas, piscinas, tampinhas de garrafas, bebedouros de animais, entre outros. (FINEP, 2016).

A mídia tem tido um papel importante ao longo de décadas nessa questão do controle do *Aedes*, sendo uma instância educativa dentro da sociedade. As reportagens de rádio, TV, internet e jornais replicam justamente tudo o que apresentamos até aqui: apenas a fêmea do mosquito consegue transmitir a doença; é preciso evitar focos de depósito dos ovos – a água parada principalmente; o transmissor está dentro da sua casa e é seu dever não deixar que ele se reproduza. O intuito da imprensa nessa abordagem, no geral, é educar o povo.

A despeito dessa relação da imprensa, é possível inferir que as doenças causadas pelo mosquito, além de serem um fenômeno epidemiológico, são também um fenômeno midiático que, por sua vez, conduzem o poder público a implementar políticas públicas de atenção à população, mesmo que apenas em curto prazo. As epidemias, no geral, em nossa sociedade, se apresentam como um fenômeno midiático porque trazem consigo um caráter de inusitado e de emergência pública, portanto, provocam situações de alerta que precisam ser divulgadas pelos meios de comunicação.

Cada vírus transmitido pelo mosquito foi descoberto pela ciência num momento distinto. O primeiro foi o da dengue, no fim do século XVIII, a partir de surtos registrados nos continentes asiático, africano e americano. Relatos da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) apontam que “a primeira epidemia de dengue no continente americano ocorreu no Peru, no início do século 19, com surtos no Caribe, Estados Unidos, Colômbia e Venezuela.” (FIOCRUZ).

No Brasil, os primeiros relatos da dengue também datam do século XIX (FINEP, 2016). A doença apareceu primeiro em Curitiba, na região Sul do país, mas não se sabe ao certo de onde foi importada e em quais circunstâncias. Ainda no século XX, o mosquito virou um grande problema de saúde pública, mas o motivo era a transmissão da febre amarela.

Por isso, houve um esforço para se trabalhar de forma efetiva na erradicação do *Aedes Aegypti*, empreitada que logrou sucesso, embora tenha sido por um curto espaço de tempo.

Em 1955, o Brasil erradicou o *Aedes Aegypti* como resultado de medidas para controle da doença. No entanto, no final da década de 1960, foi verificado que o vetor estava presente novamente em território nacional. Hoje, o mosquito é encontrado em todos os estados brasileiros. (FINEP, 2016).

Foi justamente em 1908, quando a cidade do Rio de Janeiro passava por um surto de febre amarela, que a primeira pesquisa sobre o mosquito tomou forma. Antonio Gonçalves Peryassú, pesquisador do então Instituto Soroterápico Federal, que no mesmo ano passaria a ser chamado de Instituto Oswaldo Cruz (IOC), foi o primeiro pesquisador brasileiro a estudar o ciclo de vida do *Aedes Aegypti*, seus hábitos e sua composição biológica. Tal pesquisa foi fundamental para erradicar o mosquito nos anos seguintes, como já descrito acima. E até hoje, segundo a Fiocruz, seus estudos são relevantes para o controle do transmissor.

Entre as descobertas feitas por Peryassú, uma das mais importantes é a relação do mosquito com a temperatura e a grande concentração populacional. Isso explica porque as doenças transmitidas pelo *Aedes* são mais comuns nas regiões dos trópicos, onde a densidade de pessoas vivendo numa mesma cidade é grande e onde as temperaturas são altas na maior parte do ano.

Ao realizar o primeiro levantamento detalhado da infestação do mosquito no Rio de Janeiro, o pesquisador associou a maior presença do *A. aegypti* ao aumento da densidade populacional de certas áreas da cidade e também mostrou a similaridade entre o mapa da concentração da população do inseto com o da ocorrência de casos de febre amarela. Suas observações mostraram, ainda, que a queda da temperatura ambiente para menos de 20°C interfere no desenvolvimento e na reprodução do mosquito, que se reduzem drasticamente, levando a uma redução dos casos. (FIOCRUZ).

Foram os resultados dessa pesquisa que fizeram o médico sanitário Oswaldo Cruz empreender uma campanha – até certo ponto controversa para a época – a fim de eliminar o mosquito, que chegou a ser controlado ainda nos anos 1920. Só que, como

exposto, o mosquito voltou a circular em território nacional e, com ele, outras doenças, além da febre amarela, passaram a exigir do poder público ações de enfrentamento, como é o caso da dengue.

É importante pontuar que todo esse contexto foi acompanhado e divulgado pela imprensa no século XX. A caça do sanitarista ao *Aedes Aegypti* ganhou as páginas dos jornais, principalmente os do Rio de Janeiro. A então capital do Brasil era o foco da doença na época. Considerado polêmico, o trabalho de erradicação incluía uma varredura nas ruas e nas casas. Relatos da época dão conta de que as residências nas quais eram encontrados os mosquitos recebiam uma espécie de mosquiteiro gigante, para que nenhum inseto escapasse. Em seguida, um produto tóxico para o *Aedes* era borrifado nos cômodos. Tal operação se repetia em todas as casas da vizinhança, mesmo sem o consentimento dos donos, pois os agentes ambientais tinham poder de polícia. Além disso, as pessoas infectadas pela febre amarela eram isoladas de forma compulsória.

Charges publicadas pela *Revista Ilustrada* e pelo semanário *Tagarela*, para citar alguns periódicos, teciam rigorosas críticas à caótica situação do estado e ao sanitarista Oswaldo Cruz<sup>4</sup>, que chegou a ser ridicularizado nas ilustrações em diversas ocasiões. Poucos anos antes da virada do século, o surto da doença entre os oficiais da Marinha da Itália, que haviam acabado de desembarcar na capital do Brasil, virou um escândalo internacional, acompanhado pela imprensa. Nesta época, é importante lembrar, de forma panfletária e sensacionalista. Foi em 1937 que a vacina para febre amarela passou a ser produzida no Brasil, o que possibilitou o controle da doença no país.

A primeira vez que a dengue passou por testes clínicos e laboratoriais documentados, sendo assim o primeiro caso oficial do Brasil, foi entre 1981 e 1982, na cidade de Boa Vista, Roraima (FIOCRUZ). Quatro anos depois, em 1986, aconteceram epidemias no Rio de Janeiro e em algumas capitais do Nordeste. Desde então, os brasileiros seguem convivendo com surtos periódicos da dengue. Hoje são conhecidos quatro sorotipos do vírus e um mesmo paciente pode ser infectado por todos eles, o que aumenta a gravidade da doença quando contraída a partir da segunda vez.

---

<sup>4</sup> Para outros detalhes sobre a epidemia de febre amarela, no Rio de Janeiro, no século XX, e sobre a cobertura da imprensa a respeito da doença e do trabalho de Oswaldo Cruz, ver <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/04/oswaldo-cruz-o-medico-que-derrotou-o-aedes>>. Acesso em: 13. out. 20.

Desde o fim da década de 1980, período em que os ciclos da epidemia de dengue passaram a ser frequentes no país, a doença ganhou ainda mais destaque na imprensa. É bem verdade, mais em alguns momentos do que em outros. Apesar disso, Ferraz e Gomes (2012) afirmam que o discurso do jornalismo sobre a dengue no Brasil vem sendo edificado ao longo dos anos, a partir de uma memória da doença pautada na imprevisibilidade e na singularidade do momento histórico. Os autores fazem referência às coberturas da mídia pernambucana durante as epidemias de dengue em 2002 e 2008.

## 2.2 A DESCOBERTA E A POTÊNCIA DO VÍRUS ZIKA

Os achados do zika foram primeiramente registrados na floresta de Zika, localizada em Uganda, na África, em 1947. O nome Zika é uma abreviação de Ziika que, em luganda, uma das principais línguas do país, significa “grande demais” (MCNEIL, 2016, p. 18). O vírus foi encontrado num macaco asiático, conhecido como Rhesus 766, e sua identificação surgiu a partir de uma febre alta do animal. A explicação para o adoecimento, de acordo com McNeil (2016, p. 20) era justamente o fato do animal não ser originário da África, porque “o Zika circulava entre macacos africanos havia milhares de anos, e eles teriam desenvolvido resistência a esse vírus”.

Após uma série de testagens, descobriu-se que, de fato, tratava-se de um novo vírus, batizado de zika. Depois disso, como tantas outras doenças, o zika caiu no esquecimento. Só em 1952 voltou-se a falar dele, quando autoridades de saúde britânicas pesquisavam um surto de icterícia da Divisão Afikpo da Nigéria Oriental, que era uma colônia britânica na época. Uma criança de dez anos, na ocasião, foi atendida numa clínica depois de sentir febre e apresentar dor de cabeça. Após os testes ela foi diagnosticada com zika (MCNEIL, 2016).

Depois disso, casos esporádicos foram citados na literatura médica. É provável que nos anos 1960 o vírus tenha se deslocado para a Ásia. Segundo McNeil (2016), em 1969 ele foi identificado na Malásia e, em 1977, no Paquistão e na Indonésia. “Em algum ponto – ninguém sabe ao certo quando e onde – o Zika escapou da Ásia. Passaria os poucos anos seguintes pulando de ilha em ilha pelo Sul do Pacífico, como os fuzileiros navais na Segunda Guerra Mundial, mas em sentido contrário.” (MCNEIL, 2016, p. 37). A doença só veio à tona novamente mais de 50 anos depois, em 2007, quando foi observada fora da África e da Ásia – mais precisamente em Yap, uma das Ilhas Carolinas

no Pacífico Ocidental e parte dos Estados Federados da Micronésia, na Oceania. Na ocasião, cerca de 500 habitantes (dos sete mil que viviam na ilha) adoeceram com o que se chamava de dengue branda.

Até aí, a cobertura da imprensa internacional era bem incipiente sobre o zika. Afinal de contas, o surto identificado em 2007 estava longe das grandes metrópoles e não se configurava uma ameaça para os países desenvolvidos, tendo sido os casos da doença mais localizados, distantes de um espalhamento global. Nos seis anos seguintes, mais um apagamento. Pouco se falou da doença e mais nenhum surto foi registrado. Interessante notar que esse silenciamento por parte da imprensa, na verdade, reflete um silenciamento que parte da própria ciência. E aqui consideramos que os motivos da falta de interesse em empreender estudos sobre a doença são os mesmos apontados quando falamos da imprensa: a zika estava longe de alterar o funcionamento e a rotina dos grandes centros econômicos.

Em 2007, ocasião da primeira epidemia de vírus zika fora da África, não houve publicações – o tempo da comunicação científica é mais lento que o das urgências em saúde. Em 2008, dois artigos foram publicados. Ambos sobre o surto do zika na ilha Yap. A partir daí, houve desenvolvimento estável do interesse científico no vírus zika, se a comunicação científica for considerada um termômetro da comunidade acadêmica. Em 2009, dois artigos foram publicados; em 2010, nenhum; em 2011, um artigo; em 2012, quatro artigos; em 2013, três artigos; em 2014, 23 artigos; em 2015, 41 artigos; de janeiro a junho de 2016 foram 646 artigos. O crescimento é resultado de um agendamento da comunidade científica para uma urgência em curso. (DINIZ, 2016, p. 11).

Em 2013, o zika chegou ao Taiti, principal ilha da Polinésia Francesa, no Pacífico, também na Oceania. Como resgata McNeil (2016, p. 43), “em 7 de outubro [...], surgiu o primeiro alerta: clínicas em várias ilhas relatavam uma ‘explosão’ de pacientes com febre, erupções na pele, olhos avermelhados e articulações doloridas e inchadas”. Primeiro os especialistas suspeitaram de uma epidemia de dengue, mas depois os exames laboratoriais confirmaram que se tratava do segundo grande surto de zika no mundo, ainda assim localizado e sem grande impacto social e econômico fora do local onde se estabeleceu.

Um mês depois, no início de novembro de 2013, pacientes começaram a dar entrada nos setores de emergência com graus variáveis de paralisia e a maioria confirmava ter tido sintomas de zika nas duas semanas anteriores (MCNEIL, 2016). As paralisias atingiam braços, pernas e rosto. Os casos foram diagnosticados como a Síndrome de Guillain-Barré, que no geral causa paralisias temporárias, curáveis em alguns meses.

Assim, muito mais do que uma dengue fraca, começava-se a descobrir a potência do zika, que podia causar, em algumas situações, graves comprometimentos neurológicos, tendo em vista que

a síndrome paralisante é uma das causas mais frequentes de emergência em neurologia, mas sua gravidade é pouco conhecida – cerca de 20% das pessoas afetadas pela doença se mantêm com sintomas por toda a vida, e 5% chegam a morrer. (DINIZ, 2016, p. 84).

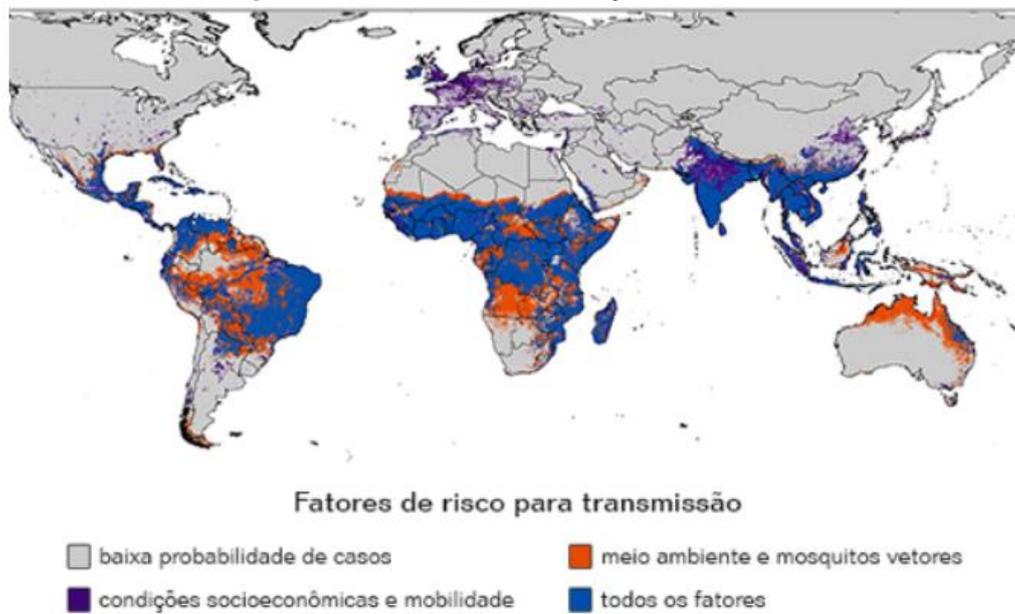
Da Polinésia Francesa, o zika, mais uma vez, migrou. Em 2014, acredita-se, entre as hipóteses mais prováveis, que o vírus tenha chegado ao Brasil. A primeira infecção de um paciente com zika em território nacional, de acordo com Diniz (2016), foi confirmada no ano seguinte, em 2015, por meio das pesquisas empreendidas pelos cientistas Silvia Sardi e Gubio Soares Santos, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os relatos dessa chegada ao país serão mais bem detalhados no tópico 2.4, incluindo o papel da mídia nacional sobre o tema. Mas, de antemão, é preciso registrar que o caráter inesperado do surgimento do zika no Brasil foi a infecção de grávidas que deram à luz bebês com malformações advindas de uma síndrome congênita neurológica. Caráter este que fez surgir com ele um boom de publicações na imprensa nacional e internacional porque, pela primeira vez, o zika passou a ser uma ameaça aos países no centro do poder.

Em 2016, um estudo publicado na revista científica *Memórias*, do Instituto Oswaldo Cruz, mapeou o potencial para a transmissão do vírus zika pelo mundo (MENEZES, 2016). Os pesquisadores observaram não só a presença do mosquito *Aedes Aegypti* e as características climáticas e ambientais que favorecem a sua disseminação, mas também as questões socioeconômicas e de mobilidade. Como aponta Menezes (2016), “os pesquisadores construíram um modelo matemático que permite prever as áreas com maior risco de transmissão e os fatores responsáveis por isso”. Os dados surgiram de um estudo sobre as regiões onde o vírus se espalhou mais fortemente (Américas Central e do Sul, África, Ásia e Oceania), tendo como base informações sobre densidade populacional, temperatura diurna e noturna, cobertura do terreno e acessibilidade por meios de transporte.

Mapeamentos como este são fundamentais para a implementação de políticas públicas eficazes no enfrentamento à doença. Como mostra a figura abaixo, retirada do estudo, países situados mais próximos dos trópicos possuem mais fatores de risco para a disseminação do vírus zika, enquanto que os países mais afastados dos trópicos, onde as

temperaturas são mais amenas e as condições socioeconômicas e de mobilidade são melhores, têm baixa probabilidade de casos. Desde os anos 1950, a doença já atingiu mais de 60 países e territórios, nos cinco continentes. Segundo Diniz (2016, p. 37), “em 48 deles houve o surto pela primeira vez a partir de 2015”.

**Figura 1 – Potencial de disseminação do vírus zika<sup>5</sup>**



Por: Abdallah M. Samy, Stephanie M. Thomas, Ahmed Abd El Wahed, Kevin P. Cohoon, A. Townsend Peterson. 'Mapping the global geographic potential of Zika virus spread'. / Arte: Jefferson Mendes

Fonte: Fiocruz (2016)

### 2.3 CHIKUNGUNYA, A DOENÇA DAS DORES NAS ARTICULAÇÕES

A chikungunya é transmitida pela picada da fêmea do *Aedes Aegypti* e os sintomas são parecidos com os da dengue, como febre, dor de cabeça, náuseas e manchas vermelhas pelo corpo, porém a sua principal característica são as dores fortes nas articulações (braços, joelhos, punhos, tornozelos e dedos das mãos e dos pés), numa intensidade maior do que a registrada nos pacientes com dengue. Aproveitamos para deixar claro que, nesta pesquisa, assumimos a grafia chikungunya, sem trazer para o português, chicungunha (forma usada pelo *Jornal do Commercio*, objeto de nosso trabalho), apenas pelo fato de ser esta a grafia adotada em pesquisas científicas e pela

<sup>5</sup> O mapa apresentado, que é uma reprodução do site da Fiocruz, aponta o potencial para transmissão do vírus zika com precisão para áreas de 25km<sup>2</sup>.

maioria dos veículos de comunicação no Brasil. Da mesma forma, assumimos a grafia zika, ao invés de zica, pelo mesmo motivo. Na contramão, interessantemente, a palavra não é aportuguesada no JC, que utiliza em suas publicações o termo zika.

A doença apareceu primeiramente na Tanzânia (no continente africano), em 1952. Mais uma vez, longe do núcleo econômico e financeiro do mundo, dos grandes centros urbanos. E, mesmo que desde o seu descobrimento tenha havido relatos de ciclos de epidemia frequentes na Ásia e na África, até a chikungunya chegar ao Brasil, sem sombra de dúvida, a maioria de nós, cidadãos pouco ambientados com a ciência, jamais tinha ouvido falar dessa doença. O assunto despertou pouco ou nenhum interesse da imprensa mundial e esteve, por muitos anos, longe de ser um fenômeno midiático.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS),

o nome chikungunya tem sua origem em uma palavra em maconde (língua dos povos macondes que habitam o norte de Moçambique e o sul da Tanzânia) que significa “aqueles que se dobram”, descrevendo a aparência encurvada dos pacientes que se contorcem por causa das dores intensas nas articulações. (FINEP, 2016).

Essa característica das dores fortes pode se tornar uma situação crônica para os pacientes. “A chikungunya tem caráter epidêmico com elevada taxa de morbidade associada à artralgia persistente, tendo como consequência a redução da produtividade e da qualidade de vida.” (BRASIL, 2017). Tal singularidade foi a que mais chamou a atenção da sociedade brasileira, sejam pacientes, autoridades de saúde ou autoridades públicas. Era muito imprevisível uma doença, causada pela picada de um mosquito, deixar as pessoas incapacitadas por meses no aspecto da mobilidade. Por isso, a imprensa nacional muito se dedicou a essas consequências – era o inesperado, o fato novo. Diniz (2016) recorda que o assunto esteve presente de uma maneira muito forte na mídia brasileira durante o primeiro semestre de 2014. A fase crônica da chikungunya acomete principalmente mulheres com idade superior a 45 anos. Assim como o zika, ela pode causar Síndrome de Guillain-Barré em casos considerados atípicos da doença.

Saído da África, o vírus se espalhou por outros continentes nos últimos anos. Como mostra o documento Manejo Clínico: Chikungunya, “nas Américas, em outubro de 2013, teve início uma grande epidemia de chikungunya em diversas ilhas do Caribe. Em comunidades afetadas recentemente, a característica marcante são epidemias com elevadas taxas de ataque, que variam de 38% a 63%.” (BRASIL, 2017). Isso acontece

quando a doença é nova e não há registro de pacientes com anticorpos, ou seja, resistência natural ao vírus. Sobre a mortalidade, pelo menos nas Américas, o índice é menor do que o da dengue. No Brasil, entretanto, o número de mortes por chikungunya é alto e o país apresenta mais registros se comparado com os demais do continente (BRASIL, 2017).

Em território nacional, a transmissão de chikungunya foi confirmada no segundo semestre de 2014 pelo Ministério da Saúde e os primeiros casos foram registrados nos estados do Amapá e da Bahia. A partir daí, o contexto de uma nova epidemia começou a mobilizar a mídia. Segundo o Manejo Clínico: Chikungunya,

atualmente todos os estados do País registraram ocorrência de casos [...]. Até o momento, alguns estados da região nordeste vivenciaram epidemias por chikungunya, no entanto, a alta densidade do vetor, a presença de indivíduos susceptíveis e a intensa circulação de pessoas em áreas endêmicas contribuem para a possibilidade de epidemias em todas as regiões do Brasil. (BRASIL, 2017).

Pesquisadores da Escola de Saúde Pública Mailman, da Universidade de Columbia, e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) descobriram em 2019 que “o vírus da chikungunya pode ter chegado ao Brasil pelo menos um ano antes do que foi detectado pelos sistemas de vigilância em saúde pública.” (CRUZ; VARGAS, 2019). A hipótese mais provável é que ele tenha vindo da África Central e que tenha circulado no Brasil já no início de 2012.

#### 2.4 O BRASIL E A TRÍPLICE EPIDEMIA

Dengue, zika e chikungunya passaram a circular ao mesmo tempo no Brasil a partir de 2015, quando o vírus da zika foi identificado pela primeira vez em território nacional. O que chama a atenção nessas doenças é a similaridade na descrição dos principais sintomas: febre, dores de cabeça e nas articulações, enjoos e manchas avermelhadas pelo corpo. Há outros sintomas capazes de determinar mais especificamente a arbovirose contraída, como no caso da chikungunya (exposto no tópico anterior), mas, no geral, são essas as características apontadas por profissionais de saúde e especialistas da área.

A dengue, como já citado anteriormente, é uma doença com a qual os brasileiros convivem há décadas. Vários ciclos de epidemia foram registrados ao longo dos anos pelas autoridades de saúde, em diversas regiões do país; situação diferente do zika e da

chikungunya, que começaram a circular e a infectar pessoas nos mais recentes anos, sendo, portanto, doenças novas, pelo menos em terras brasileiras.

A descoberta da chikungunya no Brasil se deu em 2014 e, para Diniz (2016, p. 39), o surto era esperado: “Sobre ele, dizem que teve entrada diversa – em setembro de 2014, pelo Oiapoque, no Amapá, e, ao mesmo tempo, por Feira de Santana, na Bahia”. O Ministério da Saúde confirmou os dois primeiros casos da doença e, na época, fez anúncios de políticas para tentar conter o avanço do vírus, como o resgate do Dia D de Mobilização contra o Aedes<sup>6</sup> e a expansão do Levantamento Rápido do Índice de Infestação por Aedes Aegypti (LIRAA), que mede a presença do mosquito nas cidades do país e serve, ainda, como um guia pelo qual se pode identificar onde há maior probabilidade de surto.

Focou-se, como sempre, em políticas públicas única e exclusivamente de curto prazo, para tentar exterminar os mosquitos sem que as devidas causas para sua proliferação (falta de uma rede adequada de saneamento básico – incluindo sistema de abastecimento para que as pessoas não precisassem armazenar água em recipientes – e melhores condições de moradia, principalmente) fossem tratadas, pois

não haveria uma epidemia como a que se desenvolveu no Brasil se o território não fosse convidativo à disseminação rápida: mosquitos, saneamento precário e uma frágil política de saúde para o enfrentamento da nova doença. Há mais de quarenta anos o mosquito vetor espera a chegada de novos vírus para levar novas enfermidades às populações virgens. Sem o mosquito por todo canto não haveria a tragédia do zika entre nós nem a disseminação da chikungunya a partir de setembro de 2014 no Brasil. (DINIZ, 2016, p. 38).

Diniz (2016) lembra que as políticas públicas de saúde, na época, abordaram mais o mosquito do que as próprias pessoas que estavam adoecendo e lotando as unidades básicas de saúde Brasil afora. O slogan da campanha oficial, “Um mosquito não é mais forte que um país inteiro”, denota essa concepção de uma política pública imediatista e limitada, que investiu no *problema* da epidemia, nas consequências diretas, e preteriu um investimento na *problemática* da epidemia, nas causas já tão conhecidas da infestação do Aedes Aegypti.

Até o mês de novembro do mesmo ano, pouco mais de dois meses depois da confirmação do primeiro caso contraído em território nacional, o Brasil já tinha mais de

---

<sup>6</sup> Não há, no calendário do Ministério da Saúde, uma data específica, anual, estabelecida para o Dia D de Mobilização contra o Aedes. As tratativas para sua realização acontecem de acordo com os índices de infestação do mosquito e a possibilidade de surtos das doenças transmitidas pelo vetor. Para se ter uma ideia, em 2014, o Dia D aconteceu em 6 de dezembro. Em fevereiro do ano seguinte, houve a convocação de uma nova mobilização, chamada de Dia D +1.

1,4 mil pessoas adoecidas por chikungunya. Isso sem contar os casos subnotificados, pois, como sabemos, o país tem um problema crônico de acesso de qualidade aos serviços de saúde e a um diagnóstico preciso, mesmo com todo o esforço empreendido pelos profissionais que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Diferentemente da circulação de dengue e chikungunya, o zika teve outros fatores que o fizeram se diferenciar das duas doenças até então conhecidas – não só em termos de tratamento por parte do poder público como também pela imprensa. Em 2015, a epidemia de zika surgiu no início do ano como uma “dengue fraca”, assim como já tinha sido caracterizada em outros países cujo surto havia sido observado pela primeira vez. As pessoas relatavam sintomas de uma dengue que às vezes vinha sem febre, sem dores no corpo, só com manchas avermelhadas. Os responsáveis pelas testagens e pelas análises em laboratório que confirmaram a circulação do vírus no Brasil foram, como já citado, os pesquisadores Silvia Sardi e Gubio Soares Santos, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O anúncio oficial do Ministério da Saúde veio no dia 14 de maio daquele ano, como relata Diniz (2016), mas só depois de uma testagem dupla das amostras coletadas feita pela Fiocruz.

Meses depois, o número de casos de bebês nascidos com microcefalia (quando o perímetro encefálico da criança é menor do que o normal, causando comprometimentos neurológicos) começou a crescer em alguns estados do Nordeste. De acordo com Diniz (2016, p. 104), “em novembro de 2015, Pernambuco registrava 646 casos notificados para a microcefalia; a Paraíba, 248”. Era um caso de saúde pública sem precedentes, que necessitava ação política (na questão da saúde e do atendimento) e científica (para entender o que se passava e tentar trazer respostas à sociedade). Até então, pouco se sabia sobre o zika e muito menos ainda sobre uma possível relação entre o vírus e a malformação dos recém-nascidos. Nesse momento, médicos e pesquisadores nordestinos se destacaram no avanço dos estudos até que

[...] um anúncio foi feito de Campina Grande, cidade do Cariri da Paraíba. Dra. Adriana Melo, uma obstetra de beira de leito, havia isolado o vírus zika no líquido amniótico de duas mulheres sertanejas. Aquela era a primeira prova de que o vírus zika atravessava a barreira placentária e afetava os fetos. O anúncio foi feito à imprensa na noite do dia 16 de novembro de 2015. (DINIZ, 2016, p. 103).

Surgia aí o protagonismo de médicos pesquisadores nos cenários local, nacional e internacional – os que acompanhavam o atendimento às gestantes nos consultórios e nos

partos. Diniz (2016, p. 10-11) comenta que “dada a urgência da epidemia e da pouca aderência dos médicos brasileiros aos periódicos internacionais, as descobertas eram primeiro divulgadas na imprensa”. Só depois os estudos eram submetidos e publicados em revistas científicas. A situação é bem incomum quando se trata do campo da ciência. No geral, o movimento é justamente o contrário. Os estudiosos priorizam a avaliação de seus pares e a aprovação das pesquisas em periódicos consagrados para só então repassar à imprensa os resultados obtidos. Essa inversão é uma prova de que o cenário de emergência em saúde modificou até a rotina de produção de uma parte dos pesquisadores brasileiros.

Consideramos esta situação, diga-se de passagem, justa e respeitável, mas com ressalvas. Sabemos que o processo de aceite de um artigo numa revista científica depende tempo e que a sociedade ansiava por informações dos profissionais que poderiam trazer alguma resposta sobre as questões relacionadas ao zika e à microcefalia. Ao mesmo tempo, os processos de submissão e aceite de estudos são extremamente importantes, ainda mais em pesquisas relacionadas à saúde de uma população, tendo em vista que o rigor da análise ajuda a evitar conclusões inadequadas ou precipitadas por conta de processos que, porventura, viessem a necessitar de mais etapas de verificação.

De início, a relação de causa entre zika e microcefalia foi tomada pelos médicos e cientistas como uma hipótese, com todo o cuidado que um evento inesperado dessa natureza e grandeza inspira. Era um exercício de cautela científica, como recorda Diniz (2016), pois o último episódio parecido com esse, no Brasil, havia sido na década de 1960, quando houve um surto de rubéola – doença esta que, ao atingir a mulher grávida, pode causar alterações no feto, sendo mais comprometedoras se contraída no início da gestação.

Em 1º de dezembro de 2015, duas semanas depois do anúncio feito pela médica Adriana Melo, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) divulgou o primeiro “Alerta Epidemiológico” sobre a chamada até então microcefalia, que na verdade era uma síndrome neurológica, com malformações congênitas causadas pela infecção por zika durante a gestação, como lembra Diniz (2016) – e com comprometimentos motores, gástricos, visuais, de fala, entre outros. Já em 1º de fevereiro de 2016, “o alerta global da Organização Mundial da Saúde (OMS) de uma situação de emergência de importância

internacional [...] transformou-se rapidamente em um sentimento de ameaça global pelos riscos do vírus zika em mulheres grávidas.” (DINIZ, 2016, p. 6).

A partir daí a cobertura da imprensa passou a ser a nível mundial. Veículos internacionais, a exemplo do *The Guardian*, *The New York Times*, *The Washington Post* e *El País* publicaram várias reportagens sobre o que se passava no Brasil e poucas semanas depois em outros países da América Latina. Na imprensa brasileira, o assunto ganhou as capas dos jornais, as chamadas dos sites e os espaços mais privilegiados dos telejornais durante várias semanas seguidas. A situação de emergência decretada pela OMS modificou o status do problema de saúde, que passou a ganhar os olhares do mundo inteiro.

Por isso coube à imprensa, nesse esforço diário, apresentar a situação nova e seus desdobramentos, acompanhar o desenrolar dos fatos e as pesquisas científicas empreendidas com o intuito de entender de que forma lidar com a emergência em saúde, bem como cobrar das autoridades públicas soluções para o problema que se desenhava. Sem dúvida, os veículos de comunicação foram os porta-vozes da narrativa da epidemia.

## 2.5 PERNAMBUCO COMO CENTRO DAS ATENÇÕES

Desde o primeiro semestre de 2015, o estado de Pernambuco já vivia uma epidemia de dengue, assim como boa parte do Brasil, com maior atenção para os estados do Nordeste. Como veremos na quinta seção deste trabalho, que trata da análise do corpus da pesquisa, o tema já vinha sendo abordado pela imprensa local com uma certa frequência. Jornais impressos, telejornais, programas de rádio e os sites jornalísticos davam destaque ao assunto, emplacando pautas que tratavam, no geral, sobre o controle do *Aedes Aegypti* e a importância de se acabar com o mosquito – em especial os chamados veículos da grande imprensa, como *TV Globo*, *TV Jornal*, *G1*, *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco*, *Rádio Jornal* e *Jornal do Commercio*, só para citar alguns.

Quando os casos de bebês nascidos com microcefalia passaram a aumentar de forma atípica em comparação ao que vinha sendo observado nos anos anteriores, sem uma aparente causa, as autoridades da Secretaria de Saúde de Pernambuco foram as primeiras a comunicar o Ministério da Saúde sobre esse crescimento inesperado. Para se ter ideia, até o dia 9 de novembro de 2015 haviam nascido 141 bebês com a malformação

em 42 municípios de diferentes regiões do estado (SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, 2015), sendo que mais da metade no Recife – onde milhares de famílias vivem nos morros e nas comunidades com abastecimento de água precário e saneamento básico praticamente inexistente. O número era dez vezes maior do que o registrado em 2014.

Rapidamente a situação ganhou repercussão nacional e se transformou numa emergência em saúde pública, decretada oficialmente pelo Ministério da Saúde no dia 11 de novembro de 2015. A Secretaria de Saúde do estado, então, tornou obrigatória a notificação de cada bebê nascido com perímetro encefálico inferior a 33 cm, seja nos hospitais públicos ou nas unidades privadas de saúde. Era preciso rastrear e controlar o número de casos para que se pudesse fazer um acompanhamento da situação. As grávidas com exantemas (manchas vermelhas pelo corpo, um dos sintomas do zika) passaram a ser monitoradas porque essa era uma forma de identificar a microcefalia ainda durante a gravidez.

Em paralelo a isso, foi lançado um protocolo para notificação dos nascimentos, com um portal no qual os hospitais reportavam os casos. Como parte das ações de atendimento de saúde, o Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc) e o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), ambos no Recife, foram os primeiros escolhidos como unidades de referência. O atendimento foi centralizado na capital pernambucana, o que obrigava as mulheres grávidas ou com recém-nascidos do interior do estado a viajarem horas em busca de atendimento médico para confirmação e acompanhamento do caso.

Em seguida, foi criado o Comitê de Operações de Emergências em Saúde (COES), formado por profissionais de diversas instituições, como Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal de Pernambuco, Huoc, Hospital Barão de Lucena, Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), IMIP e Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Tal comitê tinha como objetivo iniciar um protocolo de investigação.

Os médicos pernambucanos que atuavam no atendimento direto às gestantes, principalmente na rede pública de saúde, na qual os casos estavam concentrados (95% das notificações, em dezembro de 2015, haviam partido desse setor, de acordo com a Secretaria de Saúde do estado), ventilavam entre si uma possível relação de alguma das arboviroses com os registros de microcefalia, mas era preciso ter provas. Muito mais do

que isso: era preciso afirmação diante de uma estrutura que não dava crédito a esses profissionais por sua posição diante do cenário da ciência nacional. É que

os nordestinos eram contestados por várias camadas da indiferença que organizam a sociedade brasileira – uma delas é a regional; outra é o fato de que muitos deles eram clínicos, professores e cuidadores de gente doente, mas não cientistas nos termos quantificados pela ciência dos currículos, das publicações internacionais e com fator de impacto para Prêmio Nobel de Medicina. (DINIZ, 2016, p. 16).

Mesmo assim, não se podia deixar de reconhecer que a primeira transmissão de zika havia sido descoberta no Nordeste e era aqui onde a epidemia se desenrolava de forma mais intensa. Isso foi determinante para o que Diniz (2016) chama de descentramento da ciência. O eixo Sul-Sudeste do país passou a escutar e levar em consideração o que diziam os pesquisadores nordestinos. Em contrapartida, no âmbito das publicações internacionais, os postos de porta-vozes foram majoritariamente ocupados pelas autoridades tradicionais da ciência, localizadas justamente na região que já dominava os discursos centrais da ciência no país.

Depois da confirmação de causa e efeito entre zika e microcefalia, ainda havia muito o que descobrir. As dúvidas sobre como o vírus infectava os bebês, em qual momento da gestação e as consequências disso para o desenvolvimento deles ao longo dos anos compunham o cenário da epidemia. A imprensa pernambucana, em especial, encabeçou uma cobertura intensa sobre a síndrome que começava a formar uma geração de crianças com comprometimentos neurológicos. Como bem definiu Diniz (2016, p. 100), “não havia conserto, a tragédia se anunciava e Pernambuco era o epicentro da epidemia”.

Finalizada essa apresentação das arboviroses e do contexto no qual as doenças se tornaram um evento epidemiológico e midiático, buscaremos agora compreender as nuances do discurso e da produção de sentido, com ênfase no discurso jornalístico, para em seguida refletir sobre conceitos atribuídos a essa atividade. Tal caminho traz robustez a uma fundamentação teórica que será fundamental para alicerçar a análise da cobertura do *Jornal do Commercio* sobre as epidemias.

### 3 O DISCURSO E A PRODUÇÃO DE SENTIDO

Após ambientar o cenário da tríplice epidemia no Brasil, passamos a nos ocupar da questão do discurso e da produção de sentido na mídia. Assim, é fundamental partir da observação de que todas as relações sociais são construídas por meio do discurso. A interação entre pessoas e entre grupos permite o desenvolvimento da sociedade e de suas formas de cultura. Nas últimas décadas, pesquisadores dos campos da comunicação, política, sociologia, antropologia e filosofia, só para citar alguns, têm dado ênfase a essa relevância do discurso na vida em sociedade. O teórico russo Mikhail Bakhtin, junto com outros pensadores do seu Círculo (como Valentin Volochínov e Pável Medviédev), foi um dos que perceberam a riqueza do discurso como fonte de integração da vida em sociedade.

Bakhtin proporcionou uma nova perspectiva aos estudos da linguagem no século XX, que permanece atual e conectada com as demandas sociais do século XXI, ampliando de maneira bastante significativa os horizontes da linguística, antes dominada pela vertente estruturalista (concentrada na figura de Ferdinand de Saussure). A compreensão bakhtiniana traz a ideia da língua como uma estrutura viva, sempre em movimento e que se constrói a todo o tempo através da interação entre os indivíduos e dos discursos que circulam na sociedade.

O conceito de dialogismo explica essa percepção, pois

a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível. (BAKHTIN, 1988, p. 88).

Mesmo quando se fala em discursos qualificados como monológicos, é admissível inferir que eles não existem constitutivamente. Brandão (2004) reforça que tais discursos, na verdade, mascaram um caráter monológico, pois, como apresentado por Bakhtin (1988), toda palavra é dialógica e todo discurso carrega outros discursos dentro de si: “tudo que é dito é um ‘já-dito’” (BRANDÃO, 2004, p. 85). A despeito dessa questão, Fiorin (2017) entende ainda que as relações dialógicas não se restringem ao diálogo face

a face. Pelo contrário, estão presentes em todos os enunciados, sejam escritos, falados ou até representados por meio de gestos e expressões corporais.

Assim, o conceito de dialogismo, que perpassa toda a obra de Bakhtin, também é um elemento condicional para a linguagem. Não há língua viva e em constante movimento sem essa interação entre indivíduos, sem que um discurso seja atravessado pelo discurso do outro de maneiras variadas. “As diferentes modalidades de enunciação, portanto, não se realizam enquanto resultado de escolhas individuais, mas como respostas às necessidades sociais dos grupos, regularizando-se pelo uso e pelas circunstâncias.” (BRAIT, 2009. p. 113).

Aqui é importante pontuar que o conceito de língua empregado neste trabalho não se refere a um “sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações linguísticas imanentes” (MARCUSCHI, 2010, p. 42-43) e sim a

um fenômeno *heterogêneo* (com múltiplas formas de manifestação), *variável* (dinâmico, suscetível a mudanças), *histórico e social* (fruto de práticas sociais e históricas), *indeterminado* sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como *texto e discurso*. (MARCUSCHI, 2010, p. 42-43).

O dialogismo do processo comunicativo é a base dos estudos de Bakhtin (1988, 2006, 2016) sobre os gêneros do discurso, trazendo as relações interativas como processos produtivos de linguagem, levando em conta que todas as atividades humanas estão ligadas ao uso desta. Para o autor, os gêneros do discurso são repertórios relativamente estáveis que circulam na sociedade e que têm uma concepção típica de destinatário. Relativamente estáveis porque estão sujeitos a mudanças no decorrer da história, embora elas ocorram de maneira mais lenta, e que têm uma concepção típica de destinatário porque cada indivíduo se expressa tendo em vista o público que quer atingir ou a quem se destina a sua mensagem.

No jornalismo, o conceito de dialogismo aponta para inúmeras definições. É possível citar a relação do repórter com seu público (leitores, telespectadores e ouvintes); com os demais profissionais que integram o ambiente de trabalho, como editores, produtores, chefes, cinegrafistas, fotógrafos e auxiliares técnicos; com suas fontes e com a sua própria bagagem e vivência de mundo. Enfim, a atividade jornalística, por seu caráter informativo a partir de situações do cotidiano, é um emaranhado de vozes de outrem, que visa criar relações com o seu público e com seus financiadores.

Para Bakhtin (2016), o caráter dialógico do discurso também está ligado à compreensão responsiva que o destinatário tem sobre determinado assunto. Não há como ficar impassível a um discurso, pois sempre há uma resposta, visto que

todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subtende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. (BAKHTIN, 2016, p. 57).

Sendo assim, a compreensão responsiva não se trata necessariamente de uma resposta verbal imediata, dada a quem emitiu o discurso. No caso do jornalismo, uma reportagem pode ter uma influência educativa sobre os leitores, pode mudar ou reforçar suas convicções, ajudando-os a assimilar e replicar o conteúdo apreendido. Pode, ainda, ser um instrumento de transformação da sociedade. No momento em que um texto jornalístico desperta indignação coletiva, que se desdobra em manifestações, isso pode trazer consequências sociais, políticas e até econômicas, sendo um ato de compreensão responsiva.

A mesma situação acontece quando um jornalista participa de uma conferência na qual não tem oportunidade de fazer perguntas às autoridades, mas precisa apreender o conteúdo explanado para redigir seu texto. Em sua reportagem ele pode encaminhar o conteúdo do que escreve de forma a concordar ou não com o que ouviu e questionar, mas, antes de tudo, o jornalista se baseia no discurso emitido. Como afirma Bakhtin, de alguma forma o leva em consideração.

O discurso, segundo o autor, tem a palavra como seu elemento fundamental. Isso significa dizer que, em todos os atos de compreensão e de interpretação da realidade, a palavra é um elemento presente, pois ela “penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc.” (BAKHTIN, 2006, p. 41). Os fios ideológicos são os que tecem as palavras, defende Bakhtin (2006). Brandão (2004) complementa a afirmação do autor ao dizer que o discurso se configura como o ponto de articulação entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos.

Portanto,

não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são. Essa postura deixa de lado uma concepção de ideologia como “falsa consciência” ou

dissimulação, mascaramento, voltando-se para outra direção ao entender a ideologia como algo inerente ao signo em geral. (BRANDÃO, 2004, p. 30).

Nesse sentido, podemos inferir, no campo do jornalismo, que uma notícia ou reportagem não é isenta de interpretação ou de vieses ideológicos. Ao escolher, dentro do seu universo de informações, dar visibilidade a um ponto específico (ou a alguns pontos específicos), ao proceder com enquadramentos de determinados temas, o jornalista está fazendo uma interpretação da realidade. Isso porque, na perspectiva discursiva, a linguagem não pode ser apreendida apenas como instrumento de comunicação e de transmissão de informação, pois “linguagem é interação, um modo de ação social [...] em que a significação se apresenta em toda a sua complexidade.” (BRANDÃO, 2004, p. 108).

Os critérios de noticiabilidade (serão detalhados mais à frente, ainda dentro desta seção), que permitem elencar abordagens de acordo com certos interesses ou visões de mundo, já são uma ferramenta para o emprego de uma interpretação do jornalista a partir do discurso de outrem. Por isso, é pertinente deixar claro que o dialogismo está presente em todas as etapas de produção do jornalismo, desde a concepção da pauta, passando pela apuração das informações junto às fontes, até a sua publicação no veículo de comunicação. O jornalista mergulha num trabalho, às vezes quase que automático, sem se dar conta das etapas de construção desse dialogismo dentro da sua atividade.

Uma abordagem bakhtiniana permite a compreensão desse universo e a observação das relações dialógicas no jornalismo, pois

perguntas como “A quem se dirige o enunciado?”, “Como o locutor percebe e imagina seu destinatário?”, “Qual é a força de influência do destinatário sobre o enunciado?” ajudam, da perspectiva bakhtiniana, a compreender a composição e o estilo dos enunciados, apontando, tanto quanto os traços de autoria, para o que há de extraverbal na constituição do verbal. (BRAIT, 2008. p. 72).

Como toda relação social é marcada pelo dialogismo e tem como fio condutor as questões ideológicas, é possível dizer que todo discurso tem um sentido, uma razão de ser e, por isso, é carregado de subjetividades (estas, por sua vez, atuam na produção de sentido). Fiorin (2016) credita essa característica a um percurso gerativo de sentido: para ele, um conceito que já apreendemos de forma intuitiva. A produção e a interpretação do significado de um discurso acontecem de forma que “o sentido do texto não é redutível à soma dos sentidos das palavras que o compõem nem dos enunciados em que os vocábulos se encadeiam, mas [...] decorre de uma articulação dos elementos que o formam.” (FIORIN, 2016, p. 44). Ou seja, o sentido se dá por meio de uma sintaxe e de uma

semântica do discurso. A esta afirmação, Orlandi (1981) acrescenta que qualquer discurso possui um sentido que pode ser analisado.

A produção de sentido, principalmente no jornalismo, é mascarada pela afirmação da neutralidade. No geral, o texto jornalístico é enquadrado em moldes, em técnicas de produção que buscam eliminar o caráter subjetivo. As empresas de comunicação pautam sua atuação pelo critério da objetividade, como se este carregasse em si um efeito de verdade que sustenta a credibilidade de tais empresas junto ao seu público. O grande problema dessa afirmação de objetividade é que ela só existe mesmo como fato nos manuais de redação. Como aponta Fiorin (2016, p. 77), “a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação”. Assim, o que se objetiva é fazer com que o leitor, telespectador ou ouvinte acredite no que está sendo transmitido, porque todo ato de comunicação é também um ato de persuasão.

Orlandi (1981, p. 65) concorda com Fiorin (2016) quando diz que “a argumentação designa um modo perfeitamente corrente de interação humana, pois aquele que argumenta pretende interferir sobre as representações ou convicções do outro, com o alvo de modificá-las (ou aumentar a adesão a tais convicções)”. Aqui a argumentação é entendida como uma atividade que estrutura o discurso. Além disso, como pontua Orlandi (1981), a linguagem se configura como lugar de conflito. Para a autora, o discurso é “o lugar social, espaço particular entre o individual e o universal, logo, lugar de debate, de confronto. Interação.” (ORLANDI, 1981, p. 33).

Sendo assim, a forma com que os discursos se apresentam, seja no jornalismo ou em qualquer relação social, pode ser explicada a partir da projeção que um interlocutor faz dele mesmo e do outro nesse processo de interação, pois “os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.” (BRANDÃO, 2004, p. 42). Tais efeitos de sentido são, dessa forma, os elementos que norteiam os discursos e que promovem interações entre os sujeitos, haja vista o ato de linguagem depender, de acordo com Charaudeau (2013), de um contrato de comunicação estabelecido entre os sujeitos de fala.

### 3.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO

O discurso é o principal produto e o resultado final do funcionamento das instituições midiáticas. Por se apresentar de forma acabada, o discurso jornalístico, diferentemente dos nossos atos de comunicação no dia a dia, esconde os seus processos de produção, de acordo com Rodrigues (2015). O autor também argumenta que tal discurso se utiliza de mecanismos para garantir “uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos factos independente do lugar de fala do enunciador.” (RODRIGUES, 2015, p. 33).

Atribuindo a essa discussão o conceito dos campos, de Bourdieu, podemos inferir que a mídia se trata de um campo em nossa sociedade, assim como a política, a educação, as artes, etc. Os campos, como definidos por Bourdieu, são estruturas não fixas de produtos históricos que, como tal, vão sendo criados, ampliados ou modificados de acordo com o desenvolvimento das sociedades (THIRY-CHERQUES, 2006). São, ainda, espaços nos quais se manifestam as relações de poder. É uma característica dos campos estarem inseridos em ambientes de lutas sociais, no quais exercem interferência uns nos outros e geram permanente conflito. Assim, podemos enxergar o jornalismo como um campo que afeta os demais campos sociais, a exemplo da política e da ciência (pensando em estruturas presentes nesta pesquisa).

A imprensa, via de regra, contribui de maneira significativa para a formação de espaços democráticos dentro da sociedade (e dos campos), tendo em vista que possui uma função referencial, ou seja, que permite dar conta da realidade do mundo, tratando-a e apresentando-a ao seu público, mas não se pode perder de vista que há uma dupla lógica pela qual a mídia é amparada, de acordo com Charaudeau (2013): a lógica econômica e a lógica simbólica. Por isso, o autor defende que “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 20).

A lógica simbólica reflete a questão da construção da opinião pública e a lógica econômica, por sua vez, reafirma o caráter mercadológico de toda empresa de comunicação dentro de um ambiente no qual bens de consumo (as informações) são vendidos, tendo em vista que

[...] trata-se de um organismo que se define também através de uma lógica comercial: uma empresa numa economia de tipo liberal e, por conseguinte, em situação de concorrência com relação a outras empresas com a mesma finalidade. Por essa lógica, cada uma delas procura “captar” uma grande parte, se não a maior parte, do público. (CHARAUDEAU, 2013, p. 58-59).

Entendendo a informação como uma transmissão do saber, o autor reforça que o processo de produção de discurso da mídia implica o uso da informação numa situação comunicacional. Esse uso normalmente cria um jogo de aparências, no qual os meios de comunicação se apresentam como detentores de algumas habilidades tidas como fundamentais para o seu funcionamento, como o fato de oferecer à sociedade informações objetivas, trabalhar para denunciar o mal e a mentira, explicar os fatos e descobrir a verdade (CHARAUDEAU, 2013).

Como explicitado anteriormente, todo discurso que circula na sociedade é destinado a alguém. A respeito do destinatário do discurso midiático, Rodrigues (2015) explica que o fato deste ser dirigido a um maior número de pessoas possíveis, o leva a ser considerado como *exotérico* (no sentido de externo, que se propaga para fora, se expande), tendo em vista que se apresenta como “transversal ao conjunto de todos os domínios da experiência moderna” (p. 35). Outros discursos circulantes na sociedade, por sua vez, são denominados *esotéricos*, pois se destinam a um grupo social específico, de forma que é possível identificar uma propagação para dentro (restrita a determinados indivíduos). Um exemplo é o discurso científico. Na próxima seção deste trabalho faremos uma abordagem mais detalhada sobre as diferenças entre os discursos midiático e científico.

Como já bastante debatido nas pesquisas e estudos em comunicação, a objetividade é uma bandeira das organizações empresariais em busca da credibilidade e, conseqüentemente da maior adesão do público. Essa questão começou a dominar os discursos das empresas de comunicação a partir dos anos 1930 e a profissionalização dos jornalistas surgiu como um fator para reforçar esse teor de objetividade.

Assim,

os jornalistas passaram a acreditar na objetividade, na dimensão em que o fizeram, porque queriam, precisavam, foram forçados pela aspiração humana comum a buscar uma fuga de suas próprias convicções profundas acerca de dúvida e direção. (SCHUDSON, 2010, p. 187).

Nesse contexto, o jornalista é tido como o profissional que detém a técnica capaz de apagar as subjetividades. Segundo Moretzsohn (2002, p. 110), “o profissionalismo é uma palavra-de-ordem do empresariado, amparado no discurso vitorioso da técnica, que encobre as relações de poder e ‘justifica’ a manipulação sutil”. Sobre isso, Sodré (1986, p. 18) revela que

a circulação da notícia, isto é, a veiculação através da qual se faz o ‘anúncio’ de um fato, depende de uma reação subjetiva e não objetiva: os critérios que norteiam esse “anunciar” são determinados pelo interesse do *medium* pelo suposto interesse do público.

A respeito dos dois imperativos que norteiam o discurso jornalístico no chamado contrato de comunicação (o de captação do público e o de informação), Charaudeau (2013) aponta o conflito que existe entre eles. O imperativo de captação do público faz com que a mídia se utilize de mecanismos que proporcionam a sedução e, por vezes, o sensacionalismo, o que confronta diretamente o seu anseio por credibilidade. Há aí um embate dentro do contrato, causado pelo tensionamento entre a busca pela credibilidade e pela captação do público. Nesse ponto, é importante também lembrar que toda informação que busca de maneira demasiada a sedução ou que escorrega para o sensacionalismo acaba ficando suscetível a produzir um efeito de rumor ou de boato, o que pode vir justamente a limar a credibilidade pretendida pelas organizações.

Toda essa questão dos imperativos de comunicação, na qual está imerso o discurso jornalístico, é pautada ainda pela dimensão de poder. A visão idealista da mídia como um quarto poder, que foi construída à medida em que o jornalismo se profissionalizou e passou a fazer parte de um modelo de negócios, se instituiu amparada nas noções de objetividade e credibilidade. Entretanto, para Charaudeau (2013), não se pode atribuir à mídia um quarto poder porque ela simplesmente não tem poder de decisão judicial, mas sim um poder de influência – instituído por meio do saber, do pensar e do sentir. Ou seja, tem poder de produzir sentidos.

Retomando essa questão da produção de sentido, um exercício interessante proposto por Charaudeau (2013) aos jornalistas é que estes façam uma reflexão sobre o efeito criado pela forma com a qual tratam as informações. Isto porque o ato de informar é, antes de tudo, uma escolha, segundo o autor. “Não somente escolha de conteúdos a transmitir [...], mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 39). Tal exercício parece difícil na correria do dia a dia e diante das obrigações que os jornalistas precisam cumprir, mas aqui defendemos a necessidade de haver uma mudança de comportamento para que seja criada essa cultura de consciência. Antes de mais nada, para que isso seja possível, é preciso perceber que os jornalistas não são blocos submetidos às

lógicas de mercado e profissionais inconscientes e reféns incondicionais dessa lógica. Portanto, não se pode falar em assujeitamento.

Como pondera Neveu (2003),

é preciso evitar [...] subestimar a capacidade de reflexão e de inovação de jornalistas que vivem em parte de forma crítica ou dolorosa um paradoxo inédito: as tendências a uma normatização gerencial de seu trabalho se exercem sobre uma população que nunca foi tão jovem e tão diplomada, e por este meio submetida a uma tensão da qual uma das expressões pode ser uma rediscussão das novas rotinas do jornalismo de mercado. (NEVEU, 2003, p. 170).

### 3.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO JORNALISMO

Em sua maioria (pelo menos quando se fala em imprensa tradicional), os veículos de comunicação são, antes de tudo, instituições empresariais inseridas numa lógica capitalista que busca o lucro e o crescimento econômico de suas organizações. Sendo assim, não se pode perder de vista que, embora não seja assujeitado, o jornalista está inserido numa estrutura permeada por relações mercadológicas. Neveu (2003, p. 76) afirma que “parte das falsas percepções sobre o trabalho jornalístico se deve à visão individualista que identifica o jornalista com um profissional liberal da informação”. Incorpora-se o jornalista como um profissional que tem o controle total de sua atividade, quando na verdade ele está submetido às regras impostas pela organização para a qual trabalha.

Segundo o autor, uma visão a partir da sociologia do trabalho e das organizações permite uma percepção mais realista e adequada do jornalista que está dentro de um quadro de pressões organizacionais, pois

o que está em jogo nesse deslocamento do olhar não é negar as competências específicas de cada profissional nem fazê-lo peça passiva do maquinário da informação. Mas as habilidades de todo jornalista se desenvolvem e se constroem dentro dos limites de uma estrutura de interdependências com sua hierarquia, seus colegas e suas fontes. (NEVEU, 2003, p. 76).

Assim como outras atividades sociais, Neveu (2003) defende que o jornalismo não está imune às problemáticas weberianas da racionalização burocrática. O autor lembra que basta dar uma olhada no “expediente” de um jornal, que é a seção na qual estão os nomes dos profissionais que compõem a equipe do veículo de comunicação, para se ter ideia da estrutura hierárquica de uma redação. Cada jornalista desempenha uma função razoavelmente determinada para que se estabeleça uma ordem na fabricação dos conteúdos, que vise o alcance de resultados, assim como em qualquer outra organização empresarial.

Por isso,

a produção cotidiana ou semanal de uma publicação ou de um boletim de informação requer, para transformar as contribuições de serviços e profissionais muito diversos em um todo coerente e organizado, uma coordenação tão elevada que a atividade jornalística é também definida como uma relação tensa com o tempo, que proíbe as deliberações prolongadas. A essência desse enquadramento se materializa numa hierarquia organizacional e numa rigidez de seqüências temporais. (NEVEU, 2003, p. 76).

Essa relação permanente com o tempo foi acentuada, como afirma o autor, pelo ganho na velocidade da transmissão da informação proporcionado pela internet. Isso fez com que o horário de trabalho do jornalista passasse a ser estendido ao máximo e que ele fosse cada vez mais submetido às pressões do tempo. Aqui vale lembrar, a propósito, o slogan da *Globo News*, canal de TV por assinatura do Grupo Globo – “Nunca Desliga”. Mas quem é, de fato, que nunca desliga? Sem dúvida, as centenas de jornalistas pelo país que trabalham alimentando o fluxo de notícias do canal para que atendam às demandas de um público cada vez mais conectado e interessado em informação em tempo real.

A racionalização da atividade jornalística está amparada nos princípios do mundo capitalista que lhe deram fôlego. E esteve ligada, desde o início, ao interesse dos que possuíam dinheiro e faziam negócios mundo afora. Foi o capital que impulsionou o surgimento e o desenvolvimento do jornalismo tal como o conhecemos hoje. Isso porque não podemos deixar de lembrar que

já no século XIII, os banqueiros e grandes comerciantes sustentavam redatores profissionais nas diferentes capitais europeias e mediterrâneas para que periodicamente lhes enviassem relatórios sobre fatos políticos, bélicos ou comerciais que pudessem afetar, positiva ou negativamente, os negócios. (DANTAS, 1996, p. 23).

Nessa perspectiva, o trabalho do jornalista passou por um processo de profissionalização que conferiu à atividade um sentido maior de subordinação às amarras das instituições comunicacionais. Os jornalistas deixaram de ser profissionais liberais para atuarem como empregados devidamente registrados e assalariados, submetidos a uma hierarquia dentro da empresa. Isso leva a pressões que os jornalistas podem sofrer dentro do próprio veículo para o qual trabalham.

Ao tratar desse assunto, Cornu (1994) afirma que esses profissionais são portadores de uma tradição de liberdade, mas esta liberdade é, por muitas vezes, limitada pela linha editorial da empresa jornalística. Isso porque o trabalho deles é enquadrado em dois níveis: o da sociedade e o da empresa noticiosa. Nesse sentido, os jornalistas estão

inseridos num ambiente no qual é fundamental que eles conheçam os seus limites a fim de garantir sua posição, no caso, também, seu emprego. Para o autor, “a responsabilidade dos jornalistas como indivíduos é muito ampla, dado o espaço que os media ocupam na sociedade, mas a sua liberdade continua limitada.” (CORNU, 1994, p.305). Portanto, podemos inferir que a independência do profissional vai até onde a empresa permite e que existe um grau de conformismo nos jornalistas, que entendem ser necessário acatar a forma de funcionamento da empresa.

Por esse motivo, a missão do jornalista está sempre em embate com os objetivos da empresa jornalística porque ele se percebe preso a uma rede de obrigações, de influências, de pressões. Essas pressões passam, inclusive, pelo relacionamento com as fontes. Para conseguir as informações das quais necessita, os jornalistas se envolvem num processo de negociação implícita, numa relação de forças. Nessa busca pela informação, existem dois atos decisivos: a escolha e o tratamento da informação.

#### Essa relação da instância midiática com as fontes

desempenha também um importante papel estratégico de reforço da legitimidade das outras instituições, garantindo a sua permeabilidade por todo o tecido social. Este papel de reforço resulta da projeção pública da sua simbólica, como efeito da visibilidade que lhes confere, ajudando a mantê-las presentes no imaginário social. (RODRIGUES, 2015, p. 40).

Ainda a despeito do trabalho jornalístico, Neveu (2003) defende que ele é ancorado num critério de previsibilidade, pois a maioria dos acontecimentos relatados na imprensa são comuns, previsíveis, nas palavras do autor. “Mesmo que a atualidade mais quente determine que uma cobertura importante seja feita de acordo com fatos relevantes [...], a ocorrência mais frequente no trabalho jornalístico é o acontecimento rotineiro previsível.” (NEVEU, 2003, p. 89). Isso porque a vida em sociedade é pautada em sequências de datas que possibilitam retomar com frequência os fatos, a exemplo das partidas de futebol e dos shows e espetáculos teatrais no fim de semana, das datas festivas religiosas ou não, das cotações e previsões de mercado que são feitas nas Bolsas de Valores.

O retorno cíclico dos fatos aos jornais permite um acompanhamento do processo de funcionamento em coro dos veículos de comunicação e das ondas de publicações, chamadas por Bourdieu (2001) de “circulação circular” (apud NEVEU, 2013). A circulação circular acontece na medida em que a imprensa prioriza os mesmos temas, dá relevância aos mesmos assuntos, como se funcionasse em perfeita sintonia, mas que na

verdade revela uma vigilância cruzada entre concorrentes. Acompanhar a concorrência faz parte das condições de produção do jornalismo, considerando que os veículos de comunicação temem fortemente perder o público para os rivais.

### 3.2.1 O fetiche da velocidade

A atualidade é a característica mais palpitante do jornalismo. É por meio dela que se define o que é notícia e, nesse contexto, concordamos com Moretzsohn (2002) quando a autora traz a questão da atualidade não só da perspectiva do tempo presente, mas pelo fato em si de um tema ser atual para os veículos de comunicação porque possui relevância pública, ou seja, diz respeito à sociedade e se desenvolve de modo que esteja atrelado a uma determinada importância. Por meio dos imperativos de objetividade e neutralidade que se fazem crer, os meios de comunicação se amparam numa estrutura na qual a notícia é vista por estes como uma apresentação do real (quando na verdade é uma representação social da realidade), cujo processo de produção busca eliminar os fios de subjetividade e “vende mais do que a informação ali apresentada. Vende também, e principalmente, a ideologia da velocidade.” (MORETZSOHN, 2002, p. 120).

É a partir da atualidade que podemos falar sobre essa ideologia da velocidade que, por sua vez, subsidia uma outra particularidade da produção jornalística: o imediatismo. Na imprensa diária, o jornalista precisa lidar com o curto intervalo de horas que lhe é destinado à realização de suas atividades e, assim, cria seus próprios mecanismos de organização para dar conta dos desafios que essa produção submetida ao tempo lhe impõe. Além de ser necessário atender a uma demanda por novidades, essa relação sempre conturbada com o *deadline*<sup>7</sup> deixa a cargo dos jornalistas um trabalho baseado numa corrida a fim de que a notícia seja produzida da forma mais rápida possível e oferecida, de preferência, como um furo jornalístico, que nada mais é do que um objetivo a ser alcançado pelos meios de comunicação para agregar para si um valor de competência, de modo a diferenciá-los uns dos outros e criar estratificações do que seria um “bom” veículo.

---

<sup>7</sup> É o prazo final para elaboração de um texto jornalístico a tempo de ser divulgado na edição daquele dia do veículo de comunicação (PATERNOSTRO, 1999, p. 140). O termo também é usado para o prazo de fechamento (conclusão da produção jornalística) da edição de um jornal impresso ou telejornal.

É nesse contexto que se desenvolve, nos ambientes de redação, o “fetichismo da velocidade” – conceito utilizado por Moretzsohn (2002), a partir da definição de Marx sobre fetichismo<sup>8</sup>, para refletir sobre a questão das pressões ocasionadas pela exigência do tempo real e o papel dos jornalistas nessa empreitada. Entendendo que o imediatismo está incorporado às rotinas de produção do jornalismo, a autora explica que

o ritmo veloz de produção [...] obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar essa diversidade. (MORETZSOHN, 2002, p. 70).

As condições de trabalho impostas nesse ambiente de imediatismo e a corrida contra o tempo levam ao estabelecimento de um modelo de fabricação de notícia, que já surgiu sob essa égide da velocidade. O repórter trabalha no “modo automático” para economizar tempo e conseguir cumprir suas tarefas diárias dentro do período esperado. Por isso, a velocidade se apresenta como fetichismo, segundo Moretzsohn (2002, p. 120), “pois ‘chegar na frente’ torna-se mais importante do que ‘dizer a verdade’: a estrutura industrial da empresa jornalística está montada para atender a essa lógica”.

Isso porque a ideologia da velocidade é um elemento por excelência do próprio modo capitalista que invadiu os diversos espaços da sociedade, inclusive a vida íntima do indivíduo. Tendo em vista que as organizações midiáticas se inserem nesse modelo, a velocidade adquire um valor. Para a autora, essa valorização da velocidade compromete o próprio sentido de mediação atribuído ao jornalista e à imprensa, pois não há como pensar no jornalismo como um exercício de mediação dentro da sociedade se o mesmo está baseado numa lógica na qual tal mediação em si não é o fator mais importante.

Interessante notar que há uma espécie de mito sobre o qual o jornalismo impresso, mais especificamente, seria o suporte comunicacional liberto do fetichismo da velocidade, se comparado com os outros meios (TV, rádio e internet), visto que estes últimos estão submetidos à lógica do ao vivo, do tempo real. Tal fato se configura como mito porque também o jornal está submetido às pressões do tempo, como forma de amparar o discurso

---

<sup>8</sup> Para Marx, o fetichismo é um processo no qual os bens de consumo, quando postos no mercado, adquirem um valor em si, no sentido de que ganham vida própria – ao comprar determinado produto, o sujeito alcançaria determinadas qualidades. Assim, tais bens proporcionam uma coisificação das relações sociais.

de agilidade próprio da mídia, ainda mais com o surgimento da internet e dos portais de notícias vinculados aos impressos, que exigem dos repórteres a produção de conteúdo para as duas plataformas. Além disso, o mito é desfeito quando se percebe que o jornal é o meio no qual o fetiche se apresenta com maior propriedade, levando em consideração que o chamado tempo real do impresso é, na verdade e inevitavelmente, o tempo de ontem. Assim, a imagem de um suporte que oferece uma maior reflexividade de conteúdo acaba não se concretizando, ficando apenas no plano das ideias.

Como aponta Moretzsohn (2002), é primordial perceber como o fetiche da velocidade afeta a prática do jornalismo e como a lógica do mercado financeiro (sendo a empresa jornalística um empreendimento voltado à razão comercial) se pauta nessa questão para atingir seus objetivos de geração de lucro. Afinal, o desejo de apresentar a “verdade”, em primeira mão, inclui um sentido de rapidez que estabelece um efeito simbólico de poder de um meio de comunicação sobre os demais concorrentes e sobre o seu público.

### 3.3 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: O VALOR DA INFORMAÇÃO

A matéria-prima do trabalho jornalístico é a notícia – aqui tratada como uma construção da realidade, conforme entendimento de Alsina (2009), revestida de interesses mercadológicos por parte das empresas de comunicação que veem nesse produto a constituição de um valor. Para o autor, em nossa sociedade, os meios de comunicação criam a realidade social e os acontecimentos do mundo chegam aos indivíduos, por meio daqueles, através de uma construção discursiva da realidade. Por isso, aos jornalistas é atribuído um papel socialmente legitimado e institucionalizado para proceder com tal construção.

Esse papel se justifica, para Charaudeau (2013), porque a função do jornalista é transmitir informação, levando em consideração que essa informação está inscrita num conjunto de acontecimentos. Dessa forma, o profissional está numa posição de coletor dos saberes que, por sua vez, são tratados antes de serem transmitidos. Portanto, a informação configura uma construção social e não uma criação, em si, por parte dos jornalistas.

Ainda de acordo com o autor, a notícia é um acontecimento levado ao conhecimento de alguém ou de algum grupo e que tem um caráter de novidade. Por isso

mesmo ela é, por definição, efêmera e está sujeita aos imperativos do tempo. Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013, p. 82) dizem que

a notícia pode ser definida como a construção jornalística de algo que aconteceu e merece ser conhecido pela sociedade. Uma notícia transmite acontecimentos novos, inovadores ou que não foram considerados previamente; por isso, para que algo possa ser pensado como uma notícia, deve ser, principalmente, “novo”, “original”, “curioso”, capaz de originar uma reação importante em quem receberá essas informações.

Essas características citadas pelos autores estão inseridas no que se chamam critérios de noticiabilidade que, de uma forma geral, além do elemento novo, envolvem as questões editoriais que determinam a transformação de um fato em notícia e os valores-notícias, que contemplam a hierarquia dos envolvidos (como o número de pessoas impactadas e quem são) e as consequências dos acontecimentos - se são inesperados, surpreendentes. Tais particularidades são observadas na hora do jornalista decidir quais notícias têm ou não relevância para o público que ele julga possuir e, nesse ponto, não se pode deixar de levar em consideração que as avaliações pessoais dos jornalistas fazem parte de tais critérios.

O profissional atribui um valor à informação, de modo que, muito além de escolher um fato para virar notícia, ele empreende um processo de hierarquização como forma de organizar o seu próprio trabalho e criar uma rotina de produção, tão necessária na lógica de mercado na qual estão inseridos os veículos de comunicação. Uma dessas formas de hierarquização é estabelecida a partir da seleção de notícias, conforme estudado por White (1999).

Levando em consideração que, embora a mídia externe uma visão de onipresença e onisciência em nossa sociedade, é impossível dar conta de toda a realidade e produzir conteúdo sobre todos os fatos do universo. Sendo assim, os meios de comunicação procedem todos os dias com várias seleções. O trabalho realizado pelos chamados gatekeepers (jornalistas) é “subjetivo e dependente de juízos de valor baseados nas experiências, atitudes e expectativas.” (WHITE, 1999, p. 204).

Para Neveu (2003, p. 90), “domesticar o imprevisto com a ajuda de rotinas é também levar em consideração uma competência intuitiva e eficaz em termos de triagem no fluxo de informações”. Portanto, os critérios de noticiabilidade utilizados na produção jornalística também fazem parte do campo do intuitivo. Pode-se dizer, assim, que tal produção está ligada à subjetividade. Na visão do autor,

o realismo do bom senso sugere que o valor de informação pode ser objetivo, baseado em princípios simples como, por exemplo, a máxima de que trens que chegam na hora não representam um acontecimento ou a lei do “morto por quilômetro quadrado” (300 mortos em Kampala pesam menos do que 10 em Fortaleza), ou ainda parâmetros como a singularidade de um acontecimento, sua carga emocional, suas consequências. E, no entanto, nada disso dá uma “fórmula” simples do valor de informação de um fato. (NEVEU, 2003, p. 90).

Não é nosso intuito apresentar um quadro teórico para listar de forma objetiva quais são os critérios de noticiabilidade utilizados no campo midiático, pois haveria uma gama de autores a serem trabalhados, cada um com seus apontamentos singulares, e não daríamos conta dessa atividade nesta pesquisa. O que nos interessa aqui é discutir a relação dos critérios de noticiabilidade com o valor atribuído à informação.

Tal valor se apresenta na medida em que os veículos de comunicação promovem uma midiaticização dos problemas públicos. Essa visibilidade se configura, em determinados momentos, como condição para a existência de tais problemas públicos. Isso porque

o discurso mediático é a instituição por excelência destinada a dar visibilidade pública às outras instituições. Esta função está intimamente associada à natureza exotérica da sua simbólica. O facto de termos hoje à nossa disposição a instituição mediática faz com que aquilo que não seja objeto da sua intervenção mediadora não tenha existência socialmente reconhecida. (RODRIGUES, 2015, p. 41).

### 3.4 O AGENDAMENTO E A EPIDEMIA DE NOTÍCIAS

Casos de repercussão na sociedade, via de regra, ganham uma extensa cobertura da imprensa durante dias, semanas, ou até meses. Um escândalo político, um crime que causa comoção, um desastre ambiental, uma epidemia, tudo isso pode ganhar visibilidade prolongada, como foi abordado no tópico acima, sobre os critérios de noticiabilidade. São esses mesmos critérios também que fazem com que um assunto resista mais ou menos tempo nas manchetes, a depender do desenrolar dos fatos. Quanto mais um assunto apresenta novidades, mais ele vai sobrevivendo na divulgação diária e mais vai se tornando suíte, como é chamada a notícia ou reportagem que acompanha os desdobramentos de um fato trazendo um elemento novo a cada publicação.

Aqui é importante destacar que entendemos suíte não como um gênero jornalístico, conforme a reflexão de Alencar (2014, p. 13), mas sim como um termo que designa “um tratamento editorial que é mais que a notícia em si – é um *agendamento de notícias* que influencia tanto na agenda midiática quanto na agenda do público”. Ao

pensar em suíte como tratamento editorial, fica implícito que se trata de uma escolha realizada pelos jornalistas em suas rotinas de produção. Portanto, decisões pautadas em critérios de objetividade, revestidas de subjetividade.

A Teoria da Agenda ajuda a explicar essa relevância que a imprensa dá a determinados assuntos. A partir dos estudos sobre campanhas políticas, McCombs (2009) percebeu que os meios de comunicação pautam os assuntos circulantes na sociedade na medida em que a intensidade da cobertura de um fato também ganha relevância pública. Além disso, a necessidade de orientação dos indivíduos em sociedade faz com que estes se interessem cada vez mais por determinado assunto, proporcionando que tal tema continue sendo agendado pela imprensa.

Nesse sentido, os veículos não possuiriam mecanismos para dizer o que o público deveria pensar, de fato, mas, através do funcionamento da máquina midiática, poderiam sugerir *sobre* o que ele pode pensar. Diversas questões públicas, como economia, direitos civis e meio ambiente, além de política, já foram alvo de estudos tendo como base a Teoria da Agenda. Por isso, McCombs (2009, p. 65) defende que “o agendamento é um efeito robusto e amplo de comunicação de massa, um efeito que resulta de conteúdo específico nos *mass media*”. Tais efeitos, reforça, “ocorrem em qualquer lugar no qual exista um sistema político relativamente aberto e um sistema midiático razoavelmente aberto.” (p. 66).

Como explica o autor (p. 67), “a saliência de temas específicos cresce e diminui à medida que a atenção dos *mass media* e do público se altera”. No contexto da epidemia de zika no Brasil, em 2015, McNeil (2016) lembra que a cobertura do jornal americano *New York Times* se intensificou depois do dia 30 de dezembro de 2015. Um artigo publicado no jornal neste dia citava o pânico das mulheres brasileiras que estavam grávidas na época, com medo de serem infectadas pelo vírus. O texto ainda mencionava o aconselhamento de um representante do Ministério da Saúde do Brasil, que recomendava às mulheres que não engravidassem na ocasião, e trazia a informação de que quarenta bebês já haviam morrido. O autor (2016, p. 70) afirma que, “desse ponto em diante, o *Times* passou a dar impulso ao caso. Escrevíamos frequentemente sobre o tema, e os artigos apareciam com frequência na primeira página e com destaque no site”.

Em fevereiro de 2016, quando a organização Mundial da Saúde (OMS) decretou situação de emergência por causa da epidemia de zika e de sua possível relação de causa,

até então, com a microcefalia, McNeil (2009, p. 87) recorda que isso “aumentou simplesmente o apetite por reportagens”. A imprensa internacional passou a surfar na onda da emergência em saúde (tendo sido agendada por uma decisão do âmbito político) e a epidemia do zika desencadeou uma epidemia de notícias sobre o assunto, caracterizando o agendamento da opinião pública no mundo inteiro.

Aqui no Brasil, como veremos na seção 5 deste trabalho, que abriga a análise sobre a cobertura do *Jornal do Commercio* na ocasião, o cenário não foi diferente. Embora não seja objeto de estudo desta pesquisa, as chamadas “cartas dos leitores” ao veículo de comunicação dão uma ideia desse agendamento. Após inúmeras reportagens que reforçavam a importância de os cidadãos denunciarem os focos do *Aedes Aegypti*, foi possível observar, pelos critérios de busca das palavras-chave (zika, dengue e chikungunya) nos textos, que houve um aumento, ao longo das semanas, dessas cartas nas quais os leitores do jornal informavam locais onde era encontrada água parada e onde os mosquitos tinham terreno fértil para o desenvolvimento. No geral, foram publicadas notas curtas, algumas com fotos, nas quais o leitor contava a situação, relatava o endereço do foco do *Aedes* e cobrava providências das autoridades públicas. Assim, podemos inferir que houve um agendamento do JC em relação ao seu leitor. Este, ao incluir em sua rotina uma preocupação com o problema público de saúde que estava sendo divulgado pelo jornal, passou a interagir com seu interlocutor sobre tal problema.

Além desse agendamento que envolve mídia e público, conforme estudado por McCombs (2009), propomos aqui uma reflexão sobre o agendamento que também acontece de forma perceptível entre mídia e governo. Nossa compreensão é baseada na afirmação de Rodrigues (2015, p. 41), segundo a qual o discurso midiático proporciona “alterações significativas no regime de funcionamento das instituições, quer acelerando quer desacelerando o ritmo e a intensidade do seu funcionamento”. Assim, é possível explicar como se dá essa relação de agendamento e quais os seus desdobramentos durante a ocorrência de um problema público que se apresenta como assunto dos meios de comunicação. No caso do nosso objeto de estudo, a tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya, podemos apontar que o JC interferiu no funcionamento das instituições públicas quando denunciou, por exemplo, a falta de atendimento médico para crianças nascidas com as malformações neurológicas.

A mídia, por meio da notoriedade dada ao problema público, exerce pressão para a concretização de decisões políticas, de forma que o governo é agendado também por ela. A mídia, por sua vez, sofre interferências do governo na cobertura do problema público, uma vez que necessita dar visibilidade às decisões políticas sobre o tema. Portanto, a mídia é também agendada pelas instituições que compõem o campo político. Assim, elaboramos o diagrama abaixo, que apresenta esse agendamento de forma contínua e imbricada durante o desenvolvimento do problema público.

**Figura 2 – Diagrama do Agendamento Mídia x Governo**



Fonte: a autora

Na seção 5, será possível demonstrar como o agendamento entre mídia e governo se desenhou nas páginas do *Jornal do Commercio* durante a tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya em Pernambuco. Já na próxima seção, o foco desta pesquisa recai numa discussão sobre a divulgação científica, com destaque para um desses tipos de divulgação, que é o jornalismo científico.

#### 4 JORNALISMO CIENTÍFICO E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Passamos agora a abordar mais especificamente a questão do jornalismo científico, haja vista o objeto deste trabalho ser composto por um produto jornalístico inserido nas temáticas da saúde e da ciência. Por isso, se faz necessário entender as nuances deste campo tido como especializado, compreender como se deu o seu surgimento e desenvolvimento, além de refletir sobre os entraves que ainda impedem uma ampla divulgação da ciência nos meios de comunicação em nosso país, como forma de democratizar esse conhecimento na sociedade.

A consolidação da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, nas últimas décadas, tem sido um quesito fundamental para o avanço da divulgação científica e, conseqüentemente, do jornalismo científico que, por sua vez, contribui para a democratização do conhecimento produzido em universidades, institutos de pesquisa e laboratórios. Embora os investimentos neste setor estejam ainda longe de alcançar os parâmetros adotados em países chamados de desenvolvidos, é perceptível o progresso obtido nos anos que se sucederam a partir da redemocratização do país, após o fim da ditadura militar.

Essa consolidação se mostra pertinente para a convivência em sociedade no sentido em que

a ciência e a tecnologia (e a informação), enquanto mercadorias valiosas, interferem na vida das pessoas, afetando-lhes o emprego, criando embaraços à compreensão de um mundo cada vez mais complexo e promovendo uma nova divisão social e geopolítica. (DUARTE; BARROS, 2013, p. 142).

Aqui entendemos a divulgação científica como sendo a disseminação de assuntos relacionados à ciência em diferentes ambientes, plataformas e situações comunicacionais, para um público não familiarizado com este campo. É um conhecimento, de acordo com Zamboni (2001), que sai de seu contexto de origem (laboratórios de pesquisa, grupos formados por cientistas e instituições tecnológicas), de limites restritos, não acessíveis ao público, e chega à sociedade com a mobilização de diversos recursos, técnicas e processos. Por isso, aproxima os cientistas da sociedade e transforma o caráter da atividade científica, geralmente individual, em marcadamente social (GUERRA, 2004). É, inclusive, “um recurso de mídia extremamente útil de que podem se valer os cientistas para buscar granjear apoio institucional para seus projetos de pesquisa.” (ZAMBONI, 2001, p. 42).

São exemplos de divulgação científica as exposições em museus, os acervos, as aulas de ciência no ensino escolar, as revistas científicas, os canais mantidos pelos próprios pesquisadores na internet e ainda o conteúdo divulgado pela mídia, estando aí incluso o jornalismo científico. Sobre esta especialidade (e não só esta, mas o jornalismo como um todo), é importante lembrar que ela está sujeita a lógicas de produção e divulgação completamente diferentes das verificadas nos outros casos citados acima, pois se insere num contexto diverso, numa outra conjuntura econômica, além de possuir atores sociais também distintos. Ainda assim, podemos dizer que é a que mais tem potência de disseminação e alcance do público leigo se pensarmos numa sociedade heterogênea como a nossa, na qual as desigualdades sociais vão de um extremo a outro.

É inegável a forma como a mídia consegue, de certa forma, produzir e divulgar conteúdos que diminuem esses abismos em termos de conhecimento. Isso porque promove uma espécie de homogeneização dos assuntos visando atingir o maior público possível, independente de classe social, política e econômica. Tanto é que boa parte da população conhece a ciência muito mais pela imprensa do que por uma experiência de vida. A “língua” dos cientistas, como denomina Zamboni (2001), é uma língua estrangeira para a maioria da população. Por isso, é necessária uma intermediação que a torne acessível “à grande massa de homens comuns, dissociados da elite científica e, portanto, colocados à margem de um saber cada vez mais técnico, numa sociedade cada vez mais funcionalmente especializada.” (p. 50).

Por seu caráter massificador (no sentido de agregador de grandes públicos e não no sentido atribuído em algumas pesquisas na área da comunicação, de massa como um bloco assujeitado), a mídia pode ser vista como esse agente intermediador. Ela é, sem dúvida, um meio para potencializar uma maior expansão da divulgação científica. Isso, claro, se for realmente utilizada com fins de possibilitar acesso à ciência de forma responsável e crítica, uma questão ainda tão deficiente em outros segmentos de interação na sociedade. De acordo com Silva (2013, p. 15), “o jornalista pode ser compreendido como um popularizador do discurso científico, mediando as falas dos construtores do conhecimento com as diversas audiências”.

Nesse contexto, a abertura de novos espaços para a divulgação científica, principalmente dentro dos veículos de comunicação tradicionais, de grande alcance público, é importante para difundir essa democratização de forma que os cidadãos possam

acompanhar o progresso da ciência e entender, também, como funciona a produção científica no país.

Oliveira (2007) pontua, ainda, que o jornalismo científico pode ajudar a desmistificar o estereótipo do pesquisador (no geral, de um profissional inacessível, distante da realidade da maioria das pessoas, que trata de assuntos que não são do domínio da maior parte da população) e proporcionar o que a autora chama de uma alfabetização científica, pois

o acesso às informações sobre C&T é fundamental para o exercício pleno da cidadania e, portanto, para o estabelecimento de uma democracia participativa, na qual grande parte da população tenha condições de influir, com conhecimento, em decisões e ações políticas ligadas a C&T. (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

Sendo assim, reiteramos que o jornalismo científico tem um importante papel social quando se fala em direito à informação. Direito este que é um dos pontos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. A socialização do conhecimento sobre ciência é fundamental, ainda de acordo com Oliveira (2007), porque grande parte do dinheiro investido em C&T vem da iniciativa pública – governos municipais, estaduais e federal – por meio de arrecadação de impostos. Portanto, é dinheiro da própria sociedade, que deve ser beneficiada por tais investimentos e que tem o direito de saber o que é feito com o seu próprio dinheiro.

Além disso, “o grau de desenvolvimento científico e tecnológico dos países pode estar diretamente associado à melhoria de sua qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2007, p. 13), se levarmos em consideração que soluções tecnológicas e descobertas científicas podem ampliar o acesso a serviços de saúde e educação. Podem, ainda, ser importantes para transformar a relação do homem com o meio ambiente em algo mais sustentável para as próximas gerações. Por tudo isso, acreditamos que o jornalismo científico precisa ser uma especialização do jornalismo cada vez mais acessível ao público, para que a sociedade civil também possa ser um agente de cobrança e de ressignificação.

#### 4.1 JORNALISMO CIENTÍFICO NO BRASIL E NO MUNDO

O primeiro livro completo impresso em máquinas de tipos móveis, também chamadas de prensas móveis, foi o marco do surgimento da imprensa mundial. A invenção do alemão Johann Gutenberg, em 1455, se deu, de acordo com Oliveira (2007),

dois séculos antes do jornalismo científico, mas foi ainda no século XV que a difusão da ciência foi impulsionada. Isso porque a popularização do saber científico se fez presente na própria formação do jornalismo como instrumento de transmissão do conhecimento na sociedade (SILVA, 2013), o que também permitiu o advento do jornalismo científico mais propriamente dito ainda no século XVII. Foi em 1666 que a divulgação científica do alemão Henry Oldenburg passou a ser remunerada, inaugurando assim a profissão de jornalista científico.

Um ano antes havia sido lançado, na Europa, o *Journal des Sçavans* – a primeira revista publicada no mundo para difundir conteúdo científico, que trazia artigos sobre a área das letras. Os periódicos científicos foram se multiplicando na medida em que as descobertas da área se consolidavam, o que fez surgir uma demanda cada vez maior por esse tipo de conteúdo. É que tais publicações passaram a ser um instrumento de formalização da difusão do saber científico de modo eficiente e disponível a segmentos mais amplos da sociedade por determinados períodos de tempo (DUARTE; BARROS, 2013).

Poucos anos antes e após a Primeira Guerra Mundial, os países desenvolvidos experimentaram uma expansão do desenvolvimento científico e tecnológico, advinda justamente da necessidade de se criar novos aparatos bélicos e de comunicação a fim de garantir soberania militar, no caso dos vencedores, ou de impulsionar uma recuperação das forças armadas, no caso das potências que saíam derrotadas da guerra. A questão da sobrevivência econômica das nações que se envolveram no conflito proporcionou esse desenvolvimento.

Considerado por Dantas (1996) como o período no qual ocorreu uma segunda grande revolução nas tecnologias da informação (a primeira teria sido a utilização do telégrafo), o fim do século XIX e o início do século XX viram surgir inventos como a telefonia, a radiotelegrafia e a radiodifusão e o desenvolvimento da fotografia e do cinema. Foi também no século XIX que surgiram as primeiras Sociedades Científicas, entidades que reúnem pesquisadores em prol da ciência, com intuito de impulsionar a geração de conhecimento e sua posterior divulgação. Na época, quanto mais o saber científico era fomentado, mais era vista a necessidade de sua propagação (DUARTE; BARROS, 2013).

Tanto é que Oliveira (2007, p. 21) vai complementar a análise desse cenário quando afirma que “os jornalistas científicos, ou escritores de ciência americanos, desde o início da década de 1920 já trabalhavam em estreita colaboração com a comunidade científica”, uma prova do interesse que havia não só de se produzir novos conhecimentos, mas de garantir que os mesmos fossem disseminados como forma de status social, político e econômico. A cobertura jornalística especializada em ciência e tecnologia aumentou a partir da divulgação de informações sobre armas com potencial de destruição, como explosivos e gases venenosos, e de uma maior utilização de aviões e submarinos em conflitos.

Esse movimento seguiu no decorrer dos anos e foi ampliado no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando houve um aumento da especialização da própria cobertura jornalística de ciência e tecnologia. Isso se deve ao crescimento do acesso à informação e a um ganho na velocidade de divulgação, proveniente das novas tecnologias que foram desenvolvidas no período de guerra. Percebemos, assim, como o desenvolvimento dessa prática jornalística esteve atrelada, ao longo de décadas, a uma questão política e fundamentalmente econômica, de validação dos países ricos em seus lugares de potências mundiais.

Foi nesse ambiente também que começaram a surgir temáticas dentro do já especializado jornalismo científico, como citam Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013, p. 53).

Se nos referirmos às especializações, podemos dizer que o jornalismo científico é uma especialização do jornalismo e, sem dúvida, é também uma especialização da ciência. Essa grande divisão não termina aí; dentro do jornalismo científico podemos estabelecer, pelo menos, as seguintes subdivisões: jornalismo ambiental, jornalismo médico e jornalismo tecnológico. Cada uma dessas divisões é arbitrária e realmente poderíamos considerar todas elas dentro do jornalismo científico. Estabelecemos essa divisão justamente no sentido de marcar uma tendência na especialização dos temas que podem ser tratados na divulgação científica.

O aumento exponencial da produção científica, proporcionado pelo desenvolvimento das tecnologias usadas durante as guerras, como já citado, desencadeou ainda a revolução que vivemos na era digital. O surgimento da internet, principalmente, passou a conectar a sociedade em rede, fazendo da rede a própria sociedade (CASTELLS, 2001). Ao longo dos anos, a internet, então, passou a ser o meio organizador que permite criar outras formas variadas de relação social, num tecido que dá sentido à própria

existência humana e pelo qual novas realidades são construídas. Isso influenciou diretamente também o compartilhamento de informações sobre ciência e tecnologia, pois a velocidade das comunicações fez com que houvesse uma concentração ainda maior num trabalho específico.

É o que Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013, p. 55) chamam de uma “ultraespecialização globalizada”.

Ultraespecialização porque o pesquisador estuda um tema particular de análise, e globalizada porque, ao mesmo tempo, sabe que o tema no qual trabalha está sendo pesquisado, também, pelo colega que está a quase 10 mil quilômetros de distância.

É importante frisar que o jornalismo científico brasileiro acompanhou a tendência mundial de especialização a partir do surgimento das novas tecnologias e do desenvolvimento da ciência. O jornalismo como um todo, no nosso país, sempre acompanhou as tendências importadas dos Estados Unidos e da Europa e as principais mudanças que aconteceram ao longo dos anos nas rotinas de produção e edição foram pautadas costumeiramente pelas transformações acontecidas nessas duas regiões do globo.

Prova disso é a chegada das agências de notícia do exterior aos países pouco industrializados. De acordo com Dantas (1996, p. 42), “seus telegramas determinavam quais acontecimentos eram importantes no dia-a-dia de cada país e como deveriam ser noticiados”. Não raro as recomendações eram estabelecidas mediante critérios etnocêntricos dos jornalistas que lá atuavam. “Essas agências internacionalizaram um tipo de jornalismo [...] que dá importância ao imediato, ao extraordinário, ao sensacional, ao superficial, ao bizarro, ignorando as articulações dos fatos, os processos sociais.” (DANTAS, 1996, p. 42).

No Brasil, de acordo com Bueno (2009), a história do jornalismo científico surgiu com a própria criação da imprensa brasileira, após a chegada da família real portuguesa ao país, na figura de Hipólito da Costa. O fundador do Correio Brasiliense passou a exercer o jornalismo científico no fim do século XVIII, a partir de seu contato com amigos e fontes, que lhe disponibilizavam informações e fatos merecedores de divulgação. Nessa época, a produção de relatos e notícias se concentrava em abordar questões sobre a botânica, a agricultura e as doenças em circulação. Isso revela que a preocupação com a publicação de textos sobre doenças se faz presente desde os primórdios da imprensa

nacional, sendo um tema que desperta interesse na sociedade até hoje, visto que impacta diretamente a vida das pessoas.

José Reis é outro importante nome do jornalismo científico brasileiro, segundo Bueno (2009). Durante 60 anos, Reis “produziu artigos, livros e coordenou programas de rádio, inserindo a prática da divulgação científica no Brasil, neste século, dentre as melhores em todo o mundo.” (BUENO, 2009, p. 116). O autor ainda aponta que a história da divulgação científica e do próprio jornalismo brasileiro passa por dois momentos distintos: o primeiro vai do início da imprensa nacional até o fim da década de 1960; o segundo vai da década de 1970 até os dias de hoje.

A justificativa para essa divisão são dois movimentos importantes que aconteceram a partir de 1970:

a multiplicação em nosso País dos cursos de jornalismo, particularmente, aqueles vinculados a universidades públicas, e o surgimento e consolidação das publicações, cadernos, editorias e programas especializados em ciência e tecnologia. (BUENO, 2009, p. 117).

Duarte e Barros (2013) apontam essa mesma época como sendo um marco para a relação mais aproximada entre ciência e imprensa em nosso país, a partir da realização do 1º Congresso Ibero-Americano de Jornalismo Científico, ocorrido na cidade de Caracas, na Venezuela, em 1974. O evento inaugurou um espaço de discussão e troca de conhecimento entre jornalistas interessados em ciência nas Américas e na Espanha. O progresso tecnológico como sinônimo de modernização e desenvolvimento estava em voga no período, o que fez ainda com que os países poucos industrializados até então passassem a tecer críticas sobre suas condições de dependência em relação aos países hegemônicos, que detinham aparato tecnológico mais avançado. Foi uma ação embrionária na busca por maior autonomia dos que integravam a parte menos afortunada do globo.

Sobre o primeiro momento citado por Bueno (2009), Oliveira (2007, p. 29) destaca que “foi também a partir de meados da década de 1940 que a ciência brasileira entrou definitivamente na agenda do governo e da sociedade”. A maior influência foi o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto que em 1948 houve a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tendo José Reis como um de seus fundadores. Em relação ao segundo momento, Oliveira (2007) resgata o crescimento significativo, ainda mais na década de 1980, do jornalismo científico no Brasil,

impulsionado pelo surgimento de revistas e programas de televisão, além de maior espaço para C&T nos jornais impressos.

Nos anos 1990, surgiu um forte movimento mundial, a partir de instituições ligadas à defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, que pregava a necessidade dos cidadãos atentarem para a preservação da natureza e, conseqüentemente, das gerações futuras. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, que teve o Rio de Janeiro como sede, foi um divisor de águas na relação da sociedade com o tema. A partir de então, o Brasil abraçou a tendência internacional de abrir mais espaço para o jornalismo científico na mídia tradicional.

Foi nessa época também que as assessorias de imprensa das universidades e instituições de pesquisa, principalmente as públicas, ligadas ao Governo Federal, começaram a se organizar, de modo a dar ainda mais fôlego à produção jornalística na área da ciência, embora ainda haja um caminho longo a ser percorrido, como observa Oliveira (2007, p. 39).

O jornalismo científico, se for possível a analogia, mal saiu da fase romântica, resvala muitas vezes no denunciismo e no alarmismo sem fundamento e é incapaz de análises e exposição de contrapontos (tão necessários ao bom jornalismo), como de resto já é corrente na prática do jornalismo econômico e político.

Essa crítica reforça a importância de cada vez mais haver estudos que abordem a temática do jornalismo científico, como já vem sendo feito em várias universidades pelo Brasil. É uma forma de pesquisadores do campo da comunicação contribuírem para o avanço de uma divulgação científica comprometida com a democratização do conhecimento, que esteja voltada para o interesse público e que, principalmente, aponte caminhos para um jornalismo de qualidade. Ainda mais nos últimos anos, tendo em vista o retrocesso ao qual não só o Brasil, mas vários países pelo mundo assistem. A ascensão da extrema direita nas sociedades democráticas ocidentais (com especial destaque para as Américas) está balizada numa negação da ciência no que diz respeito às formas de se lidar com informações relacionadas, especialmente, às mudanças climáticas e à importância da vacina na prevenção de doenças.

#### 4.2 SOBRE O DISCURSO JORNALÍSTICO E O DISCURSO CIENTÍFICO

As pesquisas e descobertas dos cientistas chegam à sociedade, tradicionalmente, por meio da imprensa – seja pelo trabalho de recorrer às fontes, num garimpo feito pelos

próprios repórteres, seja pelo esforço das assessorias de imprensa de universidades, institutos de pesquisa e laboratórios, que veem na imprensa uma oportunidade de consolidar o estudo dos pesquisadores e conseguir investimentos para fomentar novas investigações acadêmicas. A cobertura de ciência e tecnologia exige o mínimo de familiaridade do jornalista com o tema e, ainda, uma habilidade para que este consiga informar o seu público de maneira clara e precisa, através de artigos, reportagens e notícias.

Em nossa pesquisa, utilizaremos o conceito de Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013, p. 50) sobre notícias científicas, que são “aquelas que se originam em um laboratório ou instituto de pesquisas e que podem mudar a vida das pessoas”. Se levarmos em conta as descobertas que vão desde questões relacionadas à saúde (cura e tratamento de doenças) aos estudos que promovem desenvolvimento tecnológico no campo da mobilidade e da comunicação, podemos dizer que toda notícia científica tem ou poder vir a ter impacto na sociedade – umas mais, outras menos. O jornalismo científico, por sua vez, é o campo no qual se dá a difusão de tais notícias nos meios de comunicação de massa de uma forma compreensível e acessível ao grande público (CALVO HERNANDO, 2004, apud GIRALDEZ ALVAREZ; CASTELLUCIO; CÓRDULA ALMEIDA, 2013).

O discurso jornalístico, já abordado de maneira mais ampla na seção anterior, é repleto de intencionalidades<sup>9</sup>. Assim também o é o discurso científico e qualquer discurso que circula nos grupos sociais. Por isso, na nossa visão, não faz sentido falar em neutralidade da ciência porque esta atividade está inserida num processo social, no qual as questões ideológicas não podem ser desconsideradas, visto que “os pesquisadores, como todos os indivíduos, não se despem de suas escalas de valores ao exercer sua profissão.” (DUARTE; BARROS, 2013, p. 39). A convivência com a ideologia e as visões de mundo de cada indivíduo são inevitáveis, embora esta não deva ser uma justificativa para que o cientista se utilize disso a fim de favorecer ou dissimular determinada situação.

---

<sup>9</sup> O termo aqui empregado é consonante com o significado utilizado por Charaudeau (2019, p. 48): “Trata-se de um conjunto de intenções que podem ser mais ou menos conscientes, mas que são todas marcadas pelo selo de uma coerência psicossociolinguageira. [...] o ato de linguagem é permeável aos impactos do inconsciente e do contexto sócio-histórico. Intencionalidade é diferente de *intenção* e equivale ao termo *projeto de fala*”.

Se o jornalista fala para seus leitores, ouvintes ou telespectadores com o propósito de atrair a atenção do seu público e conquistá-lo a fim de vender mais notícias e anúncios, o cientista, por sua vez, fala para uma comunidade acadêmica com a intenção de impor sua condição de um profissional qualificado que busca notoriedade e reconhecimento, além de, muitas vezes, apoio financeiro de instituições que podem proporcionar maior aporte para sua pesquisa.

Em todo o caso, há diferenças importantes nessas formas de discurso que merecem destaque.

Enquanto o cientista produz trabalhos dirigidos para um grupo de leitores, específico, restrito e especializado, o jornalista almeja atingir o grande público. A redação do texto científico segue normas rígidas de padronização e normatização universais, além de ser mais árida, desprovida de atrativos. A escrita jornalística deve ser coloquial, amena, atraente, objetiva e simples. A produção de um trabalho científico é resultado não raro de anos de investigação. A jornalística, rápida e efêmera. O trabalho científico normalmente encontra amplos espaços para publicação nas revistas especializadas, permitindo linguagem prolixa, enquanto o texto jornalístico esbarra em espaços cada vez mais restritos, e portanto deve ser enxuto, sintético. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Diferenças à parte, não podemos perder de vista que tanto a ciência quanto o jornalismo têm nas pessoas, no ser humano, os seus agentes de produção. Pessoas essas que, independentemente da situação de enunciação, estão passíveis a erros e que sofrem as mesmas pressões econômicas e políticas que afetam qualquer campo social. (GIRALDEZ ALVAREZ; CASTELLUCIO; CÓRDULA ALMEIDA, 2013). É importante elencar as contendas existentes entre os grupos e os discursos, mas é preciso deixar claro que não há polos, lados opostos nessa relação (ou pelo menos não deveriam haver). Isso porque é necessário entender a descoberta do fato científico “como resultado de uma construção social, fruto das circunstâncias e condições de um determinado estágio do saber, em determinada época e lugar.” (ZAMBONI, 2001, p. 32).

Como discutido na seção anterior, sobre o discurso e a produção de sentido, todo enunciado está direcionado a alguém ou a um público. Mesmo que esse interlocutor não seja real, ele é, no mínimo, idealizado, pressuposto pelo enunciador. Essa idealização ocorre a partir de uma caracterização do público que é feita pelo próprio locutor, a partir do seu lugar de fala e de suas experiências e bagagens de vida, se pensarmos tanto no discurso científico (no qual o cientista é o enunciador), quanto no discurso da divulgação científica (aqui tendo a figura do jornalista como locutor, levando em conta que nossa

pesquisa foca nos processos de divulgação científica nos quais os veículos de comunicação são os enunciadores).

Além do caráter dialógico de ser direcionado a alguém, os discursos circulantes na sociedade são reflexos de jogos de poder, como já abordado anteriormente. No caso do discurso da divulgação científica originado nos centros de pesquisa e que chega ao grande público, Zamboni (2001, p. 41) explica que este “opera como uma força de reconhecimento e legitimação dos círculos do saber, conferindo à atividade científica um lugar de prestígio e poder”. Do contrário, não haveria o interesse dos pesquisadores em disseminar o seu conhecimento para audiências mais heterogêneas, que estão fora dos ambientes da ciência. Não há, nesse sentido, um intento de divulgar a ciência apenas como uma questão de altruísmo, mas também como reforço dos jogos de poder por parte de quem detém o conhecimento. Trata-se de um valor simbólico de diferenciação dentro da sociedade.

Essa elevação do status da fonte da divulgação científica, por sua vez, é perceptível no jornalismo na medida em que o discurso da imprensa imprime um caráter de autoridade aos pesquisadores. Nos textos jornalísticos, os cientistas são apresentados via de regra por nome, função, especialização, instituição à qual estão vinculados e projetos dos quais fazem parte e, ainda, quem são seus financiadores. É um recurso que, muito além de reconhecer a relevância do pesquisador, objetiva revestir a notícia de seriedade e efeito de verdade. Quem está ali no texto, revelando determinada informação, não é uma pessoa qualquer, mas um especialista comprovado.

Assim, o veículo de comunicação acredita chancelar o seu compromisso com a veracidade do conteúdo, pois “o discurso da ciência desfruta de um aspecto socialmente privilegiado, dada sua representação como o ‘discurso da verdade’, de uma ‘fala incontestável’” (ZAMBONI, 2001, p. 72). Não é à toa o fato de as campanhas publicitárias apelarem para o bordão do “cientificamente comprovado ou testado” na tentativa de persuadir o consumidor e vender o produto anunciado.

Outra característica importante a ser pontuada a respeito das diferenças entre o discurso científico e o discurso da divulgação científica nos veículos de comunicação é o fato deste último receber um tratamento diferenciado para que ocupe as páginas dos jornais, os sites, os rádios ou as telas de TV. O caráter efêmero da notícia, como discutido na seção anterior, faz com que o discurso científico seja submetido a uma lógica de

inversão para que se adeque ao texto jornalístico. Enquanto o artigo científico segue um método próprio de escrita, que primeiro valoriza a ambientação do tema de estudo, passa por uma fundamentação teórica e pela explicação da metodologia empregada para só então chegar aos resultados, o texto jornalístico prioriza no seu *lead*<sup>10</sup> justamente o fim do artigo, ou seja, os seus resultados. É o que Zamboni (2001, p. 120) chama de reversão da superestrutura do texto científico, de modo que “as conclusões das pesquisas e as potenciais aplicações de seus resultados no cotidiano das pessoas ganham posição de destaque”.

O discurso científico é direcionado a um público diferente dos destinatários do discurso de divulgação científica. Por isso, o primeiro passa por uma espécie de “facilitação”, como exposto por Zamboni (2001). É preciso adequar a linguagem do cientista ao entendimento do público leigo, não afeito à ciência, que nada ou pouco sabe sobre o assunto. Até porque “muito além de ser unicamente o produto de uma operação reformuladora, o discurso da DC<sup>11</sup> é o resultado de uma atividade discursiva que se desenvolveu em condições de produção inteiramente outras.” (ZAMBONI, 2001, p. 59-60). Sendo assim, a transformação do discurso científico no discurso da divulgação científica o torna um outro discurso, distante da formação discursiva inicial. A autora considera que tal transformação demanda um trabalho profundo e cuidadoso dado o elevado grau de hermetismo do discurso da ciência.

Tal ponto de vista é reforçado por Duarte e Barros (2013, p. 224) ao afirmarem que “colocar a informação numa linguagem fácil, acessível, seguindo normas de bom-senso sobre o conhecimento mínimo do receptor médio, não é tarefa fácil”. Os autores defendem que é preciso se dedicar a um exercício intenso e duradouro de leitura e escrita para se chegar a uma linguagem adequada. Além disso, uma simplificação da mesma não pode jamais apresentar aspectos de distorção ou imprecisão da informação que se pretende transformar em divulgação científica.

Para os autores,

produzir notícias científicas para divulgação na mídia, embora tenda a parecer uma atividade simples e automática à primeira vista, constitui-se, ao contrário,

---

<sup>10</sup> De acordo com Paternostro (1999, p. 144), *lead* (ou lide) é “a abertura da matéria [...]. O gancho da reportagem normalmente está no lead”. É o início do texto, onde as principais informações são apresentadas ao leitor, de forma que ele saiba do que se trata a notícia.

<sup>11</sup> A autora abrevia o termo “divulgação científica” para DC.

num complexo processo de construção de sentidos negociado passo a passo e orientado segundo interesses e valores em jogo na luta simbólica que os atores envolvidos (cientistas e jornalistas) travam pela interpretação da realidade. (DUARTE E BARROS, 2013, p. 163).

O procedimento de transformar o texto científico (ou uma entrevista com um cientista) em texto jornalístico é chamado por Gomes (1995, 1996) de retextualização. O conceito vem do campo da linguística, apresentado por Marcuschi (2010) como a passagem da fala para a escrita não como uma transformação do caos em ordem, mas como uma passagem de uma ordem para outra ordem. Para este autor, as atividades de retextualização são rotinas comuns, utilizadas por nós o tempo todo num processo automatizado, o que não significa que seja mecânico. “Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra.” (MARCUSCHI, 2010. p. 48).

Sobre essas reformulações, Zamboni (2001) defende que elas precisam levar em conta o público ao qual se destina o discurso da divulgação científica e devem se utilizar de mecanismos de aproximação desse público com a ciência.

Dirigido a um público não-especializado nos assuntos de ciência e tecnologia, o discurso da divulgação científica deve dispensar a linguagem esotérica exigida pelo discurso científico preparado por e para especialistas e abrir-se para o emprego de analogias, generalizações, aproximações, comparações, simplificações – recursos que contribuem para corporificar um estilo que vai se constituir como marca da atividade de vulgarização discursiva. (ZAMBONI, 2001, p. 89).

Gomes (1995,1996) aponta que a imprensa diária, que traz entre suas condições de produção as questões do imediatismo e da concisão, com o objetivo de alcançar um número maior de leitores, ouvintes ou telespectadores, acaba simplificando a complexidade da linguagem científica nesse processo. O fator concisão é o que mais causa problemas na transformação de textos científicos em textos jornalísticos, pois, segundo Gomes (1996, p. 5), “as normas do jornalismo levam à eliminação de grande parte das informações”, o que é chamado pela autora de “princípio redutor”. Quando a retextualização envolve a transformação de entrevistas em textos jornalísticos, ela indica que outras operações, além do princípio redutor, são postas em prática.

Nesse contexto,

[...] entram em ação operações que suprimem as características da fala e tratam o texto estilisticamente, adequando-o às normas do jornalismo. Apesar de funcionar a partir de estratégias semelhantes às do resumo, este princípio vai

além da simples sintetização, pois implica supressão de informações. (GOMES, 1996, p. 5).

Do ponto de vista jornalístico, embora esse procedimento de supressão seja necessário para que o produto da retextualização, no caso a matéria jornalística<sup>12</sup>, ocupe o espaço destinado dentro da publicação e esteja concluído e pronto para a divulgação no prazo estipulado, o mesmo não deve levar a um comprometimento do *valor-verdade* dos enunciados (MARCUSCHI, 2010). Para o autor, as mudanças de conteúdo são inevitáveis nas atividades de transformação porque pressupõem operações que extrapolam a simples regularização linguística, como procedimentos que visam substituição, reordenação e concisão que, por sua vez, levam a mudanças de estilo – e conseqüentemente de gênero textual. Assim, discurso científico e discurso de divulgação científica se acomodam em gêneros do discurso distintos e, ainda mais, segundo Zamboni (2001, p. 94), “são colocados em funcionamento em campos discursivos distintos”.

A autora define

o discurso da divulgação científica como *um trabalho de efetiva formulação de um novo discurso*, trabalho exercido por um sujeito enunciativo ativo, e não simplesmente assujeitado aos discursos prévios (mas nem por isso senhor absoluto de seu dizer), que agencia, entre os elementos disponíveis na língua, aqueles que melhor respondem ao seu empreendimento enunciativo. (ZAMBONI, 2001, p. 140).

Sobre a concisão, é importante destacar ainda que ela é empregada pelo jornalista a partir da idealização de um leitor que não tem muito tempo disponível ou interesse por textos longos. Apesar disso, como explica Gomes (1996), esse procedimento também é resultado de pouco espaço editorial e, aqui, acrescentamos também a questão do pouco tempo para a execução das tarefas diárias do jornalista, principalmente nos dias de hoje, nos quais o repórter se vê num ambiente multifunção, em que precisa escrever a notícia para mais de uma plataforma (impressa e online, por exemplo) do veículo de comunicação para o qual trabalha, além de ser o responsável pela produção de imagens – vídeos e fotografias. Isso quando não tem mais de uma pauta para cumprir ao longo do seu expediente. Por esse motivo, “a clareza, a simplicidade e a concisão funcionam como pilares do princípio redutor.” (GOMES, 1996, p. 6).

---

<sup>12</sup> Para Paternostro (1999, p. 145), matéria significa “o que é publicado ou se destina a ser publicado em qualquer veículo de informação. É usado como sinônimo de reportagem”. Por isso, especialmente na seção 5 desta pesquisa, usaremos o termo “matéria” como termo substitutivo de notícia, reportagem e texto jornalístico.

Embora o fator tempo seja decisivo nessa abordagem, é preciso deixar claro, conforme explica Marcuschi (2010, p. 55), que “as operações de retextualização na passagem da fala para a escrita são atividades *conscientes* que seguem os mais variados tipos de estratégias”. Não se trata de um procedimento mecanizado, feito sem se levar em conta o que pretende ser dito, de que forma, para que tipo de público.

Afinal, como abordado na seção anterior deste trabalho,

a língua não é um simples sistema de regras, mas uma atividade sociointerativa que exorbita o próprio código como tal. [...] A língua é fundamentalmente um fenômeno sociocultural que se determina na relação interativa e contribui de maneira decisiva para a criação de novos mundos e para nos tornar definitivamente humanos. (MARCUSCHI, 2010, p. 125).

É desse processo de retextualização, no qual está amparado o princípio redutor, que surge o embate entre jornalistas e cientistas e as desconfianças por parte dos pesquisadores sobre o conteúdo divulgado pela imprensa. Por sua vez, o discurso científico, tido como especializado e, por isso mesmo, hermético (ainda mais do que outros discursos especializados que circulam na sociedade) é, não raro, alvo de críticas por parte dos jornalistas.

O problema é que, apesar de nos últimos anos ter havido um processo de amadurecimento do jornalismo científico – no sentido de um tratamento mais engajado por parte dos profissionais –, de acordo com Oliveira (2007), a preocupação em tratar a informação científica com mais cuidado e rigor ainda é limitada na imprensa brasileira. Essa situação, para a autora, não é fato restrito ao jornalismo científico, mas também se estende ao jornalismo de economia, esporte, política e cultura. No caso do jornalismo científico, essa “falta de abordagem mais criteriosa leva à publicação de informações equivocadas e à visão estereotipada da ciência.” (OLIVEIRA, 2007, p. 49).

Essa é uma grande dificuldade porque a maior parte da população conhece a realidade da ciência através dos meios de comunicação. A experiência direta que as pessoas têm com esse campo do conhecimento é muito aquém do desejável no Brasil e as oportunidades de acesso à produção científica são escassas se observarmos a realidade da maior parte da população, que sequer tem acesso ao básico: uma educação formal de qualidade desde os primeiros anos de vida. Por isso, é o jornalismo científico que faz essa interface entre a ciência e o público. Através dos meios de comunicação, desempenha um papel essencial no processo de alfabetização científica da sociedade, conforme apontam Duarte e Barros (2013).

Quando essa intermediação não é feita de forma cuidadosa ou quando visa exclusivamente interesses comerciais dos veículos de comunicação, todos os atores envolvidos saem perdendo.

Muitos cientistas desconfiam dos jornalistas e criticam suas reportagens por infidelidade, simplificação exagerada ou eventual sensacionalismo. Os próprios jornalistas criticam, muitas vezes, a maneira pela qual a ciência é representada pela mídia. No entanto, tendem a responsabilizar suas fontes – cientistas, universidades e instituições técnicas por fornecer informação muito intrincada ou inadequada. O próprio público frequentemente reclama porque a informação científica disponível nos meios de comunicação é incompleta ou incompreensível. (EPSTEIN, 2002, p. 82).

Outra questão que leva a esse embate e diminui as possibilidades de ampliação dos espaços do jornalismo científico nos veículos de comunicação é o fetiche da velocidade (MORETZSOHN, 2002), já trabalhado na seção anterior. Em busca de notícias que se concretizem rapidamente, atingindo o maior número de pessoas e causando maior impacto possível, as empresas de comunicação “aumentam a distância que existe entre o desenvolvimento de todo um universo científico e o momento de obter um resultado verdadeiramente valioso para a sociedade.” (GIRALDEZ ALVAREZ; CASTELLUCIO; CÓRDULA ALMEIDA, 2013, p. 70).

Por isso, as notícias científicas, principalmente as da área de saúde (curas ou descoberta de doenças, tratamentos médicos, qualidade de vida e longevidade do ser humano), muitas vezes apresentam generalizações ou abordagens alarmantes que beiram o sensacionalismo, o que representa um perigo e uma afronta à democratização do conhecimento científico de forma legítima e responsável.

É preciso considerar ainda que uma predileção pela divulgação de resultados imediatos é uma das principais características do jornalismo, mas que, do ponto de vista do jornalismo científico, essa característica acaba por inviabilizar qualquer pretensão das funções sociais de uma possível “alfabetização científica” pela imprensa. (SILVA, 2013, p. 126).

Uma possibilidade para diminuir o embate entre cientistas e jornalistas e promover uma melhor convivência, conforme sugere Zamboni (2001, p. 141), é que ambos tenham o entendimento de que a divulgação científica se configura um gênero discursivo próprio, único, e que “cabe a cada um deles produzir discursos diferentes, que não se subsumem nem se reduzem a uma única tipologia”. E isso não significa desmerecer as relações que fazem a divulgação científica ter um vínculo importante com o campo e o discurso científico.

É, na verdade, admitir que aquela está numa formação que não mais se identifica com o discurso da ciência em sua essência. A divulgação científica, quando ganha os espaços midiáticos, passa a integrar uma nova ordem social e econômica diferente da estabelecida pela ciência. Ordem essa que busca possuir um potencial de mercadoria que deve “atrair consumidores e gerar lucros para as empresas de comunicação” (ZAMBONI, 2001, p. 142), haja vista estar direcionada a um público diferente – o cidadão comum.

#### 4.3 O TEMPO JORNALÍSTICO E O TEMPO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O fetiche da velocidade é uma característica inerente às condições de produção do fazer jornalístico. A busca por notícias que impactam a vida em sociedade (que, atraindo um público maior, atende os interesses mercadológicos das empresas de comunicação) e o desejo quase que de onipresença dos meios de comunicação como forma de demonstrar um espírito de verdade e credibilidade, tudo isso de maneira veloz e conectada com as demandas sociais de “tempo é dinheiro”, fazem com que o trabalho jornalístico esteja submetido às pressões do tempo. É preciso redigir a reportagem o quanto antes para que ela seja publicada na internet, é preciso entrar ao vivo o quanto antes em rede nacional para atualizar as novidades sobre determinado caso de repercussão. O jornalismo está fadado a ser refém do tempo.

A ciência, por sua vez, da mesma forma está submetida às pressões do tempo, como tudo dentro das instituições que compõem a sociedade. O pesquisador também está dentro da lógica do “tempo é dinheiro”, pois trabalha com descobertas que podem transformar a vida das pessoas e impactar a sociedade de forma positiva e também negativa. Além disso, ele sabe que quanto mais cedo o seu estudo apresentar resultados, mais cedo o reconhecimento e os investimentos virão – seja para ampliar as investigações ou galgar espaços em outras pesquisas.

Mas há uma ampla diferença nas pressões do tempo jornalístico quando se compara com as pressões do tempo na ciência. Enquanto o tempo da ciência é contado em meses, anos e até mesmo décadas, se levarmos em consideração o andamento de uma pesquisa que precisa de várias etapas de testagem e aprovação no meio acadêmico, o tempo do jornalismo é medido em dias ou horas (quando se fala do *deadline* do fechamento do jornal diário ou da necessidade de se atualizar o site da empresa de comunicação).

Como aponta Epstein, o tempo jornalístico é diametralmente mais curto que o tempo da ciência, pois

a “verdade” da pesquisa científica é fruto de um longo e laborioso trabalho de pesquisa, sujeito à rigorosa comprovação empírica e avaliação pelos pares. Um dos valores da “verdade” da notícia jornalística é a atualidade do fato novo e inesperado, muitas vezes contrariando teorias científicas consagradas, daí o seu caráter de “inesperado”. (EPSTEIN, 2004, p. 8).

De fato, o tempo da ciência não é o mesmo tempo do jornalismo. Os veículos de comunicação anseiam pelo furo de reportagem e pela manchete bombástica que faz vender mais exemplares, conquistar mais pontos de audiência ou garantir mais acessos online. Nesse contexto, “o jornalista procura o novo, o imediato, o que ‘sucederá amanhã’ – principalmente a partir do uso da Internet.” (GIRALDEZ ALVAREZ; CASTELLUCIO; CÓRDULA ALMEIDA, 2013, p. 57). Até porque a hierarquia da notícia muda num piscar de olhos com essas distâncias espaciais e temporais encolhidas. O que hoje é destaque nos veículos de comunicação, amanhã pode simplesmente não ter a menor importância diante de um fato de maior repercussão, que, por sua vez, desperta novos interesses no público.

Isso se explica pelo caráter mercadológico da notícia, como aponta Marcondes Filho (1986). Tal produto jornalístico se configura um capital dentro da lógica em que se estabeleceu (a capitalista).

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 13).

O trabalho do jornalista também está dentro dessa estrutura citada por Marcondes Filho e o profissional da comunicação, no geral, parece entender e aplicar muito bem essa lógica quando procura sempre estar à frente do colega concorrente. Mesmo dentro das redações há disputa entre jornalistas da própria empresa. Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013, p. 57) reforçam que essa mesma concorrência também se faz presente no universo dos pesquisadores em ciência, levando em conta que “o cientista também está em uma carreira similar para sair na frente do laboratório vizinho com suas publicações”. A diferença, mais uma vez, é o tempo em que isso acontece porque o cientista “normalmente tem outros ritmos de trabalho – mais lentos e repetitivos,

submetidos, na teoria, a vários sistemas de controle prévios, antes que o trabalho seja publicado.” (p. 57).

Marcondes Filho (1986) aponta que os meios de comunicação surgiram como instrumentos do capitalismo porque permitiam de forma mais simples a circulação de mercadorias, bem como facilitavam a ampla divulgação de informações sobre exportações e importações para o público que fazia parte do circuito comercial, ou seja, os empresários. Daí o caráter mercadológico das notícias desde os primórdios da imprensa escrita, que faz com que o tempo do jornalismo seja submetido a pressões distintas das verificadas no tempo da ciência.

O maior desenvolvimento de C&T nas últimas décadas, principalmente no campo da descoberta de doenças ou de tratamentos para cura, tem sido uma oportunidade para que a divulgação científica almeje mais prestígio na sociedade, fazendo também com que o jornalismo científico alcance maior espaço. Apesar disso, Oliveira e Epstein (2009) afirmam que é comum a publicação de notícias sobre medicamentos ainda em fase de testes como sendo promessas de cura. “Ocorre, assim, uma assimetria entre os tempos da necessidade de cura dos pacientes, da divulgação científica, da própria pesquisa científica e dos procedimentos legais normativos.” (OLIVEIRA; EPSTEIN, 2009, p. 425).

A ciência é baseada em rigorosos processos de testagem e de refutações para poder chegar a uma conclusão, a uma certeza definitiva. Em alguns casos, essa certeza pode ser provisória porque em determinado momento carece de maior avanço ou de estudos complementares. Mesmo quando a sociedade anseia por respostas, é preciso ter cautela. Por isso, é possível dizer que “enquanto o público procura ‘verdades’ a partir do trabalho da ciência, esta aponta para certezas provisórias, mas que poderão ser confirmadas, refutadas ou, mesmo, transformadas à medida que o saber científico é construído.” (OLIVEIRA; EPSTEIN, 2009, p. 424).

A respeito da relação dos pesquisadores e dos jornalistas dentro dessa lógica de tempos distintos, Barros e Duarte (2013, p. 178) pontuam que os primeiros preferem receber reconhecimento em seu meio, entre seus pares, em contraponto ao reconhecimento da sociedade por meio da imprensa. Isso porque “o caráter fragmentário das notícias esbarra na noção de ‘permanência’ do conhecimento científico”. Assim, os que se valem da mídia para se afirmarem acabam sendo tachados de “tolos”, pois

assentam seu reconhecimento num alicerce passageiro, efêmero, que amanhã já não será mais relevante diante de uma mudança inevitável da hierarquia da notícia.

A assimetria de tempo citada por Oliveira e Epstein (2009) ocorre também quando o jornalismo científico, por meio da publicação de notícias e visando maior alcance de público, transforma uma certeza provisória da ciência em certeza absoluta. Sodré (1996) expõe que uma das características do jornalismo que são bastante perceptíveis é utilizar um fato inconcluso como matéria-prima da notícia. Na divulgação midiática da ciência isso se torna um problema que pode trazer muitos efeitos de sentido negativos. Publicação de notícias sensacionalistas, que despertam o medo na população e que favorecem a formação e a circulação de boatos são só alguns desses efeitos. O imediatismo da atividade jornalística e a concorrência entre as empresas de comunicação acabam se tornando justificativas para que isso aconteça.

Essa problemática existe, segundo Epstein (2002), porque há um conflito entre a necessidade de informar a sociedade e a busca por manchetes. E esse conflito está baseado na diferença entre os etos<sup>13</sup> dos cientistas e dos jornalistas, que dispõem de tempos operacionais bastante distintos, conforme já mencionamos. Como reflete Moretzsohn (2002), a rotina da concorrência exige que o jornalista traga respostas definitivas e bombásticas a cada edição, mas isso não pode ser uma muleta para que se pratique um jornalismo que não respeita o direito da sociedade a uma informação de qualidade e que não preza pela responsabilidade na construção da notícia.

#### 4.4 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, MIDIÁTICA E AÇÃO POLÍTICA

Na vida em sociedade, as ações de determinados grupos impactam a vida das pessoas de forma mais significativa ou não, a depender de vários fatores: seja o caráter dessa ação, o momento histórico ou os agentes que a empreenderam. Ao pensarmos nos campos científico, midiático e político, é possível perceber que os agentes centrais de tais campos (cientistas, jornalistas e autoridades públicas) são personagens que proporcionam, de maneira efetiva, impacto na coletividade a partir de seus discursos.

---

<sup>13</sup> A grafia “etos” é utilizada pelo autor Isaac Epstein, cujas obras foram utilizadas neste trabalho. Para o autor (2002, p. 136), na sociologia, etos é “o conjunto das características que distinguem as atitudes e os hábitos de um grupo social”.

E esse impacto pode ser ainda maior quando esses campos interagem entre si e promovem efeitos de ação e reação que modificam as estruturas sociais.

Os três discursos [oficial, da imprensa e científico] apresentam em comum a conotação estratégica, do *agir-com-respeito-afins*, embora o discurso oficial e o da imprensa possam ser caracterizados de forma mais intensamente estratégica, porque ambos têm como meta, quase sempre, a persuasão. O discurso científico não tem essa preocupação explícita, principalmente quando se trata da disseminação científica. Mas a divulgação científica muito se aproxima desse agir estratégico, visto que é similar ao discurso jornalístico, suas funções e objetivos. (DUARTE; BARROS, 2013, p. 90).

As epidemias de dengue, zika e chikungunya e a descoberta da relação de causalidade entre o zika e os casos de microcefalia e síndrome congênita em bebês, cuja cobertura noticiosa é nosso objeto de estudo, são um exemplo de como esses três discursos são utilizados num determinado momento histórico para atingir objetivos afins. No contexto da epidemia das arboviroses, a divulgação científica foi incorporada ao discurso midiático para promover uma ação política que impactou a vida das pessoas atingidas pela emergência em saúde pública.

Em 2015, o surto de arboviroses foi um dos fatos mais transformadores com os quais os brasileiros se depararam. Esse acontecimento dominou a cobertura da imprensa ao longo de muitos meses até que uma nova situação no âmbito da saúde surgiu: o aumento dos casos de microcefalia e da síndrome congênita em recém-nascidos, sem uma aparente explicação. A partir daí esse fato novo exigiu uma ação dos cientistas, que era a de descobrir o motivo do aparecimento de tantos casos fora do padrão. Por conseguinte, essa ação gerou uma reação na imprensa, que passou a explorar a divulgação científica como forma de levar à sociedade o conhecimento que estava sendo produzido pelos pesquisadores. A partir dos resultados da ciência, pode-se dizer que a ação política entrou em cena. As autoridades públicas passaram a tomar decisões que dessem conta da demanda social que havia sido criada: era preciso cuidar dos doentes de zika, dengue e chikungunya, evitar que as doenças avançassem e oferecer atendimento aos bebês vítimas do zika.

A ação política, no contexto de 2015-2016, também aconteceu no sentido de provocar a ação científica. Editais foram lançados (embora num número muito aquém do que a situação necessitava) para que os pesquisadores recebessem incentivo financeiro de agências fomentadoras e pudessem ampliar seus estudos. Interesses mercadológicos à parte, porque eles existem e não podem deixar de ser citados, a iniciativa privada também

ofereceu aporte para que os cientistas pudessem expandir as pesquisas em torno do zika e da síndrome congênita do vírus.

Todo esse movimento pode ser explicado por meio do Sistema Científico criado por Epstein (2004) e adaptado por Giraldez Alvarez, Castellucio e Córdula Almeida (2013), que reproduzimos abaixo como forma de melhor visualizar esse contexto imbricado e que, como citado anteriormente, traz impactos para a sociedade. No esquema fica clara a rede que se cria em torno da ciência e de sua divulgação.

**Figura 3 – Sistema Científico – Reprodução**



Fonte: GIRALDEZ ALVAREZ; CASTELLUCIO; CÓRDULA ALMEIDA (2013)

A partir do sistema acima, de acordo com Epstein (2004), é possível chamar a comunicação que os cientistas fazem entre si - em eventos da área ou divulgações especializadas - de comunicação primária (CM). A divulgação que é feita de fatos relacionados à ciência por meio de jornalistas de assessoria de imprensa ou dos próprios cientistas chega, então, aos veículos de comunicação que, por sua vez, transformam essa divulgação em comunicação secundária (CS) ao publicar as notícias em sites, jornais, revistas ou programas de TV. A comunicação secundária também está na divulgação científica que se transforma em material para livros, museus, exposições, acervos, etc. Portanto, ela é a que chega à sociedade. Os dois tipos de comunicação não são simétricos, como explicou Epstein em entrevista:

[...] enquanto a comunicação primária é a fonte indispensável da existência da comunicação secundária, esta apenas pode influenciar a direção das opções temáticas da pesquisa científica e, conseqüentemente, a comunicação primária - indiretamente por meio de demandas da opinião pública interpretadas pelas agências de fomento por meio de chamadas específicas. (LOOSE; LIMA, 2014, p. 5).

Outra diferença importante, segundo Epstein (2002, p. 88), é que a comunicação primária não recorre de forma incisiva aos recursos retóricos ou persuasivos, isto é, aos elementos de convencimento e sedução do seu público, porque “o cientista não pode optar [...] por comunicar ou não comunicar ou em receber ou não a comunicação de seus colegas”. Já a comunicação secundária não possui um público cativo, sendo necessário então conquistá-lo, fazê-lo se interessar pelo que se pretende dizer. Por isso, se utiliza de funções da linguagem e da retórica para atingir os seus objetivos de persuasão. Mesmo apresentando características diferentes quanto às suas formas e objetivos,

as comunicações primária e secundária são processos que configuram um campo de estudos, teorias e práticas que se desdobram, sob a circunscrição das ciências da comunicação, de dimensões linguísticas e semânticas, culturais (antropológicas), sociológicas, epistemológicas, deontológicas e de comunicação de massa. (EPSTEIN, 2002, p. 84).

No referencial proposto por Epstein (2004), reproduzido mais acima, é possível também fazer a inferência da diferença existente entre os tempos da ciência e do jornalismo, mais precisamente entre o tempo da pesquisa científica e da divulgação dessas pesquisas pela imprensa, tendo em vista que estas últimas estão submetidas a teorias, resultados, interpretação dos experimentos e longo processo de avaliação dos colegas (cientistas) antes de chegar aos meios de comunicação. Não nos alongaremos aqui visto que esse ponto foi detalhado no tópico 4.3 desta mesma seção.

Voltando à questão da relação entre os discursos da ciência, da mídia e da política e de suas responsabilidades para com a sociedade, é fundamental enfatizar que a divulgação de C&T deve ser um compromisso tanto dos órgãos governamentais, que são os responsáveis pelo planejamento e pela distribuição de recursos financeiros, de infraestrutura e humanos para as pesquisas, quanto dos próprios cientistas que devem, digamos assim, prestar contas à sociedade e promover o desenvolvimento desta (OLIVEIRA, 2007). Uma posição aberta da comunidade científica das universidades, dos laboratórios e dos institutos de pesquisa é primordial para que haja o já citado movimento de alfabetização científica dos cidadãos, pois esta favorece a distinção entre ciência e

pseudociência, promove o desenvolvimento do pensamento racional e favorece o exercício da cidadania (EPSTEIN, 2002).

Só assim as pessoas terão conhecimento suficiente para poder cobrar uma ação das autoridades que promova a implementação de políticas públicas para todos. Até porque,

no fundo, o que se deseja é que o cidadão tenha uma noção de como funciona o mundo, a partir de paradigmas oferecidos pela ciência; não um conhecimento dos detalhes, mas dos princípios gerais. Assim, quando chamado a opinar sobre temas relevantes e de grande interesse para a coletividade [...], este cidadão possa manter um espírito crítico baseado em sua própria cultura científica e não ser apenas caudatário de correntes de opinião, muitas vezes alimentadas menos pelo interesse público do que por *lobbies* e interesses de grupos e facções interessadas. (EPSTEIN, 2002, p. 12).

Não se pode perder de vista que os tempos da ciência, do jornalismo e da ação política se relacionam, mesmo que cada um desses campos tenha suas especificidades e, ainda, possua demandas e interesses diversos. Cada um deve buscar o bem comum da sociedade e o desenvolvimento dos grupos sociais sem distinção. Até porque, como explicam Duarte e Barros (2013, p. 218), “a democratização do conhecimento científico é parte integrante para a cidadania plena, onde a compreensão das relações entre mídia, ciência e sociedade exerce papel preponderante”. Portanto, cientistas, jornalistas e autoridades públicas precisam estar inseridos num contexto de responsabilidade social que priorize a democratização da informação científica.

Após percorrermos um caminho teórico a respeito de questões que foram fundamentais para subsidiar a análise da cobertura do *Jornal do Commercio* sobre as epidemias de dengue, zika e chikungunya, em 2015, apresentaremos a seguir o tratamento do corpus desta pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos de tal análise que nos levaram a encontrar as respostas para os problemas lançados no início do trabalho.

## 5 O JORNAL DO COMMERCIO E A COBERTURA DA EPIDEMIA

Para iniciar esta seção, faremos um breve resgate sobre o nosso objeto de estudo, que é o *Jornal do Commercio* (JC) de Pernambuco, a fim de inseri-lo no contexto pertinente às epidemias de dengue, zika e chikungunya. Na introdução, já expusemos características de público e tiragem desse jornal impresso, que é um dos mais antigos do Brasil – fundado em 1919. No estado, o JC tem a maior circulação paga entre os jornais impressos desde 1993 e conta com a maior carteira de assinantes da região Nordeste. O periódico integra o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, conglomerado de empresas que conta ainda com TVs, rádios e um portal de notícias dentro do seu leque de atuação na mídia. Atualmente são 23 mil assinantes das versões impressa e online do jornal, segundo dados fornecidos pelo próprio Sistema.

Para além dessas particularidades comerciais que amparam e justificam nossa escolha, é importante citar que o JC é o único impresso de Pernambuco a integrar o Projeto Credibilidade, que é a versão brasileira do *The Trust Project*, um consórcio global de veículos de comunicação para criar ferramentas e desenvolver indicadores de qualidade no jornalismo digital, haja vista o jornal possuir uma versão online hospedada em seu portal de notícias.

O Projeto Credibilidade, no Brasil, é uma parceria entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). A adesão do JC ao projeto aconteceu em maio de 2019, pouco depois do aniversário de 100 anos do jornal. A iniciativa tem duas frentes, como é explicitado no site do Projeto Credibilidade: “refletir sobre a fragmentação da narrativa noticiosa no ambiente digital e desenvolver ferramentas e técnicas para identificar e promover um jornalismo digital confiável e de qualidade. É do interesse do jornalismo de qualidade diferenciar-se do ruído”<sup>14</sup>.

A respeito da exposição de informações sobre a epidemia das arboviroses, o JC foi o primeiro jornal a fornecer aos seus leitores, no segundo semestre de 2015, a notícia de que o padrão de casos de microcefalia em Pernambuco estava fora do normal. A partir daí, empreendeu uma cobertura a fim de disseminar o conteúdo informativo dando voz a fontes como médicos, autoridades de saúde e cientistas. O chamado furo jornalístico

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/melhores-praticas/>>. Acesso em 19 nov. 2019

rendeu ao periódico um reconhecimento até de outros veículos de comunicação e o impresso passou a ser visto como referência no assunto, pautando a mídia local e também nacional. Por esses motivos, reforçamos a opção em utilizar o JC como objeto de estudo para este trabalho.

Para identificar o espaço dedicado à divulgação científica no *Jornal do Commercio*, objetivo desta pesquisa, o presente estudo empregou uma análise quantitativa e também qualitativa da cobertura do impresso. Quantitativa porque é fundamental reunir dados numéricos sobre as publicações no sentido de inferir o espaço dado à ciência dentro do momento e daquela realidade histórica. E qualitativa porque entendemos que é daí que emerge a riqueza do material coletado: as nuances do discurso.

A respeito desses dois tipos de análise, Bardin (1977, p. 115) faz algumas considerações que merecem destaque:

A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos ou à evolução das hipóteses.

Por esse motivo, foi preciso adotar duas metodologias de análise, que a nosso ver se complementaram para que fosse possível verificar as hipóteses lançadas: a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso. Num primeiro momento, a primeira foi necessária como instrumento de organização, hierarquização, separação e posterior agrupamento dos textos extraídos do JC no período já determinado, de junho de 2015 a junho de 2017, como forma de partir de um corpus ampliado e chegar a um corpus restrito de matérias a serem observadas de forma mais minuciosa – as que fazem referência à divulgação científica.

Num segundo momento, procedemos com a Análise do Discurso do material selecionado – material este que nos possibilitou encontrar as respostas para as perguntas-problemas da pesquisa a partir de um olhar criterioso sobre o conteúdo como um todo (formas discursivas encontradas no texto, representações gráficas, imagens, espaço dos elementos e distribuição dos mesmos nas páginas do jornal). Ambas as formas de trabalho são explicitadas no tópico a seguir.

## 5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O nosso percurso metodológico teve início com a escolha do que seria estudado a partir do objeto selecionado. Ao determinar que a Análise do Discurso se configuraria a forma mais adequada de perceber que efeitos de sentido foram gerados a partir do discurso do JC na cobertura da epidemia de dengue, zika e chikungunya e dos casos de crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Vírus da Zika, nos cercamos de um levantamento bibliográfico que nos mostrasse como empreender tal análise. É que conforme abordado na terceira seção deste trabalho, o processo discursivo é a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso. Sendo assim, analisar o discurso é uma forma de perceber os efeitos de sentido criados por meio dele. Segundo Brandão (2004, p. 51), “é descrever os ‘sintomas de dispersão’ dos enunciados que o compõem através das suas ‘regras de formação’”.

Nessa perspectiva, a Análise do Discurso (AD) surgiu como uma disciplina que buscava dar um passo além na linguística, como cita a autora.

Nascida da necessidade de superar o quadro teórico de uma linguística frasal e imanente que não dava conta do texto em toda sua complexidade, a análise do discurso volta-se para o “exterior” linguístico, procurando apreender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção. (BRANDÃO, 2004, p. 103).

A AD leva em conta o conceito de ideologia como um elemento que está presente nas relações sociais em qualquer nível, em qualquer hierarquia. Sendo assim, os discursos que estruturam as relações sociais têm seu caráter ideológico e a correlação de forças que existe dentro do discurso é um elemento caro a esse tipo de análise, tendo em vista que, de acordo com Bardin (1977, p. 215), “trata-se de descobrir as conexões que possam existir entre o exterior e o discurso, entre as *relações de força e as relações de sentido*, entre *condições de produção e processos de produção*”. Levando ainda em consideração que as condições de produção fazem parte do que é observado pela AD, a escolha dessa vertente se faz importante porque “ela se apresenta como uma disciplina não acabada, em constante construção, problematizante, em que o linguístico é o lugar, o espaço, o território que dá materialidade.” (BRANDÃO, 2004, p. 104).

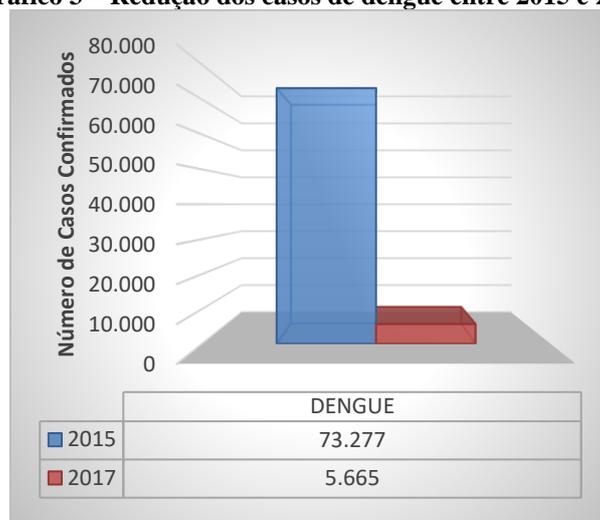
No caso das epidemias de dengue, zika e chikungunya, cuja cobertura midiática é objeto de estudo desta pesquisa, defendemos que as condições de produção das notícias e reportagens dentro das redações, bem como o momento histórico de emergência em saúde pública, interferiram na escrita dos textos jornalísticos. Isso porque, de acordo com

Orlandi (1981, p. 13), “a semântica discursiva é a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva que deve dar conta do laço que une os processos às condições de produção do discurso”. E foi justamente a isso que a análise empreendida neste trabalho se propôs, pois, como explica Moretzsohn (2002), não se pode analisar uma notícia fora do seu contexto de edição.

Após a definição do *Jornal do Commercio* como objeto de análise, de estudo de caso, foi preciso realizar um recorte temporal para limitar um corpus de pesquisa que nos permitisse selecionar um material que condissesse com o objetivo proposto - de se debruçar sobre o período de cobertura da tríplice epidemia. Para tanto, observamos que a janela temporal compreendida entre junho de 2015 e junho de 2017 seria a mais adequada. Junho de 2015 porque foi o mês em que o primeiro caso de zika foi registrado em Pernambuco, por isso separamos todas as edições dos jornais a partir de 1º de junho do referido ano. Até então, no estado, havia apenas o vírus da dengue em circulação, doença que causou vários ciclos de epidemia local e nacional ao longo de décadas.

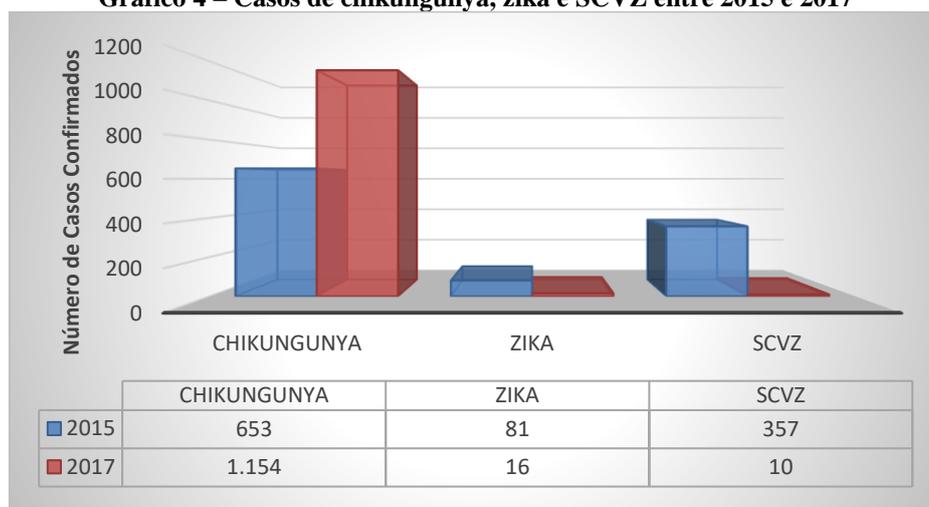
Em setembro de 2015, foi anunciado o primeiro adoecimento por chikungunya no estado, outra enfermidade transmitida pelo *Aedes Aegypti* e que, até então, era desconhecida em solo pernambucano. Esse mês representou, assim, a chegada ao momento de tríplice epidemia vivido no território. Nos meses seguintes, o aumento de casos de arboviroses e a confirmação da relação de causalidade entre o zika e a síndrome congênita que atingia bebês ainda no útero da mãe fez surgir o que denominaremos aqui de “epidemia de notícias”, provocada pela epidemia das três doenças e mais uma nova descoberta da ciência. Este termo e sua relação com a cobertura do JC serão detalhados no tópico 5.3, que trata da estruturação da narrativa do periódico e procede com uma análise ampla do corpus.

O período de dois anos se justifica porque, em 2017, os casos de dengue, zika e chikungunya apresentaram uma queda significativa em Pernambuco, assim como os de crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Vírus da Zika, conforme mostram os dois gráficos a seguir – e isso proporcionou uma redução também de publicações sobre o tema no JC. Para se ter ideia, de acordo com o levantamento da Secretaria de Saúde de Pernambuco, o estado registrou, em 2015, 73.277 casos de dengue. Em 2017 o número caiu para 5.665 casos. Isso significa uma redução de 92,26% num intervalo de dois anos, o que configurou, de acordo com as autoridades de saúde, o fim da epidemia.

**Gráfico 3 – Redução dos casos de dengue entre 2015 e 2017**

Fonte: Secretaria de Saúde de Pernambuco

Em relação aos adoecimentos por chikungunya, foram 653 em 2015 e 1.154 em 2017, mas se levarmos em consideração que, no ano anterior, 2016, o estado contabilizou 14.261 casos, a redução foi drástica entre um ano e outro. Sobre a zika, também temos um cenário semelhante de redução. Em 2015 foram confirmados 81 casos e em 2017 apenas 16. Por isso, os registros de bebês com Síndrome Congênita do Vírus da Zika também seguiram a tendência de queda: em 2015 foram 357 nascidos com a síndrome, enquanto que 2017 fechou em 10 casos. No gráfico abaixo os dados foram dispostos para melhor visualização.

**Gráfico 4 – Casos de chikungunya, zika e SCVZ entre 2015 e 2017**

Fonte: Secretaria de Saúde de Pernambuco

Como será exposto no tópico 5.3, a cobertura do JC acompanhou o cenário do fim das epidemias dando menor espaço para publicações sobre o tema a partir do primeiro semestre de 2017, o que nos permitiu considerar que um prazo de dois anos de material coletado seria suficiente para chegar ao nosso objetivo de análise, não sendo necessário realizar um acompanhamento mais extenso das notícias e reportagens.

Seguindo com a metodologia da pesquisa, após o recorte do material, todas as edições citadas de cada ano foram separadas. Como o JC possui uma versão online do jornal disponível em seu site, que é uma reprodução fiel do conteúdo do impresso, com todas as suas características gráficas preservadas (sendo que num formato em arquivo PDF), foi possível acessar as edições na íntegra, sem qualquer prejuízo pelo fato de não termos em mãos as edições em papel do periódico.

Como a ideia proposta para o trabalho é uma Análise do Discurso do material coletado, após separar todas as edições, procedemos com a escolha de que gêneros textuais seriam elencados dentro das edições. Por entender que as notícias e as reportagens, dentro dos gêneros jornalísticos, são as que dão maior dimensão do tratamento do tema (epidemias), ocupam espaços privilegiados dentro dos jornais e ainda são acompanhadas por ilustrações, tabelas, gráficos e imagens – elementos estes fundamentais para compor a análise –, esses dois tipos de textos foram priorizados dentro das publicações. As chamadas de capa dos jornais, por se referirem às notícias e reportagens selecionadas, também foram reservadas.

Assim, foram descartadas as notas em colunas, os artigos, as cartas dos leitores e os editoriais. As notas em colunas foram excluídas do corpus de pesquisa por serem, no geral, curtas e pouco aprofundadas, visto que cumprem um papel distinto das notícias e reportagens. Já os artigos, bem como os editoriais, não fizeram parte do grupo selecionado porque possuem características do âmbito do opinativo. Tais gêneros deixam transparecer de maneira mais clara as subjetividades do autor, o que as inserem numa circunstância diferente da que se encontram as notícias e reportagens. Como nosso objetivo é abordar de que forma a divulgação científica foi disposta nas páginas do jornal e analisar os efeitos de sentido criados no contexto da epidemia pelo JC, entendemos que estes últimos gêneros proporcionam essas respostas de maneira mais efetiva porque, mesmo tidos pelos veículos de comunicação como neutros e objetivos (tratamos dessa discussão na terceira seção desta pesquisa), é possível, por meio da análise, extrair as subjetividades do

discurso. As cartas dos leitores, por sua vez, configuram um gênero que está em outra instância de produção, que é a do público, a do receptor do discurso. Portanto, não revelam o olhar do jornalista e do veículo de comunicação sobre a epidemia.

Para encontrar os textos de interesse, foram utilizadas seis palavras-chave no localizador dos arquivos em PDF: zika, dengue, chikungunya, Aedes (em referência ao mosquito *Aedes Aegypti*), microcefalia e síndrome. Como as notícias e reportagens abordaram pelo menos duas dessas palavras-chave a cada publicação (numa combinação entre o nome da doença e o nome do mosquito transmissor, quando o tema do texto era uma das arboviroses; ou numa combinação de zika e síndrome/ microcefalia, quando o assunto tratado foi a Síndrome Congênita do Vírus da Zika), a busca por esse método se mostrou eficaz e segura, de modo que não houve possibilidade de algum texto ficar de fora do material selecionado.

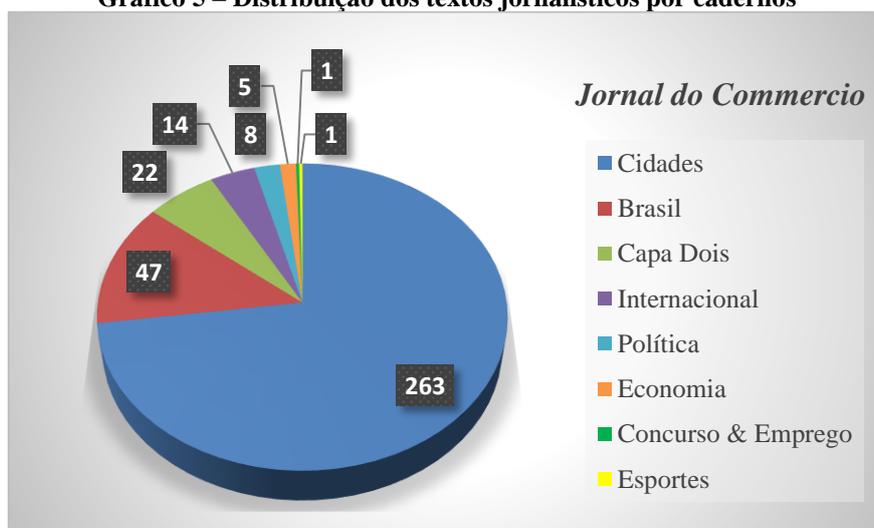
É importante também frisar que, nesta seleção, foram separadas apenas as notícias e reportagens que versavam sobre a epidemia em si e seus desdobramentos, ou seja, em que as doenças e suas consequências fossem o tema principal. Desta forma, foram desprezados textos nos quais zika, dengue, chikungunya e microcefalia/ síndrome congênita eram apenas citadas, a exemplo das notícias sobre carnaval, nas quais eram feitas breves referências aos cuidados que os foliões deveriam ter no período; ou aqueles sobre política em que as doenças faziam parte de um contexto maior, a exemplo de uma viagem da então presidente Dilma Rousseff a Pernambuco, em que a temática da reportagem girava em torno da articulação política da visita, mas que em determinado momento citava uma fala dela sobre a epidemia.

Após essa coleta, reunimos um total de 364 notícias e reportagens, entre junho de 2015 e junho de 2017, que versavam sobre as arboviroses e a síndrome congênita em recém-nascidos. Tais textos foram acompanhados de 172 chamadas de capa nos jornais ao longo desse período – quase metade destes, portanto, tiveram destaque nas capas das edições, o que demonstra a importância dada ao assunto, se levarmos em conta que essas chamadas, “funcionando como anúncios sugestivos semelhantes aos *slogans* publicitários, são destinadas a desencadear uma atividade de decifração, isto é, de inteligibilidade.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 114). Esses artifícios despertam a curiosidade e o interesse do leitor que, pela capa, pode ter uma ideia do conteúdo a ser abordado nas páginas internas.

Em se tratando de um acompanhamento por data, as epidemias estiveram presentes nas páginas do JC em 297 dias. Os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016 contaram com uma cobertura diária – em todos os dias houve ao menos uma publicação e em vários dias mais de uma notícia e/ou reportagem foi publicada. Interessante notar também que esses mesmos meses foram os que apresentaram mais chamadas de capa dentre todos os outros selecionados – cada um com 27 chamadas, o que nos leva a inferir que a produção jornalística cresceu ao longo de determinados meses e desembocou na área nobre do impresso, a que convida o leitor a se informar.

Sobre a distribuição das notícias e reportagens nas seções internas do *Jornal do Commercio*, os cadernos Cidades e Brasil reuniram 310 textos, quase a totalidade do corpus (que é de 364). Mesmo assim, as epidemias foram tema de matérias em quase todas as editorias do jornal, ficando de fora apenas as de Cultura e Lazer. Abaixo ilustramos o volume de textos de acordo com os cadernos em que foram publicados.

**Gráfico 5 – Distribuição dos textos jornalísticos por cadernos**



Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016, 2017)

A partir dessa observação, foi possível afirmar que as notícias e reportagens sobre as epidemias estiveram mais presentes no espaço do jornal que se dedica a tratar de temas do cotidiano da população com ênfase nos assuntos de âmbito local, que impactam a vida em comunidade numa perspectiva de proximidade (educação, mobilidade urbana, saúde, problemas de ordem pública como saneamento e acesso à moradia, só para citar alguns exemplos). Como o JC não tem uma seção específica sobre ciência, os textos de

divulgação científica foram alocados nos cadernos Cidades, Brasil, Capa Dois e Internacional.

Diante de um material volumoso, composto por 364 notícias e reportagens, foi preciso encontrar estratégias para organizar, categorizar e hierarquizar o conteúdo obtido na seleção das notícias e reportagens. Isso para que se desse o tratamento adequado ao corpus. Dessa forma, após a separação do material geral de interesse, as chamadas de capa, notícias e reportagens foram lidas para que pudéssemos encontrar pontos em comum nas abordagens dos textos e também iniciar um trabalho de familiarização com as formas discursivas adotadas pelo JC. Essas abordagens, por sua vez, permitiram uma categorização do material, à luz da Análise de Conteúdo, para que, posteriormente, fosse possível proceder com a Análise do Discurso do corpus ampliado e do corpus restrito.

A respeito da metodologia para a Análise do Discurso, alguns critérios foram utilizados para empreender tal tarefa. Entre eles, destacamos a percepção dos efeitos de sentido encontrados nas reportagens e notícias a partir da escolha das palavras e da organização do discurso por parte dos jornalistas e a construção dos textos tendo como fator relevante a sua relação com imagens e outros elementos gráficos (imagens, disposição do conteúdo nas páginas, uso de cores), tudo isso relacionando esses critérios às condições de produção do fazer jornalístico e ao momento histórico de vivência de uma tríplice epidemia.

## 5.2 CATEGORIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS

Como citado no tópico anterior, a Análise de Conteúdo se mostrou uma possibilidade eficaz para dar conta da organização de um vasto material selecionado do *Jornal do Commercio*, além de auxiliar nosso primeiro contato com o corpus, tendo em vista que esta disciplina “aparece como um *conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.*” (BARDIN, 1977, p. 38). Sendo assim, permite conhecer o que está por trás das palavras e compreender melhor o objeto sobre o qual nos debruçamos.

Primeiro, procedemos com uma leitura chamada de flutuante por Laurence Bardin. É aquela leitura inicial, que busca apreender de forma superficial o conteúdo dos textos e que possibilita a elaboração de hipóteses para uma determinada pesquisa. Essa atividade (chamada de pré-análise, fase de organização propriamente dita) nos

proporcionou estabelecer um contato com as notícias e reportagens do JC de modo que nos deixamos tomar por algumas impressões. Isso porque tal pré-análise “tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.” (BARDIN, 1977, p. 95).

Como proposto pela autora, neste primeiro momento procuramos nos distanciar da necessidade de um agrupamento por classificação, no caso, de ventilar a divisão dos textos em categorias, rubricas ou classes, pois, no instante em que nos desviamos dessa orientação, o procedimento nos levou a criar categorias cujos conteúdos se sobrepunham, ou seja, que não podiam ser levadas em consideração porque havia um conflito – uma notícia podia fazer parte de mais de uma categoria, o que invalidava o sistema.

Assim, corrigida a falha, voltamos ao corpus desta vez com o objetivo de fazer um mergulho sem esse compromisso inicial da categorização. Fomos apreendendo as temáticas de forma mais ampla, anotando palavras e expressões comuns que faziam referência a um contexto específico e identificando os assuntos-chave em cada notícia ou reportagem como unidades de significação para descortinar uma estrutura interna (BARDIN, 1977). Para avançar na análise, segundo a autora, é preciso classificar tais unidades de significação por meio da categorização, que é

uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 1977, p. 117).

A investigação dos temas das notícias e reportagens se mostrou eficaz para nos conduzir à categorização durante a fase intitulada por Bardin (1977) de “exploração do material”. Portanto, após mais uma leitura do corpus identificamos as principais temáticas centrais em cada texto e as palavras mais usadas para dar uma dimensão desses blocos de classificação, levando em consideração que “tratar o material é codificá-lo. A *codificação* corresponde a uma transformação [...] dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo.”

(BARDIN, 1977, p. 103). Assim, foi possível categorizar as notícias e reportagens encontradas em cinco grupos<sup>15</sup>, a saber:

A) **Ações Governamentais e da Sociedade Civil:** notícias e reportagens que se dedicam a trabalhar as questões de políticas públicas que envolvem a tríplice epidemia. Assim, foram reunidos nesta categoria os textos que tratam dos anúncios de boletins epidemiológicos divulgados pela Secretaria de Saúde de Pernambuco, do Recife ou de outro município do estado; focam na importância de ações para controle do *Aedes Aegypti* como forma de diminuir o ritmo de contaminação das doenças; reforçam ações educativas sobre o tema; abordam os serviços de saúde para a população (seja oferta de atendimento ou cobrança pela falta do mesmo, num tom de denúncia); retratam as consequências da Síndrome Congênita do Vírus da Zika para as famílias; expõem as decisões políticas sobre as epidemias, como investimentos em saúde e em pesquisas científicas; e promovem discussões relacionadas ao envolvimento da sociedade, como foi o debate sobre a possibilidade de aborto para grávidas diagnosticadas com zika.

B) **Pesquisas:** notícias e reportagens focadas em abordar as pesquisas científicas propriamente ditas sobre o mosquito *Aedes Aegypti*, sobre as arboviroses e suas consequências para a saúde e também sociais, bem como os estudos de pesquisadores locais, nacionais e internacionais relacionados à síndrome congênita em crianças – os que ainda iriam começar, estavam em andamento ou que chegaram a conclusões.

C) **Drama Humano:** notícias e reportagens sobre as histórias das pessoas atingidas pela epidemia, com foco no drama humano, no personagem, como é intitulado o indivíduo que participa da narrativa jornalística sobre determinado assunto – no geral mães e familiares de crianças nascidas com a síndrome congênita ou pessoas que perderam parentes para as doenças; sobre campanhas de solidariedade para arrecadação de algum tipo de fundo ou apoio financeiro para os atingidos; e ainda os textos que enaltecem as características de profissionais de saúde envolvidos no atendimento à população.

---

<sup>15</sup> No “Anexo A” deste trabalho, reunimos exemplos de notícias e reportagens em cada uma das cinco categorias. As matérias foram disponibilizadas na íntegra, respeitando toda a sua configuração gráfica, para que seja possível identificar as classes criadas como forma de organizar e separar o conteúdo em blocos. Importante citar também que as notícias e reportagens estão dispostas na ordem em que aparecem neste tópico 5.2, com as respectivas inscrições das letras A, B, C, D e E. Além disso, tais letras fazem referência ao total de publicações de cada categoria, sendo A para a categoria com maior número de textos e E para a categoria com o menor número de textos.

D) **Impacto Financeiro:** notícias e reportagens que abordam os impactos econômicos das epidemias de dengue, zika e chikungunya para o setor produtivo a nível local e nacional, desde o lado lucrativo – como o aumento na venda de itens relacionados à proteção contra o *Aedes Aegypti*, a exemplo dos repelentes – ao aspecto de prejuízo para o setor industrial por conta do adoecimento dos empregados e suas consequências para a previdência social do país.

E) **Memória:** notícias e reportagens que fazem um resgate histórico de epidemias vivenciadas localmente em anos anteriores (no caso, de dengue, tendo em vista que chikungunya e zika eram doenças novas) ou promovem um conhecimento sobre tais doenças do ponto de vista do seu surgimento.

Aqui é importante fazermos uma consideração sobre a forma escolhida para identificar que determinada notícia ou reportagem faria parte de uma ou outra categoria. Como em várias situações o *Jornal do Commercio* se utiliza de matérias vinculadas<sup>16</sup> para compor suas páginas (e nem sempre tais matérias vinculadas fazem parte de uma mesma categoria dentre as estabelecidas na nossa metodologia), levamos em conta o texto principal da reportagem ou notícia para classificá-lo – o que aparece centralizado, num espaço maior. Assim, enfatizamos que o texto principal foi determinante para definir a categoria.

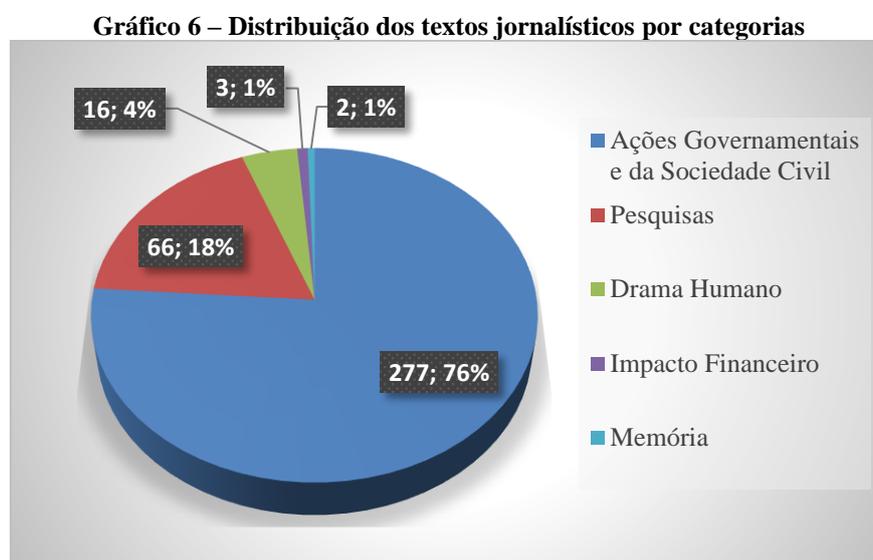
Isso porque é esse texto, quando o leitor visualiza a página do jornal, que chama a atenção deste, que “vende” (pensando em matéria jornalística, mais precisamente a notícia, como mercadoria, conforme abordado nas seções 3 e 4) o assunto, pois o título da notícia ou reportagem sempre se refere ao texto principal, sendo que as vinculadas possuem títulos próprios, numa espécie de matérias complementares, que estão ali como apoios e cuja ausência não compromete a compreensão geral do tema. Entendemos que os textos principais são as “iscas” para “fisgar” o leitor e expõem uma escolha própria de editoração a fim de dar destaque a determinado enfoque ou enquadramento dentro de uma temática específica referente à epidemia. Por isso, já é uma forma de hierarquização.

---

<sup>16</sup> São os textos jornalísticos que aparecem ligados a uma notícia ou reportagem com maior destaque e, no geral, ocupam um espaço menor na página do jornal. Sua identificação se consolida a partir de uma observação sobre o título – que graficamente costuma apresentar fonte menor e com tom mais claro se comparado ao título da matéria principal. Não encontramos, durante o levantamento bibliográfico para este trabalho, uma definição científica para esse tipo de texto, sendo comum o seu uso nos ambientes de redação, nos quais as gírias são incorporadas ao vocabulário dos jornalistas que trabalham nesses espaços.



Feitas as devidas justificativas a respeito da nossa categorização e todas as escolhas às quais procedemos para organizar nosso corpus, passamos à apresentação do material selecionado. Entre junho de 2015 e junho de 2017, o maior número de notícias e reportagens foi visualizada como pertencendo à categoria “Ações Governamentais e da Sociedade Civil” (277 textos publicados), seguida da categoria “Pesquisas” (66). À categoria “Drama Humano” reunimos 16 matérias jornalísticas e na categoria “Impacto Financeiro” identificamos apenas três textos. A categoria “Memória” foi a que se mostrou com o menor número de publicações - duas. No gráfico abaixo é possível visualizar esses dados.



Fonte: a autora

Em se tratando da categoria “Ações Governamentais e da Sociedade Civil”, as matérias giraram em torno primordialmente de ações para controlar a infestação do *Aedes Aegypti*, levando em consideração que o discurso das autoridades públicas e de saúde apontava a proliferação do mosquito como fator essencial para o adoecimento das pessoas por dengue, zika ou chikungunya. Assim, muitas notícias e reportagens tiveram como eixo principal os mutirões realizados pelos agentes de vigilância ambiental, em parceria com outras instituições do poder público, como forças armadas, que entravam nas residências para encontrar focos do *Aedes* e conscientizar a população sobre os locais

onde as larvas do mosquito podiam se procriar, como é possível observar nos excertos abaixo<sup>17</sup>.

(1)

Dezoito bairros do Recife receberão, até sexta-feira (12), visitas de profissionais do Centro de Vigilância Ambiental com o objetivo de orientar a população sobre a dengue e eliminar os focos do *Aedes Aegypti*. As vistorias terão reforço de 260 soldados do Exército para ajudar no controle da doença na cidade.

Neste fim de semana, cerca de 100 profissionais da Secretaria Municipal de Saúde estão nas ruas para o plantão, que tem a proposta de atingir os imóveis que não estão abertos durante os dias úteis. Ao todo, serão vistoriados aproximadamente 8.400 imóveis de 17 bairros. Desde o dia 18 de maio, os militares inspecionaram 43.766 depósitos. Em quase 800 residências os moradores se recusaram a receber o trabalho dos soldados e agentes. (SEGUE luta contra a dengue. *Jornal do Commercio*, Recife, Capa Dois, 7 jun. 2015<sup>18</sup>).

(2)

Um grande mutirão para combater o *Aedes aegypti*, mobilizando pessoal de todas as secretarias do Recife, será realizado hoje no bairro da Cohab, Zona Sul da cidade. A área foi escolhida por apresentar grande índice de infestação do mosquito que transmite, além da dengue, a febre chicungunha e a zika, que vem sendo apontada como possível causa do aumento dos casos de microcefalia em Pernambuco.

“Vamos bater de porta em porta e pedir às pessoas para entrar em suas casas e poder localizar os focos do mosquito. Na água armazenada para consumo será colocado larvicida e os focos em pneus e garrafas serão eliminados”, explicou o prefeito Geraldo Julio. (TODOS juntos contra o *Aedes*. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 28 nov. 2015).

O acompanhamento da contagem de casos de zika, dengue, chikungunya e microcefalia, com apresentação de dados extraídos dos boletins epidemiológicos divulgados pelas autoridades de saúde, também ganhou destaque no JC durante toda a cobertura. Foi comum observar nas notícias e reportagens um comparativo entre os dígitos disponibilizados semanalmente sempre que tal comparação mostrava uma aceleração no número de doentes.

(3)

Em uma semana, os casos suspeitos de chicungunha praticamente duplicaram na capital pernambucana, segundo boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Recife. Até 19 de dezembro de 2015, 807 pessoas apresentaram sintomas, contra 439 registros no boletim da semana anterior. (LEITE, Cinthya. O boom da chicungunha. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 6 jan. 2016).

---

<sup>17</sup> Optamos por enumerar as citações diretas das notícias e reportagens extraídas do corpus com mais de três linhas para diferenciá-las das citações do mesmo tipo referentes aos autores com os quais dialogamos ao longo do trabalho.

<sup>18</sup> A referência da citação do corpus junto ao próprio texto foi adotada por padrão como forma de visualizar mais facilmente as informações sobre o título e a data da notícia ou reportagem. Tais informações são relevantes para situar o texto na análise.

(4)

Os casos de dengue em Pernambuco mais do que triplicaram em sete dias. Na primeira semana epidemiológica do ano, o Estado registrou 923 casos suspeitos da doença. Uma semana depois, são 3.100 notificações, com 243 casos confirmados, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, um aumento de 235,86% em sete dias. (TRIPLICA o número de casos de dengue. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 27 jan. 2016).

Sobre as informações relacionadas a mortes provocadas pelas arboviroses, foi possível inferir que o uso do boletim epidemiológico como fonte de conteúdo relegou as vítimas, que foram apresentadas como números, dados estatísticos ou, no máximo, seres identificados por sexo, idade e bairro onde moravam. O uso de expressões “mais um morto” e “sobe para” em muitos momentos reforçou essa ênfase no escalonamento dos casos, sem que o leitor fosse aproximado dessa realidade alheia. Os trechos abaixo exemplificam tal situação.

(5)

O número de mortes por dengue confirmadas em Pernambuco de janeiro até agora *subiu para sete*, sendo cinco homens e duas mulheres. Além do morador de Paulista, que faleceu em abril e foi o primeiro a ter comprovação, outras seis vítimas *entraram na conta*, conforme o novo boletim da Secretaria Estadual de Saúde (SES), divulgado ontem. Ainda restam 21 suspeitos em investigação. No mesmo período do ano passado, 24 pessoas nessa mesma época já tinham morrido em consequência da doença. (DENGUE já matou sete no estado. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 2 jun. 2015 – grifos nossos).

(6)

Este ano, desde fevereiro, Pernambuco registra mortes associadas a arboviroses (dengue, chicungunha e zika), mas apenas ontem foi confirmado o primeiro óbito de 2017 causado pelo *Aedes aegypti*, mosquito presente em maior quantidade em 87 dos 184 municípios do Estado, o que favorece o adoecimento pelas arboviroses. [...] A primeira vítima do ano é um idoso, do bairro de Afogados (Zona Oeste do Recife), tinha esquizofrenia e morreu no dia 21 de abril, aos 67 anos, em decorrência pela infecção do sorotipo 2 da dengue. (LEITE, Cinthya. Primeira morte por dengue. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 26 mai. 2017).

Ainda a respeito da categoria “Ações Governamentais e da Sociedade Civil”, a organização dos textos nos permitiu apreender que as questões ligadas a uma ação educativa para controle da epidemia, seja por parte do poder público ou da própria população (organizações sociais, religiosas, associações de moradores), foram contempladas na cobertura do JC. Eventos e aulas organizados por professores e alunos de escolas públicas (em que estes são nominados como agentes de multiplicação da informação ou fiscais dos focos do *Aedes Aegypti*), por exemplo, viraram notícia com frequência.

(7)

A epidemia de dengue no Recife, que já fez adoecer mais de 11 mil pessoas e matou duas delas, anda inspirando alunos e professores da rede municipal. Estimulados pelas Secretarias de Saúde e de Educação, eles produziram peças de teatro, cartazes, panfletos, cartilhas e até rap, levando as escolas para as ruas, num diálogo entre a educação e a comunidade. São os novos multiplicadores de informação, reforçando o trabalho feito pelos agentes de saúde ambiental. (RAP e arte contra o Aedes. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 10 jun. 2015).

Assim também foi com a oferta de serviços de saúde para a população. Diante do aumento de casos de dengue, zika e chikungunya ao longo de 2015 e 2016, as autoridades públicas precisaram ampliar a capacidade de atendimento aos doentes na rede que integra o Sistema Único de Saúde (SUS). Informações sobre esse aspecto apareceram nas páginas dos jornais repetidas vezes, com intuito de orientar os pacientes que precisavam de cuidados médicos gratuitos.

(8)

O tratamento da mais temida entre as arboviroses recebe um reforço em Pernambuco. Na manhã de ontem, o governo do Estado lançou o novo Plano de Enfrentamento às Doenças Transmitidas pelo Aedes para 2017, que efetiva o Hospital Getúlio Vargas (HR) (sic), no bairro do Cordeiro, Zona Oeste do Recife, como referência no atendimento e acompanhamento de pacientes com dores articulares crônicas provocadas pela chicungunha. (HGV trata os casos de chicungunha. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 7 dez. 2016).

Não nos alongaremos fazendo uma explanação ampla sobre a categoria “Pesquisas” porque as notícias e reportagens que fazem parte desta classificação serão analisadas de forma mais aprofundada a partir do tópico 5.3.1. De todo modo, é importante registrar que tais textos estiveram presentes na cobertura do JC de modo que os leitores pudessem se inteirar, de uma forma geral, sobre o universo científico em torno da epidemia de arboviroses. Sendo assim, notícias e reportagens sobre os estudos empreendidos por pesquisadores locais, nacionais e internacionais foram inseridas na cobertura com vistas a um entendimento do público a respeito do que estava sendo pesquisado, principalmente sobre a síndrome congênita em bebês, que era um fato novo carente de informações científicas.

(9)

Trata-se de um estudo envolvendo gestantes que, em ultrassom, receberam a informação de que o filho apresenta microcefalia, e mulheres que já deram à luz bebês com a malformação.

“Investigaremos por que algumas mulheres que apresentaram manchas vermelhas na pele durante a gestação tiveram bebês com microcefalia e outras não”, explica o médico Carlos Brito, pesquisador colaborador do CPqAM. Ele acrescenta que o estudo, coordenado pela pesquisadora Celina Maria Turchi, analisa se, além do zika vírus (um dos possíveis responsáveis pelo aumento no número de casos de microcefalia), há fatores de risco que podem estar

correlacionados ao vírus. (LEITE, Cinthya. Força-tarefa analisa casos e planeja ações. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 20 nov. 2015).

Quando lançamos nosso olhar para a categoria “Drama Humano”, percebemos, como explicitado anteriormente, que o foco recai sobre o drama humano, se estabelecendo aí duas vertentes classificadoras: os textos sobre campanhas ou ações para arrecadação de itens necessários aos cuidados das crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Vírus da Zika, tendo em vista que a maioria das famílias atingidas faz parte de uma classe social com pouco poder aquisitivo e precisa de maior suporte financeiro, como exposto na introdução; e os textos referentes às histórias de vida dessas crianças e suas famílias, com destaque para a superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento dos pequenos.

(10)

Para dar fôlego à luta diária dos pais, duas campanhas lançadas pela parceria entre sociedade civil e iniciativa privada irão arrecadar donativos específicos para as crianças com a má-formação (sic) durante o mês de maio.

[...]

A primeira campanha pretende arrecadar 5 mil pacotes de fraldas até o dia 20, para garantir um mês de tranquilidade a 700 famílias.

[...]

Pensando na dificuldade de alimentar crianças portadoras de microcefalia com o suplemento nutricional adequado, chamado Fortini, a cantora Nena Queiroga em parceria com o espaço Velvet, salão em Boa Viagem, Zona Sul da capital, lançam nesta segunda-feira (8) uma campanha de arrecadação de leite. (ANJOS em busca de doações. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 7 mai. 2017).

(11)

Quem vê o pequeno João Miguel, de um ano e oito meses, correndo e brincando pela casa onde vive com os pais e as duas irmãs, na Iputinga, Zona Oeste do Recife, não imagina que o pequeno havia sido desacreditado pelos médicos nos primeiros meses de vida. Portador de microcefalia, ele foi uma das primeiras vítimas do surto da malformação em Pernambuco, em outubro de 2015. Na época, pouco se sabia a respeito da condição e o prognóstico não era animador. A vitória é ainda maior para a família porque boa parte do trabalho de estimulação é feito em casa. (JOÃO supera obstáculos com amor e dedicação. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 20 jun. 2017).

Na categoria “Impacto Financeiro”, a questão econômica que envolve uma epidemia de três doenças transmitidas pelo mesmo mosquito foi a tônica. Percebemos essas notícias e reportagens como uma forma de o *Jornal do Commercio* externar ao seu leitor que dengue, zika e chikungunya precisavam ser enxergadas como mais do que um problema de saúde pública e que tinham consequências positivas e negativas para os setores de comércio, indústria e serviços. Aqui é importante lembrar que o contexto econômico do Brasil entre 2015 e 2016 foi marcado por uma crise que, inicialmente, se

deu na política. O processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff desencadeou uma fragilização do nosso processo democrático, que culminou numa questão de ordem econômica.

Por isso, os impactos financeiros foram abordados ora dando destaque a setores que lucravam com o crescimento do número de doentes e do medo que as pessoas tinham de contrair as arboviroses, ora versando sobre setores que amargavam os prejuízos causados pelo aumento nos afastamentos de funcionários das fábricas por motivo de doença. Esses dois aspectos podem ser observados nos trechos abaixo, retirados do nosso corpus.

(12)

Repelentes, mosquiteiros, analgésicos, telas contra mosquitos e até o tradicional Espiral Sentinela registraram, desde janeiro último, um aumento na sua comercialização maior do que o previsto. “Os analgésicos tiveram um aumento nas vendas 20% a 30% (sic). A procura por repelentes cresce a cada dia e o incremento das vendas ficou em 150%, comparando fevereiro último com o mesmo mês do ano passado”, diz o presidente do Sindicato das Farmácias de Pernambuco, Ozeas Gomes. (BELFORT, Angela. O lado lucrativo do Aedes. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Economia, 8 mar. 2016).

(13)

Instalada no município de Belo Jardim, a fábrica da Baterias Moura, por exemplo, teve 559 afastamentos em decorrência da tríplice epidemia entre o primeiro dia do ano e 12 de fevereiro último, numa unidade na qual trabalham 2,4 mil funcionários. Somente em janeiro, foram 379 trabalhadores afastados. [...]

Devido aos afastamentos, a Baterias Moura reduziu um pouco a velocidade da fabricação dos seus produtos, remanejando funcionários de setores diferentes para manter todas as linhas de produção. (BELFORT, Angela. O custo trabalhista das epidemias. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Economia, 19 fev. 2016).

As duas únicas matérias publicadas no JC que foram agrupadas na categoria “Memória” fogem ao senso do factual, dos ganchos de atualidade comuns ao jornalismo. Isso significa dizer que elas se utilizam de uma narrativa cujo fato presente não é central nos textos. Fazem, portanto, um resgate de memórias do passado, de informações armazenadas em acervos, sejam do próprio jornal, de bancos de dados científicos ou do relato de pessoas que vivenciaram o tema. Uma dessas notícias é sobre o surgimento do zika, cujo excerto caracterizador de memória se encontra a seguir.

(14)

A floresta de Zika, em Uganda, era uma pequena reserva natural que apenas os ornitólogos e demais cientistas conheciam, mas acabou ganhando notoriedade desde que o vírus que leva seu nome chegou ao continente americano, onde está causando estragos. (ZIKA, uma floresta em Uganda. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Internacional, 1º fev. 2016).

A outra reportagem versa sobre momentos históricos distintos do presenciado na cobertura entre 2015 e 2017 e faz referência a outros contextos de epidemia vividos em Pernambuco. Busca-se lembrar ao leitor, aguçando sua memória ou lhe trazendo tal fato como novidade, que o mosquito *Aedes Aegypti* tem sido o transmissor de doenças de uma forma mais incisiva há pelo menos 30 anos.

(15)

Ao redor de uma fábrica no bairro da Estância, Zona Oeste do Recife, um mutirão de caça ao *Aedes aegypti* encontrou mais de 100 focos do mosquito. Esse cenário poderia muito bem ter sido registrado nessa época de tríplice epidemia (dengue, chicungunha e zika), mas aconteceu em 1987, quando recifenses assistiram à primeira epidemia de dengue. [...] Essa história é contada pela virologista Marli Tenório, pesquisadora do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, unidade da Fiocruz em Pernambuco. (LEITE, Cinthya. Uma luta de 30 anos. *Jornal do Commercio*, Caderno Cidades, 15 mai. 2016).

Após a apresentação geral do conteúdo das notícias e reportagens por categoria, trazemos agora a análise discursiva do nosso corpus. Consideramos que esse exercício realizado antes de adentrar à lógica da cobertura, além de situar o leitor deste trabalho no contexto da narrativa jornalística do JC, nos permitiu avançar na metodologia proposta para a pesquisa, pois “os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes.” (BARDIN, 1977, p. 101). No nosso caso, essa nova dimensão teórica é a Análise do Discurso.

### 5.3 ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DA COBERTURA

Pernambuco foi o centro da epidemia de dengue, zika e chikungunya entre os anos de 2015 e 2016, além de ter sido o estado do Brasil que concentrou o maior número de casos da síndrome congênita em crianças nascidas no período, como trabalhado na segunda seção desta pesquisa. A partir da seleção do nosso corpus, foi possível atestar que o *Jornal do Commercio* se apresentou como um dos veículos de comunicação que acompanharam todo o desenrolar da emergência em saúde pública durante muitos meses.

Assim, podemos dizer que se criou uma narrativa da epidemia de arboviroses em nosso estado, cujo discurso seguiu uma determinada estrutura, considerando as condições de produção do jornalismo e o momento histórico. Isso porque

o ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita. Este explícito significa outra coisa além de seu próprio significado, algo que é relativo ao contexto sócio-histórico. Um dado ato de linguagem pressupõe que nos interroguemos a seu respeito sobre as diferentes leituras que ele é suscetível de sugerir. (CHARAUDEAU, 2019, p. 17).

A partir dessa estrutura observada no material que selecionamos, percebemos que a continuidade da narrativa do JC, ao longo dos meses, foi sendo construída seguindo alguns aspectos que emergiram do discurso e extrapolaram as palavras escritas nas páginas do jornal. Um desses aspectos é o fato da cobertura ter sido pautada numa dimensão prioritariamente de políticas públicas (muito mais de ações governamentais propriamente ditas), como observado durante a categorização (tanto em volume no número de textos, quanto em variedade de temáticas), sem que as pessoas, em si, que foram atingidas de alguma forma pela epidemia, tivessem, de fato, lugar soberano de destaque (voz). Quanto a isso, Diniz (2016, p. 129) lembra que se deve ao efeito de que “a história não é contada pelo lado de quem sofre, mas por quem tem a palavra para contá-la”. As pessoas compuseram as notícias e reportagens como apostos, personagens que atestavam o discurso principal sob o qual girava o texto e estavam ali para ratificar um ponto de vista.

Levando em consideração que a organização burocrática do fazer jornalístico propicia uma estreita relação entre os veículos de comunicação e a agenda política, foi possível destacar vários momentos em que tal agenda dominou o discurso midiático. Ações dos governos municipal, estadual e federal tiveram lugar privilegiado na cobertura do JC, de modo que o leitor pôde acompanhar as principais iniciativas da esfera do poder político em relação à epidemia. O excerto abaixo é um exemplo desse contexto.

(16)

Sem maiores avanços científicos para combater o *Aedes aegypti* em larga escala, a aposta do Recife para manter baixo o índice de infestações em 2017, evitando novas epidemias, é a ampliação do trabalho realizado. O número de ações vai passar de 54, este ano, para 81, envolvendo 20 secretarias. [...] O prefeito Geraldo Julio também renovou, ontem, por 180 dias, o decreto de situação de emergência. (NOVA ofensiva contra arboviroses no Recife. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 1º dez. 2016).

Não se pode deixar de pontuar que a narrativa do JC sobre as doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti* e sobre a síndrome congênita se estabeleceu por meio de fases da cobertura: primeiro (meses entre junho e outubro de 2015), o foco foi a dengue e o controle dos criadouros do mosquito; em seguida deu-se ênfase aos casos de microcefalia (o evento epidemiológico transformado em evento midiático em sua essência, causando um potencial agendamento diário da própria mídia – as inúmeras suítes), ao mistério das causas que levaram ao descontrole do número de nascidos com o perímetro cefálico menor do que o normal, bem como às suposições até se chegar a uma confirmação (de

que o causador era o vírus da zika); por conseguinte, o discurso sobre o reforço das políticas públicas para o atendimento a crianças e grávidas e para o controle do *Aedes Aegypti* ganhou força; com o déficit dessas políticas públicas, houve o surgimento de denúncias sobre falta de tratamento adequado; alguns meses depois sucedeu-se um esfriamento do tema epidemia, que fez a cobertura voltar à dinâmica de acompanhamento dos casos de arboviroses até a sua diminuição, o que, por fim, levou ao desinteresse do JC pelo assunto. Isso nos faz lembrar, como afirma Moretzsohn (2002, p. 77) que “o noticiário publicado todos os dias informa mais sobre o meio jornalístico e seu modo de trabalhar do que sobre os fatos reportados”.

A respeito dessas fases, é importante registrar que o JC, tendo sido o primeiro veículo de comunicação a tratar dos casos de microcefalia que passaram a surgir fora do padrão, no segundo semestre de 2015, proporcionou um agendamento inclusive de outros meios e por vezes inseriu em sua narrativa o enaltecimento do furo jornalístico do qual foi protagonista, inclusive citando nominalmente um concorrente que passou a cobrir o fato a partir dos textos publicados pelo jornal.

(17)

O caso ganhou repercussão nacional na última quarta-feira, quando, após três matérias publicadas com exclusividade pelo JC, foi manchete do Jornal Nacional, da TV Globo, e passou a atrair a atenção dos meios de comunicação do País. (EM busca de serviço uniforme às gestantes. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 14 nov. 2015).

(18)

No dia 27, o blog *Casa Saudável*, do portal *NE10*, anunciou em primeira mão que o Ministério da Saúde já estava com uma equipe no Estado para fazer investigações e busca ativa dos casos.

[...]

Quando o JC noticiou, no dia 11, o avanço da microcefalia em Pernambuco, com a notificação de 141 casos, o cenário ganhou dimensão nacional e fez o Ministério da Saúde declarar estado de emergência em saúde pública no País. A reportagem continua a acompanhar a investigação [...]. (LEITE, Cinthya. JC abordou assunto com exclusividade. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 15 nov. 2015 – matéria vinculada).

Um ano depois, o feito ainda era lembrado, como no subtítulo “Há um ano, o JC divulgou com exclusividade os primeiros casos de microcefalia associados ao vírus transmitido pelo *Aedes*”, publicado no dia 25 de outubro de 2016. Charaudeau (2013, p. 27) diz que “esse é um dos efeitos de circularidade da máquina midiática: estar condenada a fabricar informação inclusive sobre si própria”. Consideramos que essa circularidade está inscrita numa necessidade da mídia de se diferenciar dos seus concorrentes, a fim de conquistar um público cativo e proporcionar o crescimento dos seus lucros.

Sobre a estrutura da cobertura, podemos inferir que esta foi estabelecida a partir do status das fontes, especificamente as autoridades públicas e de saúde – investidas de legitimidade –, num contexto em que foi possível identificar a previsibilidade de suas falas, pois parte de um discurso que convém ao jornalista como forma de dar ao texto a sua convicção. Não nos alongaremos aqui porque esta análise sobre as vozes de autoridade será aprofundada no tópico 5.3.3.

A respeito do uso recorrente de palavras (tanto nos textos quanto nas chamadas de capa dos jornais) que, isoladas, não dizem muita coisa, mas que, dentro de uma narrativa, reforçam um determinado discurso, identificamos as que fizeram referência a elementos bélicos. Palavras como “combate”, “guerra”, “arma”, “luta”, “alerta” e “contra” (numa referência direta ao mosquito transmissor das doenças, aparecendo normalmente as expressões “contra o Aedes” ou “contra a dengue”) foram utilizadas de forma recorrente num efeito de sentido de que Pernambuco estava vivendo um momento difícil e desafiador, como é possível observar no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Títulos que utilizam palavras e expressões com referências bélicas**

“Segue luta contra a dengue” (JC, Notícia do dia 7 de junho de 2015)
“Explosão de dengue em Pernambuco” (JC, Notícia do dia 24 de setembro de 2015)
“Guerra à chicungunha” (JC, Notícia do dia 1º de outubro de 2015)
“Força-tarefa analisa microcefalia em PE” (JC, Notícia do dia 24 de outubro de 2015)
“Estado amplia rede para enfrentar a microcefalia” (JC, Chamada de Capa do dia 25 de novembro de 2015)
“Exército entra na guerra em Jaboatão” (JC, Notícia do dia 28 de dezembro de 2015)
“Cidade sitiada pelo mosquito” (JC, Reportagem do dia 8 de janeiro de 2016)
“Nova ofensiva contra arboviroses no Recife” (JC, Reportagem do dia 1º de dezembro de 2016)
“É hora de abrir as portas para a luta contra o Aedes” (JC, Notícia do dia 3 de fevereiro de 2017)
“Arma eficiente contra Aedes” (JC, Chamada de Capa do dia 21 de março de 2017)
“Mais um passo no combate ao zika” (JC, Chamada de Capa do dia 30 de março de 2017)

Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016, 2017)

Esse uso frequente comprova uma presença massificante dos textos, durante a cobertura, cuja ideia principal fazia supor que o mais importante naquele momento era eliminar o *Aedes Aegypti* das casas das pessoas. Como expõe Charaudeau (2013, p. 48), “palavras usadas em situações recorrentes pelos mesmos tipos de locutores acabam por tornar-se portadoras de determinados valores”. Assim, as referências bélicas levaram o leitor a crer que o mosquito era o grande e único inimigo da população.

(19)

Exército, Igreja, escolas e a sociedade geral estão sendo convocados para uma *verdadeira batalha*, no Recife, contra o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chicungunha e zika.

[...]

“É hora de somarmos esforços. O Brasil inteiro precisa *entrar nessa guerra*”, declarou o prefeito do Recife, Geraldo Julio, após reunião com o comandante militar do Exército, General Manoel Pafiadache, ontem à tarde, no Comando Militar do Nordeste. (EXÉRCITO, Igreja e escolas reforçam combate ao *Aedes*. *Jornal do Commercio*, Caderno Cidades, 3 dez. 2015 – grifos nossos).

(20)

“Meu marido está desde às 8h lá dentro, com febre de 39 graus e sem conseguir andar direito. Todo mundo na minha rua está doente, *tudo por causa desse mosquito*”, conta a maquiadora Gerlane Torres. (VIEIRA, Felipe. Onde o *Aedes* faz estragos. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 1º dez. 2015 – grifos nossos).

A maneira mais eficaz (e, pelo discurso, a única) de pôr fim à tríplice epidemia, segundo os textos, passava pelas ações sanitárias (trabalho dos agentes de saúde ambiental) e pelo engajamento da sociedade. As notícias e reportagens, por muitas vezes, causaram um efeito de sentido de convocação, em que o cidadão comum era não só chamado, mas intimado a participar das ações, mais do que isso: a se engajar, como é possível observar nos excertos abaixo:

(21)

Identificou um possível foco do *Aedes aegypti*, mosquito causador da dengue, chicungunha e zika perto de casa? Então é hora de denunciar para que as medidas de erradicação sejam tomadas pelo poder público.

[...]

O secretário de Saúde da capital, Jailson Correia, diz que é imprescindível a participação da população e da sociedade civil para evitar que os focos de reprodução dos mosquitos aumentem. (DENUNCIE focos do mosquito. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 3 dez. 2015).

(22)

Em uma tentativa de mobilizar a população no combate ao *Aedes aegypti*, a Prefeitura do Recife (PCR) lançou ontem 500 vagas para a inscrição de voluntários através da plataforma online do projeto Transforma Recife. O grupo recrutado será capacitado pela Secretaria de Saúde e, em seguida, deverá divulgar as formas de evitar a proliferação do mosquito em áreas de convivência, como comunidades, prédios, parques e instituições de ensino.

(LEITE, Cinthya. Falta mais apoio para as mães. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 5 dez. 2015 – matéria vinculada).

Nesse contexto da participação da sociedade no controle dos focos do *Aedes Aegypti*, percebemos que as imagens sobre a realização de dezenas de mutirões de limpeza e fiscalizações de criadouros do mosquito foram utilizadas nas notícias e reportagens como autenticação do acontecimento, para confirmar que ele existiu, de forma que o leitor constatasse um fato inscrito num determinado momento do qual ele não fez parte. Assim, o agendamento político sobre a mídia ganhou força, de modo que as prefeituras, principalmente as da Região Metropolitana do Recife, e o Governo de Pernambuco conquistaram espaço com frequência no jornal para divulgar suas ações. Aqui, reforçamos nossa opção por incluir os elementos visuais nesta análise porque “investigar as relações entre texto e imagem é essencial para se estudar a produção de sentido no caso do jornal impresso.” (MORETZSOHN, 2002, p. 84).

**Figura 5 – Imagens de mutirões para controle do *Aedes Aegypti***



Fonte: Jornal do Commercio (2015)

A propósito desse engajamento, a análise do nosso corpus nos permitiu inferir que, durante a cobertura da tríplice epidemia, praticamente não se tocou na questão fundamental para a proliferação do *Aedes Aegypti*: a falta de saneamento básico nos bairros pobres, que inclui um déficit nas políticas relacionadas a resíduos sólidos e a má distribuição dos recursos hídricos para a população de baixa renda, que precisa armazenar água, convidando, assim, o mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya a fazer morada em sua casa. Apenas uma única vez esse foi o tema central de uma reportagem

ou notícia sobre arboviroses (num universo de 364 publicações, como exposto na categorização de nossa pesquisa).

(23)

O racionamento d'água, problema que moradores do Grande Recife vivenciam há quase 30 anos, e o colapso no Agreste e Sertão, são, na opinião de especialistas, fatores que mais contribuem para a persistência da dengue e a transmissão de novos vírus como chicungunha e zika, este último associado à epidemia de microcefalia. Eles condenam o excesso de ações paliativas e pouco foco no que realmente trará impacto: água nas torneiras 24 horas por dia, sem necessidade de manter reservatórios domésticos, potenciais criadouros de *Aedes aegypti*.

[...]

“Foram 25 anos de descaso, de medidas erradas. A solução básica sempre foi saneamento. Não adianta botar exército de agentes nas ruas se as casas continuam sem água encanada, nem ficar procurando tampinha de garrafa se é nas caixas d'água que milhares de mosquitos são gerados”, critica André Furtado, biólogo aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Recife. (ALMEIDA, Verônica. É hora de água nas torneiras. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 19 dez. 2015).

A outra oportunidade em que o tema apareceu foi num texto, vindo de agência de notícia, em que o assunto foi tratado por ter feito parte de um discurso da diretora da Organização Mundial da Saúde (OMS) à época, ou seja, não partiu de uma pauta que surgiu na redação, com a participação dos próprios jornalistas do JC.

(24)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que os programas de combate ao mosquito *Aedes aegypti* (sic) entraram em colapso e que a crise do vírus zika mostra que governos terão de garantir esgotos adequados em favelas. Em um discurso ontem, em Genebra, a diretora da OMS, Margaret Chan, insistiu que a atual emergência global está ligada à pobreza e falta de investimentos. “A emergência do zika está ilustrando um novo pacote de vulnerabilidades ligadas ao desenvolvimento inadequado da saúde”, disse. “Ou seja, um acesso ruim a serviços de saúde sexual e reprodutivo, a falta de água encanada e saneamento em favelas urbanas, além do colapso global dos programas de controle de mosquitos”. (OMS vê colapso em programas de combate ao *Aedes*. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Brasil, 9 abr. 2016).

Esse contexto criou um efeito de sentido no qual as epidemias podiam ser vistas como sendo responsabilidade do cidadão, a quem cabia fazer a sua parte em não acumular água parada de forma inadequada, não jogar lixo na via pública e em manter limpos piscinas, quintais e terrenos. No excerto abaixo é possível comprovar essa responsabilização a partir de um entendimento do jornalista de que, apesar da convocação da sociedade civil, esta ainda se mostrava alheia ao problema.

(25)

Já se passaram 18 dias desde a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes* e à Microcefalia, mas a população parece ainda não ter despertado para a gravidade da situação e do papel que exerce no processo de prevenção e controle da dengue, chicungunha e zika, com a adoção de medidas simples que

podem eliminar criadouros para o mosquito. (APELO geral: todos contra o mosquito. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 23 dez. 2015).

Nesse momento, os elementos gráficos foram utilizados com vistas não só a informar o leitor de uma maneira mais dinâmica, mas principalmente a alertá-lo de que o fim do infortúnio vivenciado passava pela sua compreensão de que o papel do cidadão comum era fundamental para a resolução do problema. Na figura abaixo é possível identificar esses traços de orientação ao leitor pautados na responsabilização deste.

**Figura 6 – Infográfico do JC com orientações ao leitor**

**Faça sua parte** Editoria de Artes/JC

**Cuidados dentro de casa, no apartamento e em áreas externas**

1. Mantenha as caixas d'água, tonéis e tanques sempre bem tampados
2. Não acumule garrafas e pneus. Se for o caso, deixe as garrafas vazias com a boca para baixo e guarde os pneus em local coberto. Use o serviço de recolhimento pelo 3355-7727
3. Retire a água da bandeja externa da geladeira pelo menos uma vez por semana e lave-a com sabão
4. Encha de areia até a borda os pratinhos dos vasos de planta
5. Coloque o lixo em sacos plásticos e mantenha a lixeira fechada. Não jogue lixo em terrenos baldios. Verifique o horário da coleta.
6. Remova galhos e tudo o que possa impedir a passagem da água pelas calhas
7. Lave os bebedouros de animais com escova, água e sabão semanalmente
8. Limpe os ralos pelo menos uma vez por semana. Se estiverem fora de uso, deixe-os fechados
9. Não deixe água da chuva acumulada sobre a laje
10. Lave, semanalmente, com escova e sabão, objetos usados para armazenar água. Quando não estiverem sendo utilizados, devem ser emborcados
11. Cubra e faça manutenção periódica de áreas de piscinas e hidromassagem
12. Limpe ralos e canaletas externas
13. Atenção com bromélia, babosa e outras plantas que podem acumular água
14. Deixe lonas usadas para cobrir objetos bem esticadas, a fim de evitar formação de poças d'água
15. Verifique instalações de salão de festas, banheiros e copa

Fontes: Prefeitura do Recife e Ministério da Saúde

Fonte: *Jornal do Commercio* (2016)

Além da responsabilização do cidadão como parte fundamental no processo de controle dos focos do mosquito, a insistente publicação do número de doentes e de mortos foi vista por nós como uma técnica de reforço para chamar a atenção do leitor para a situação, para o problema de saúde em si. A repetição de textos com esse tema apareceu como um recurso para que o público compreendesse a dimensão da gravidade do problema de saúde enfrentado. Afinal, mostrar que pessoas estavam perdendo suas vidas poderia ser uma forma de sensibilizar a população.

Foi nesse contexto que surgiram os relatos humanizados de pessoas que adoeceram por conta das arboviroses. Aqui, mais uma vez, como citado anteriormente, não como vozes de autoridade – os principais interessados por e atingidos pelo problema de saúde –, mas como personagens que atestam o discurso que se quer fazer transmitir, de que era preciso se prevenir para não se tornar uma vítima e sofrer as consequências.

(26)

“Até hoje tenho edema nos pés e dor nas mãos [...]”, diz a técnica em eletroneuromiografia Carmem Lúcia da Silva, 43 anos, que adoeceu por chicungunha há um ano, quando ficou quatro dias internada no hospital. Teve alta na véspera do Natal. “A chicungunha é tão forte que superou até a dengue que já tive. E sobre as dores que ainda sinto, escuto os médicos falarem que é preciso esperar o tempo passar.” Carmem conta que não conseguiu voltar a ser a pessoa ativa que era antes da doença. (VIDAS marcadas pelo Aedes. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 4 dez. 2016).

Esse discurso também foi amplificado pelo uso de palavras e expressões que causaram um efeito de sentido de tensão ou preocupação na sociedade. Era preciso alertar a população e nada mais coerente (numa ótica da narrativa do jornal) do que fazê-lo apelando para o senso de alerta comum a qualquer indivíduo quando se sente ameaçado por algum evento externo.

(27)

A rápida expansão geográfica dos vírus zika e chicungunha *acende um sinal vermelho* neste verão, mas as autoridades de saúde e médicos alertam que não se pode esquecer o cenário *alarmante* da dengue, que continua a causar óbitos em todo o País. (ALERTA também para a dengue. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 8 dez. 2016 – grifos nossos).

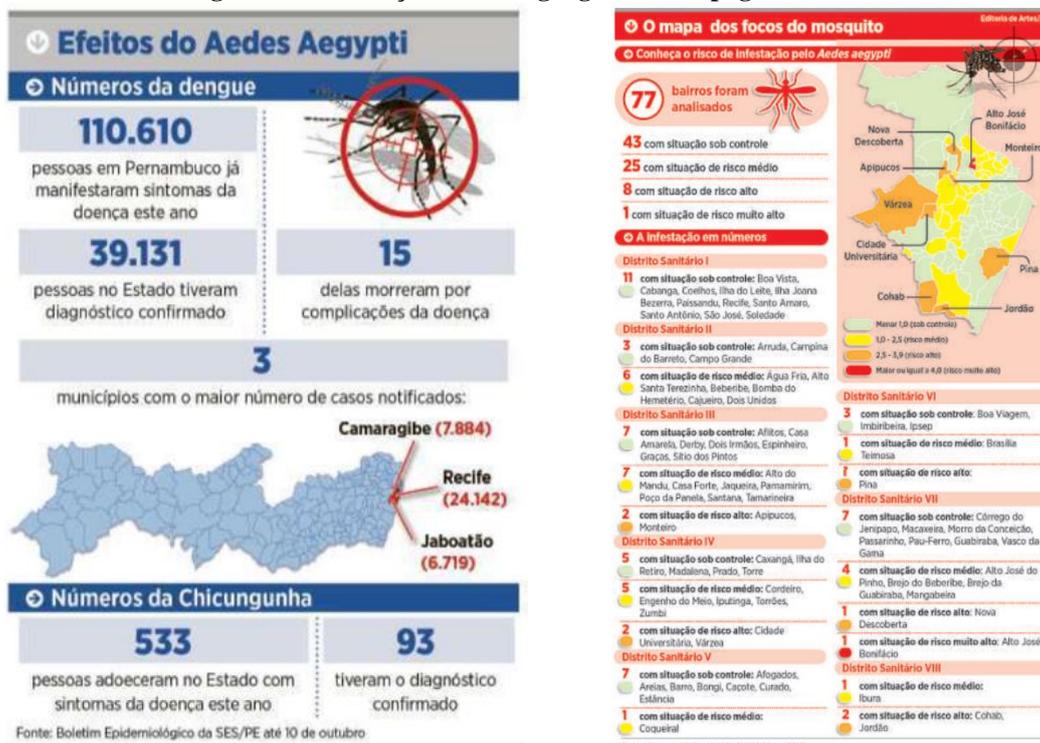
(28)

De modo inesperado, Pernambuco assistiu a um *pico assustador* de óbitos decorrentes de uma doença que era reconhecida por rara letalidade, bem menor do que nos casos de dengue, segundo diziam os especialistas. Mas a história mudou de rumo. O Estado, ainda não se sabe o porquê, lidera no ranking das mortes associadas à chicungunha. (LEITE, Cinthya. Em um ano, a chicungunha já matou 77. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 2 set. 2016 – grifos nossos).

O discurso de alerta extrapolou os textos propriamente ditos do JC e ganhou outras nuances até na estratégia gráfica adotada pelo jornal, de utilizar mais fortemente a cor vermelha nos infográficos e demais elementos visuais, principalmente a partir da possibilidade dos casos de microcefalia estarem relacionados ao vírus da zika. Durante nossa análise do corpus, verificamos o uso do vermelho mesmo nas páginas impressas completas em preto e branco, como prova de um recurso gráfico proposital e consciente por parte da editoração do jornal.

A partir de 1º de dezembro de 2015, mês que foi o auge do número de publicações de matérias por conta do avanço das investigações a respeito da microcefalia, o uso de uma barra vermelha com a inscrição “Saúde em alerta”, localizada acima dos textos do jornal, caracterizou mais um elemento de reforço no discurso do JC, de que a população precisava estar atenta ao problema. É uma convenção em nossa sociedade o fato da cor vermelha significar, em vários contextos, perigo ou alerta – basta lembrar que, nos semáforos, o indicativo vermelho constitui uma proibição. Abaixo, é possível dimensionar a mudança de estratégia gráfica que foi operada pelo jornal. Fizemos um comparativo com o momento anterior, em que a cor azul era predominante.

Figura 7 – Mudança de estratégia gráfica nas páginas do JC



Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016)

Nesse sentido, como elemento de reforço da situação de emergência em saúde, também houve a utilização de termos e expressões que atribuíam à epidemia de dengue, zika e chikungunya e aos casos de síndrome congênita em recém-nascidos uma face humanizada, na qual os eventos eram portadores de características psicológicas – no geral, de sentimentos relacionados ao medo, conforme é possível evidenciar no quadro a seguir.

**Quadro 2 – Títulos que atribuem características psicológicas à epidemia**

“Aedes mais ameaçador” (JC, Chamada de Capa do dia 21 de dezembro de 2015)
“O perigo mora ao lado” (JC, Reportagem do dia 16 de fevereiro de 2016)
“Chicungunha completa um ano amedrontando” (JC, Chamada de Capa do dia 2 de setembro de 2016)

Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016)

Esse fator caracterizador de medo e pânico causados pela epidemia não apareceu apenas nos títulos e chamadas de capa dos jornais durante a cobertura, mas foi também verificado nos textos jornalísticos, o que nos leva a inferir que essa foi uma estratégia discursiva presente não apenas nas frases de impacto das chamadas para atrair a atenção do leitor, e sim em todo o discurso do JC.

(29)

Ao longo desses 12 meses, as *famílias se viram atropeladas* por uma grande quantidade de informações, por vezes contraditórias, sobre uma condição que *abalou emocionalmente* a sociedade. (LEITE, Cinthya. Um ano da descoberta de limites. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 31 jul. 2016 – grifos nossos).

A respeito dessa nova fase da cobertura, a primeira vez que se falou em microcefalia no JC foi no dia 24 de outubro de 2015 – tendo como ambiente o fato do jornal ter sido o primeiro veículo de comunicação a trazer o tema à tona. Como já abordado, a primeira percepção de médicos e especialistas em saúde sobre esses casos foi a questão física dos recém-nascidos, que possuíam perímetro cefálico menor do que o normal. Após meses de investigação e acompanhamento dos casos, foi possível perceber que a microcefalia era apenas uma das condições que atingiam as crianças, sendo que outros comprometimentos neurológicos foram observados no decorrer do tempo, tendo sido esta, então, tratada posteriormente como Síndrome Congênita do Vírus da Zika.

Sobre essa situação sem precedentes na história da medicina, que mudou os rumos da cobertura do JC, já diante de um contexto de epidemia de três arboviroses, Charaudeau argumenta que

[...] a notícia só tem licença para aparecer nos organismos enquanto estiver inscrita numa atualidade que se renova pelo acréscimo de pelo menos um elemento novo; além do mais, é preciso que esse elemento novo seja portador de uma forte carga de inesperado para evitar o que as mídias mais temem – e que depende da representação que têm a esse respeito –, a saber: a *saturação*. Daí esse desfile de notícias, uma eliminando a outra, rapidamente relegadas no armário de achados e perdidos ou daí saindo sempre que a atualidade do insólito o exige. (CHARAUDEAU, 2013, p. 134).

Diante do caráter de novo e inesperado, as palavras recorrentes nos textos identificadas a partir daí foram “alerta”, “emergência”, “investigação”, “tensão”, “crise” e “ansiedade”. No dia 28 de novembro de 2015, o Ministério da Saúde confirmou a relação entre o vírus da zika e a microcefalia. Em dezembro do mesmo ano, menos de dois meses depois da primeira ocorrência jornalística do fato, a cobertura do JC já estava praticamente toda focada nos desdobramentos da descoberta da relação entre o zika e a Síndrome Congênita do Vírus da Zika, sempre fazendo uma relação com a importância, do ponto de vista das políticas públicas, do controle dos focos do mosquito *Aedes Aegypti*.

Essa foi, sem dúvida, uma perspectiva que costurou toda a cobertura do JC (a questão do vetor transmissor das doenças). No quadro abaixo reunimos algumas das chamadas de capa do jornal e títulos de notícias e reportagens que fizeram um reforço do caráter inusitado da então chamada, genericamente, microcefalia.

**Quadro 3 – Títulos que reforçam o caráter inusitado da microcefalia**

“Casos de microcefalia deixam País em alerta” (JC, Chamada de Capa do dia 12 de novembro de 2015)
“Atenção e ansiedade em dobro” (JC, Reportagem do dia 14 de novembro de 2015)
“Microcefalia eleva a tensão na emergência” (JC, Chamada de capa do dia 19 de novembro de 2015)
“As incertezas da microcefalia” (JC, Reportagem do dia 19 de novembro de 2015)
“Um mar de interrogações” (JC, Reportagem do dia 6 de dezembro de 2015)
“Uma incômoda novidade” (JC, Notícia do dia 30 de dezembro de 2015)
“Epidemia de dúvidas” (JC, Chamada de Capa do dia 28 de fevereiro de 2016)
“Dúvidas 1 ano depois” (JC, Chamada de capa do dia 25 de outubro de 2016)

Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016)

Sobre essa situação, apreendemos que as suspeitas sobre o que estaria causando o aumento de casos de microcefalia foram abordadas de forma cautelosa desde o início pelos jornalistas do JC, o que permitiu ao leitor criar suas próprias avaliações, mas estando seguro de que o fator causador da anomalia identificada nos recém-nascidos passava por uma investigação e seria descoberto muito em breve. No excerto abaixo é possível observar como esse contexto de dúvida foi abordado no jornal, o que conferiu ao mesmo um status de credibilidade.

(30)

Os especialistas também investigam uma possível relação entre esses casos recentes de microcefalia com a infecção causada pelo vírus da dengue, chicungunha ou zika durante a gestação, especialmente no primeiro trimestre da gravidez, período crucial para o desenvolvimento do cérebro do bebê.

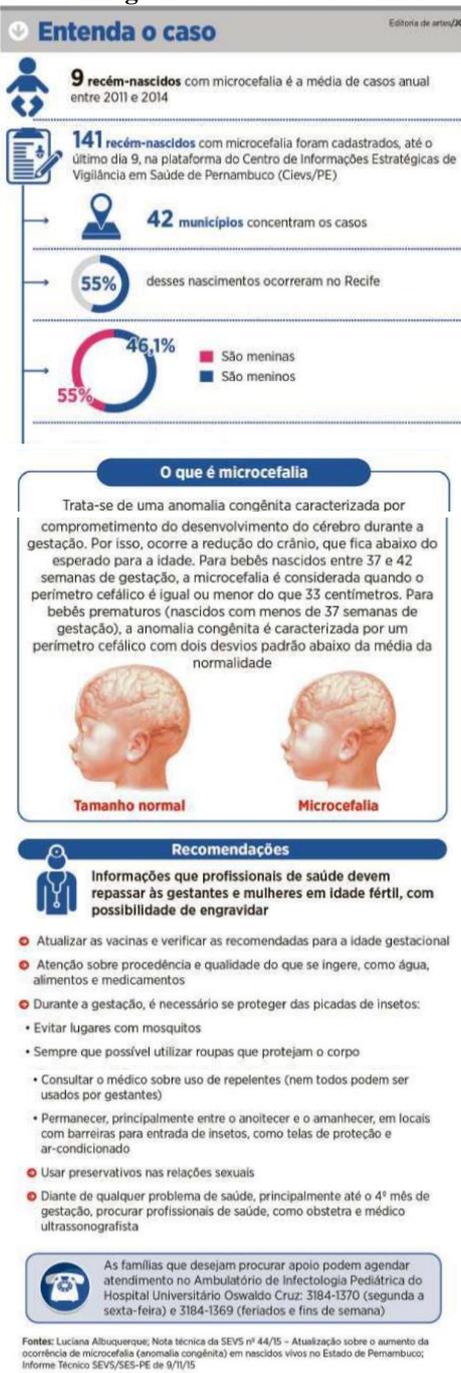
“É importante ressaltar que ainda não podemos fazer essa relação com dengue, chicungunha e zika. A questão é que, desde o começo do ano, vivemos uma epidemia de dengue, que coincide com o período de gestação das mulheres que recentemente deram à luz um bebê com microcefalia. Mas é muito cedo para chegarmos a qualquer conclusão porque estamos iniciando o trabalho”, explica a neurologista infantil Adélia Henriques Souza. (LEITE, Cinthya. Força-tarefa analisa microcefalia em PE. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 24 out. 2015).

O uso dos recursos gráficos, que já eram inseridos com frequência nas notícias sobre a tríplice epidemia, foi intensificado a partir do evento inusitado da microcefalia. Se antes esses elementos eram utilizados apenas como apoio para ilustrar os casos das arboviroses (número de atingidos e espaços geográficos onde havia concentração dos vírus) e identificar os sintomas causados por dengue, zika e chikungunya, a partir daí passaram a ganhar novas informações que iam desde uma explanação sobre o que se entendia a respeito da nova condição de saúde até uma orientação aos leitores sobre serviços de atendimento para grávidas e crianças, passando pela abordagem dos boletins epidemiológicos que eram divulgados pela Secretaria de Saúde de Pernambuco.

Abaixo temos um exemplo de como os infográficos focaram mais no discurso pedagógico a partir desse novo momento, o que, na nossa percepção, pode ter sido um recurso facilitador do entendimento do público sobre o problema de saúde que acabara de surgir. Nesse sentido, o discurso do JC pautou-se, na ocasião, na publicação de textos que levavam “serviço ao cidadão”, que precisava ser informado sobre um evento epidemiológico que passaria a ser tratado também como evento midiático. Assim, “não é aquele jornalista que transmite aquela informação, aquela explicação [...], é o conjunto da

máquina com suas condições de realização e seus procedimentos de encenação da informação.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 241).

Figura 8 – Infográfico do JC sobre a microcefalia



Fonte: *Jornal do Commercio* (2015)

Sobre a aparição do fato novo – a microcefalia –, convém abordar como se deu a representação imagética dos primeiros casos dessa condição física nas páginas do JC. A partir do nosso corpus, foi possível perceber que houve um padrão de como os bebês

foram fotografados – sempre no colo da mãe ou da avó, no caso, uma figura materna, recebendo um gesto de carinho ou acolhimento, com planos fechados nas crianças, mas sem que a deficiência física (a cabeça menor do que o normal) fosse posta em evidência. Essa característica é amenizada, de forma que quase não seja percebida. É o que Charaudeau (2013, p. 182) vai chamar de efeitos de dramatização, “ao qual o público não pode ficar insensível”, tendo em vista que “carregadas semanticamente, simplificadas e fortemente reiteradas, as imagens acabam por ocupar um lugar nas memórias coletivas, como sintomas de acontecimentos dramáticos.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 247). Na figura a seguir reproduzimos duas dessas fotos que compuseram algumas das notícias e reportagens.

**Figura 9 – Representação dos recém-nascidos com microcefalia no JC**



CHOQUE Cíntia teve gravidez tranquila, exames sem suspeitas e bebê nasceu com anomalia

Fonte: *Jornal do Commercio* (2015)

A primeira imagem publicada pelo JC cujos bebês foram fotografados mostrando toda a cabeça foi no dia 18 de dezembro de 2015, quase dois meses depois da publicação sobre os primeiros casos. Um dia depois, 19 de dezembro, o periódico, pela primeira vez, usou o termo “zika congênita” em suas páginas para referir-se às malformações neurológicas encontradas nos recém-nascidos. Isso a partir de uma percepção dos especialistas em saúde de que a microcefalia era apenas uma das condições físicas apresentadas pelas crianças cujas mães tiveram zika, conforme citado anteriormente.

Nessa fase da cobertura do *Jornal do Commercio*, que focou nas questões relacionadas à nova descoberta científica, pudemos observar o aparecimento de textos que promoveram um efeito discursivo ligado ao campo do narrativo (do contar uma história) ou do poético/ abstrato, como forma de criar um sentimento de afetividade no leitor, a partir das experiências de vida das crianças e de suas famílias. Isso se deve ao

fato de que, conforme argumenta Charaudeau (2013), a instância midiática está “condenada” a tentar sempre emocionar o seu público e buscar sua afetividade para despertar uma paixão pela informação veiculada. O problema é que “o efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação (p. 92).

Nessa perspectiva, o autor afirma que,

na tensão entre os polos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão. As mídias não ignoram isso, e seu jogo consiste em navegar entre esses dois polos ao sabor de sua ideologia e da natureza dos acontecimentos. (CHARAUDEAU, 2013, p. 93).

Abaixo temos alguns exemplos dessas formações discursivas verificadas no corpus, tendo como foco a visada de captação, com aspectos que levam o texto mais para o lado da imaginação dramatizante.

(31)

A primeira vez do bebê na praia é sempre marcada por descobertas e surpresas. Enquanto algumas crianças se encantam com a textura da areia, outras ficam maravilhadas com a sensação de relaxamento proporcionada pela água morninha do mar calmo. E foi assim que, acalentados e embalados no colo das mães, bebês que nasceram com microcefalia aproveitaram ontem a praia de Muro Alto, no município de Ipojuca (Litoral Sul de Pernambuco). Acompanhadas de profissionais de saúde do Centro de Reabilitação de Ipojuca, as famílias sentiram satisfação e segurança enquanto brincavam com as crianças na água.

Mais do que possibilitar um momento terapêutico, o banho de mar surgiu como uma oportunidade de socialização, pois permitiu que os bebês entrassem em contato com a natureza e interagissem com as famílias. (LEITE, Cinthya. Bebês embalados pelas ondas do mar. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 18 fev. 2017).

(32)

Davi mora perto do céu. Mora lá no alto, onde descansam os anjos. Para chegar, precisa ter fôlego. Vencer duas ladeiras e uma escadaria com 105 degraus. Para Milene, é só o caminho que leva seu menino a um mundo de possibilidades. A distância é o que importa menos. Todos os dias, de segunda a quinta, ela sai de casa antes das 6h. Pega dois ônibus e chega ao Imip. Toma outro e desce na AACD. Mais um, corre para a Policlínica Lessa de Andrade. Quando sai direto para a Fundação Altino Ventura, são mais dois coletivos. (CARVALHO, Ciara. A coragem que nasce do amor. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 6 mar. 2016).

Sobre um padrão de notícias e reportagens a respeito das crianças nascidas com a síndrome congênita e suas famílias, retomemos o excerto acima, de número 32. As características de superação das dificuldades foram expostas ao leitor de forma a causar um efeito de sentido de que não havia espaço para lamentações na vida dos atingidos pela

epidemia. Mesmo com todos os percalços, os personagens foram retratados como seres que se mantinham firmes e resilientes, o que nos levou a inferir que houve uma romantização da dor e do sofrimento de famílias que foram negligenciadas, ao longo dos meses, das mais diversas formas possíveis pelo poder público.

(33)

De mãos dadas, pais e mães tornaram-se fortes diante da necessidade de zelar pelo desenvolvimento dos filhos que carregam consequências de um vírus capaz de deixar o mundo entrar em alerta.

[...]

Ao ter suporte da família, dos profissionais de saúde e da sociedade, os pais dos bebês com microcefalia passam a ter a chance de se sentir fortalecidos e serenos para zelar pelo desenvolvimento dos filhos com amor, disciplina e cuidado dentro de um contexto que permite superar obstáculos e desesperanças. (LEITE, Cinthya. Um ano da descoberta de limites. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 31 jul. 2016).

Charaudeau (2013) reforça que essas ocorrências se devem ao fato de que

as mídias acham-se, pois, na contingência de dirigir-se a um grande número de pessoas, ao maior número, a um número planetário, se possível. Como fazê-lo a não ser despertando o interesse e tocando a afetividade do destinatário da informação? A não ser distribuindo “no mundo inteiro as mesmas simplificações e os mesmos clichês”? (CHARAUDEAU, 2013, p. 19).

A despeito dessa temática, o discurso do JC não promoveu uma estigmatização das famílias e das crianças atingidas pela síndrome congênita – não de um aspecto de sensacionalização, de tratá-las como submetidas a um sofrimento que as vitimizassem e as colocassem numa posição de inferioridade. Muito pelo contrário: o sofrimento dos envolvidos, na narrativa do jornal, serviu para fortalecê-los. Nesse sentido, percebemos que houve uma qualificação positiva dos personagens nas páginas do periódico, cujos textos divulgados exaltaram sentimentos como força, garra e coragem para enfrentar as adversidades, principalmente nas notícias e reportagens que compuseram a categoria “Drama Humano”, o que reforçou a romantização do sofrimento vivido por eles.

(34)

A forma serena como lida com a inusitada visibilidade diz muito sobre a jovem. Desde a publicação da reportagem, há cerca de um mês, Mylene viu *a força de sua história* fazer mais do que atrair lentes estrangeiras.

[...]

A intenção de ajudar, além do imediatismo, se repetiu entre muitos que se sensibilizaram com *a força da jovem mãe*.

[...]

“Ela tem uma dignidade e carrega uma verdade muito grande, um amor profundo pelos filhos. Isso me deixou comovido e impressionado. Apesar de todas as dificuldades que já viveu, não se coloca na condição de vítima. Ela olha para a vida com *alegria e coragem*”, pontua Erol Cichowski. (CARVALHO, Ciara. Sopro de esperança. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 3 abr. 2016 – grifos nossos).

Outro ponto estruturador do discurso do JC foi o fato de o jornal ter se configurado como um agente que também direcionou e interferiu na criação de políticas públicas, na medida em que cobrou ações das autoridades e expôs os problemas públicos relacionados ao contexto da epidemia, utilizando a fala de pessoas comuns que clamavam por reparação “pois os cidadãos reivindicadores são levados, em nome da eficácia, a buscar uma *visibilidade*.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 195). O periódico, assim, promoveu o agendamento do próprio espaço político ao denunciar as carências do serviço de saúde pública num tom de denúncia a partir do relato dos personagens.

(35)

Mães de crianças com microcefalia denunciam que o município do Recife não está fornecendo o alimento apropriado para o desenvolvimento de seus filhos, como previsto. Com prescrição médica para consumir até 16 latas ao mês do suplemento fortini, muitas estariam com quadro de desnutrição. (DESNUTRIDOS por falta de leite. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 31 mar. 2017).

(36)

A UMA também exige melhor atendimento nas sessões de reabilitação no interior. “Na Unidade Pernambucana de Atenção Especializada (UPAE) de Caruaru (no Agreste), soubemos pelas mães que o atendimento de fisioterapia estava sendo de 15 minutos por semana para dois bebês simultaneamente. E em Salgueiro (no Sertão), havia mãe com criança de quase 1 ano que nunca havia passado por uma consulta com neurologista. O filho tinha convulsão, mas a mãe nem sabia o que era”, destacou a presidente da UMA, Germana Soares, mãe de Guilherme, 10 meses, que tem microcefalia. (CREMEPE cobra melhoria na assistência a bebês. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 21 set. 2016).

O tom denunciante na midiaticização dos problemas públicos se apresenta como uma forma de fazer com que o leitor tome conhecimento destes, levando em consideração que, ao tratar do assunto, “o discurso das mídias procura pôr em cena responsáveis e mesmo eventuais culpados. Assim estaria assegurada uma possível captação, em todo caso, a repercussão.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 187). Essa repercussão, durante a cobertura do JC, passou por uma perspectiva que inseriu o próprio repórter num sentimento de indignação, como verificamos nos trechos abaixo.

(37)

Engolir a dor a seco, abandonar a carreira profissional, mergulhar em dívidas e enfrentar uma guerra todo dia. O preço de ter um filho com deficiência mental ou distúrbio neurológico tem esse significado adicional para grande parte das mães pernambucanas que dependem do SUS. A oferta de serviços médicos especializados é insuficiente, o acesso à rede é desorganizado, a assistência farmacêutica é limitada e a reabilitação mais ainda. (ALMEIDA, Verônica. Um SUS omisso para uma infância sofrida. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 20 dez. 2015).

(38)

No mês em que o governo brasileiro decidiu manter a emergência nacional em saúde pública por causa dos casos de microcefalia associados ao zika, soa como paradoxo as famílias terem que enfrentar transtornos em busca de reabilitação para as crianças com comprometimentos decorrentes da infecção pelo vírus. Além disso, pais que moram fora do Recife reclamam da falta de transporte para trazer os filhos aos serviços de saúde na capital. (LEITE, Cinthya. Mães pedem mais atenção e respeito. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 22 nov. 2016).

Foi possível perceber, com isso, que as denúncias se configuraram como situações em que houve uma quebra da legitimação das fontes oficiais, tendo em vista que estas foram cobradas por suas ações (ou omissões) pelo jornal (DUARTE; BARROS, 2013). Nesses casos, não houve um reforço das vozes de autoridade, mas sim uma investida de confronto, de modo que, como observa Charaudeau (2013, p. 78), “o jornalista [...] assume o papel de adversário dos poderes instituídos e de aliado do público, procedendo a interrogatórios, instruindo questões, aspirando aos papéis de juiz ou de detetive”.

Por meio da seleção e da categorização propostas neste trabalho, foi possível perceber que a redução nos casos das doenças contribuiu de forma efetiva para que o assunto deixasse de ter destaque no JC a partir do segundo semestre de 2016, situação que foi se estendendo até o fim do primeiro semestre de 2017, período em que se encerra nosso corpus de análise. Ainda no dia 13 de abril de 2016, pela primeira vez em dez meses, as arboviroses deixaram de ser o assunto central de uma notícia ou reportagem do jornal para aparecerem como uma matéria vinculada sobre outro assunto de saúde – casos da síndrome respiratória H1N1, que começaram a surgir em Pernambuco. Podemos inferir que este foi o primeiro sinal de que já se começava a tomar forma uma mudança na hierarquia da notícia no contexto da epidemia.

No dia 11 de maio de 2017, o Ministério da Saúde decretou o fim do estado de emergência em decorrência do vírus da zika e sua correlação com a microcefalia e outras alterações neurológicas. O Brasil esteve sob esse decreto durante 18 meses. Nos excertos abaixo é possível verificar como o controle do número de casos foi abordado nas páginas do JC durante essa “reta final” da epidemia.

(39)

Depois de passar por um aumento inesperado no número de pessoas que adoeceram com sintomas de dengue, chicungunha e zika no primeiro semestre do ano, o Recife anuncia o fim da epidemia das arboviroses. O boletim divulgado ontem pela Secretaria Municipal de Saúde destaca que a cidade passou a apresentar um cenário de controle das infecções pelos três vírus na população, segundo a secretária-executiva de Vigilância à Saúde do Recife,

Cristiane Penaforte. Em alguns bairros, a redução de casos das arboviroses chega a 60%. (LEITE, Cinthya. Recife livre da tríplice epidemia. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 3 set. 2016).

(40)

Até agora, os casos de dengue, chikungunya e zika registrados este ano, em Pernambuco, estão abaixo do esperado para a temporada. No Estado, pelo menos 3.830 pessoas adoeceram com sintomas de alguma arbovirose. Desse total, 806 casos foram confirmados. Se os casos suspeitos atuais forem comparados com os do mesmo período de 2016, há redução de 97,1% dos casos de dengue, 97,8% de chikungunya e 98,1% de zika, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (SES). (LEITE, Cinthya. Menos casos e mais cuidados. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 6 abr. 2017).

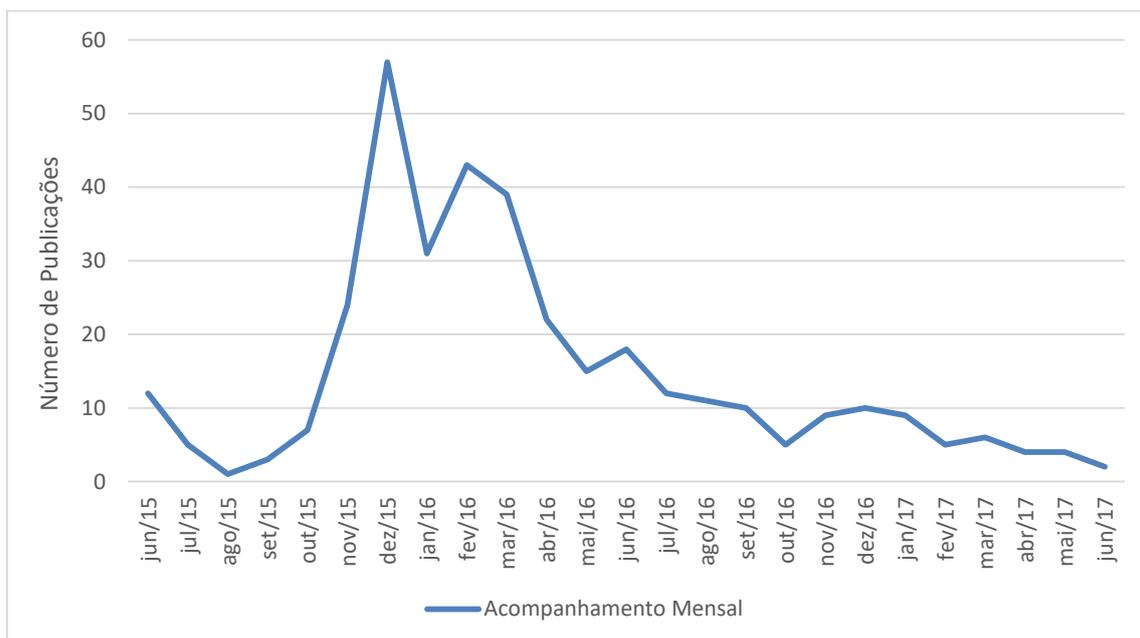
Para se ter ideia da mudança de hierarquia da notícia no contexto trabalhado em nossa pesquisa (no decorrer do primeiro semestre de 2017), em janeiro deste ano as arboviroses e a Síndrome Congênita do Vírus da Zika foram temas de notícias e reportagens no JC durante nove dias. Em fevereiro, durante cinco dias. Em março de 2017, a média foi mantida, com seis dias. Já em abril e maio, foram quatro os dias em que as doenças e a síndrome estiveram entre os assuntos do jornal (como notícia ou reportagem principal). Em junho, apenas dois dias contaram com textos a respeito.

Com a diminuição dos números de casos de doenças e também da síndrome congênita, é como se não houvesse mais o que dizer a respeito do tema, pois

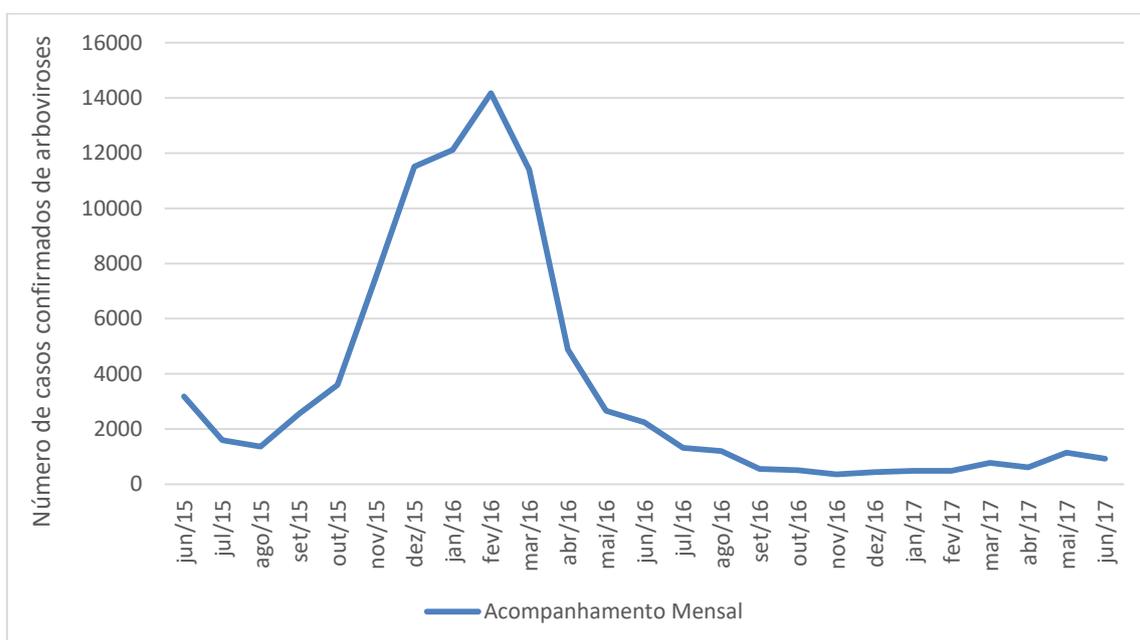
tudo deve ser exposto até se queimar. Como nas antigas películas de cinema ou nos projetores de *slides* sem sistema de refrigeração, a exposição excessiva de um diagrama queima o filme, fazendo-o desaparecer. No jornalismo, a exposição, depois a superexposição de pessoas, fatos, acontecimentos, provoca um processo social de “queima” do fato, na medida em que as notícias excessivamente veiculadas tornam-se inócuas, não provocam mais nenhum efeito, conduzem ao seu total esquecimento. O excesso é a forma mais eficiente de extermínio da coisa e de seu total apagamento da memória. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 21 apud MORETZSOHN, 2002, p. 151).

Ao fim da análise do corpus selecionando, foi possível reforçar a criação e a sustentação de uma narrativa do JC tendo como base as doenças em caráter de evento midiático a partir de um evento epidemiológico, cujo ciclo se apresenta como tal – possuindo uma rápida subida até chegar a um pico, a partir do qual se desenha um decréscimo até a sua volta ao período inicial, de baixo contágio e pouca visibilidade.

Nos gráficos a seguir procedemos com uma comparação entre o número de publicações de notícias e reportagens no JC, entre junho de 2015 e junho de 2017; e o número de casos de dengue, zika e chikungunya, no mesmo período, que nos foram disponibilizados pela Secretaria de Saúde de Pernambuco.

**Gráfico 7 – Cobertura do *Jornal do Commercio* sobre a tríplice epidemia**

Fonte: Jornal do Commercio (2015, 2016, 2017)

**Gráfico 8 – Evolução dos casos de arboviroses em Pernambuco**

Fonte: Secretaria de Saúde de Pernambuco (2019)

Aqui fazemos uma ressalva importante sobre a escolha em observar quantitativamente o número de publicações em consonância com o crescimento de casos das doenças. Longe de corroborar com a chamada teoria do espelho, na qual se acreditava

que o jornalismo refletiria a própria realidade, nosso intuito com essa análise foi apreender que há também interesses políticos e econômicos por trás da cobertura jornalística das epidemias. Basta citar que, durante as duas primeiras semanas do mês de junho de 2015 (entre os dias 2 e 16, mais precisamente), o *Jornal do Commercio* estampou nas capas dos jornais uma campanha em parceria com o Governo de Pernambuco, com o slogan “Faça do combate à dengue um hábito. Onde tem foco, tem mosquito”.

Junto à frase, escrita com letras maiúsculas e em vermelho, para chamar a atenção do leitor, estavam as logomarcas do JC e do Governo, lado a lado, conforme figura a seguir. Nas notícias e reportagens publicadas durante esse período, prioritariamente sobre a dengue no Caderno Cidades (lembrando que zika e chikungunya ainda não figuravam como doenças com transmissão local em nosso estado), havia outra logomarca, com a mesma frase no centro, também em vermelho, cercada pela ilustração de um alvo, como os que vemos nas práticas de tiro – revelando uma aproximação das referências bélicas citadas anteriormente nos textos jornalísticos. Também reproduzimos abaixo essa figura.

**Figura 10 – Campanha do JC e do Governo de Pernambuco**



Fonte: *Jornal do Commercio* (2015)

**Figura 11 – Logomarca estampada na abertura das matérias**



Fonte: *Jornal do Commercio* (2015)

A partir dessa observação, ficou evidente que as matérias sobre as epidemias vivenciadas foram veiculadas no jornal não só pela possibilidade de se exercer a chamada responsabilidade social, mas também visando interesses comerciais junto ao Governo de Pernambuco, que paga pelas campanhas publicitárias anunciadas nos veículos de comunicação.

O jornalismo nunca foi (e ainda menos nesse caso) um espelho da realidade, mas sim um campo por excelência da constatação de que todo discurso é ideologizado. Até porque, como bem lembra Charaudeau (2013, p. 20),

a ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformado, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.

Para o Governo de Pernambuco, certamente, ter contado com a ajuda da mídia para educar a população a fim de que esta, por sua vez, ajudasse no controle do mosquito, foi de grande valia. Isso porque, levando em conta que as políticas públicas para saneamento básico jamais se concretizariam em curto prazo, só o fim da proliferação do *Aedes Aegypti* poderia acabar com as infecções, que lotaram as unidades públicas de saúde com pacientes e extrapolaram os gastos da gestão previstos com atendimentos emergenciais, ambulatoriais, exames clínicos e medicamentos durante a epidemia.

Com a análise do corpus, foi possível inferir que a estrutura da narrativa do JC esteve focada, durante dois anos, no problema (na factualidade da epidemia em si) e não na problemática (discussões sobre as causas da emergência em saúde). Esse jornalismo superficial, que se mantém nos ganchos de atualidade, pode ser percebido como uma consequência do fetiche da velocidade, já que a pressão do tempo é um dos elementos que leva a essa superficialidade.

A respeito do nosso exercício desenvolvido até aqui, voltado para um olhar sobre a estruturação do discurso do JC durante o período da tríplice epidemia, enfatizamos que este foi pautado numa análise que buscou enfatizar as condições de produção do fazer jornalístico, haja vista que

analisar um texto não é e nem pretende dar conta apenas do ponto de vista do sujeito comunicante, nem ser obrigado a só poder dar conta do ponto de vista do sujeito interpretante. Deve-se, sim, dar conta dos *possíveis interpretativos* que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação. O *sujeito analisante* está em uma posição de *coletor* de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado. (CHARAUDEAU, 2019, p. 63).

### 5.3.1 O espaço da divulgação científica

Na cobertura do *Jornal do Commercio*, a divulgação científica esteve longe de alcançar um espaço de privilégio na narrativa das epidemias ao longo de dois anos. Tal fato pode ser constatado conforme levantamento do corpus e categorização abordados no tópico 5.2. No total, 66 notícias e reportagens tiveram como destaque as pesquisas científicas de estudiosos locais, nacionais ou internacionais – enquadradas por nós na categoria “Pesquisas”. Isso representa 18% dos textos jornalísticos publicados pelo JC cujos temas versaram sobre zika, dengue, chikungunya e a síndrome congênita que atingiu bebês nascidos de mães infectadas pelo zika.

Se levarmos em consideração que 22 dessas notícias e reportagens são de agências de notícia, apenas 44 textos jornalísticos (dentre os 364 selecionados) são fruto de um trabalho de apuração, produção e escrita, de fato, dos jornalistas do JC. No contexto de uma tríplice epidemia que evidenciou uma descoberta científica sem precedentes na literatura médica (a ligação entre o vírus da zika e as malformações nos fetos durante a gestação), é coerente afirmar que o espaço dado à divulgação científica foi limitado e pouco aproveitado.

Em se tratando da estruturação da cobertura, num primeiro momento, antes do surgimento dos casos de microcefalia, as notícias e reportagens que abordaram as pesquisas científicas o fizeram com um olhar voltado para o controle das doenças, remetendo assim à categoria denominada “Ações Governamentais e da Sociedade Civil”. Mesmo os textos que traziam informações sobre os estudos em andamento proporcionaram uma priorização das informações sobre as pesquisas que pudessem contribuir para o fim das epidemias a partir da eliminação do mosquito *Aedes Aegypti* – estudos sobre eficácia e utilização de larvicidas, por exemplo.

Desde a categorização foi possível observar que o discurso do JC sobre as epidemias vivenciadas em Pernambuco, em termos de conteúdo, se aproximou mais do político do que do científico. A divulgação científica, em número de publicações, ficou concentrada no período que compreende novembro de 2015 a março de 2016, o que nos leva a inferir que não só a produção científica local e nacional aumentou com o crescimento dos casos de microcefalia, como o interesse do jornal pela ciência também acompanhou esse movimento. Portanto, foi um fato novo, inesperado, que despertou o sentido de importância do periódico para temas ligados à pesquisa científica. No quadro

abaixo é possível observar essa centralização das notícias e reportagens em determinados meses.

**Quadro 4 – Distribuição dos textos jornalísticos na categoria “Pesquisas”**

Mês/ ano	Número de Publicações
Julho/ 2015	1
Outubro/ 2015	1
Novembro/ 2015	4
Dezembro/ 2015	7
Janeiro/ 2016	3
Fevereiro/ 2016	4
Março/ 2016	6
Abril/ 2016	2
Mai/ 2016	1
Junho/ 2016	2
Julho/ 2016	3
Agosto/ 2016	1
Outubro/ 2016	2
Novembro/ 2016	1
Janeiro/ 2017	2
Fevereiro/ 2017	1
Março/ 2017	2
Junho/ 2017	1
<b>Total</b>	<b>44</b>

Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016, 2017)

Mesmo no período em que mais textos jornalísticos foram publicados com destaque para ciência, ficou claro que as pesquisas científicas muitas vezes dividiram espaço com as matérias vinculadas cujo foco eram as políticas públicas, reduzindo, dessa forma, ainda mais o seu espaço. Ao retomarmos a figura 4 deste trabalho (tópico 5.2), que faz referência à composição de página (do JC) do texto principal com as matérias vinculadas, percebemos que também a divulgação científica, no discurso do jornal, assumiu um caráter de superficialidade. Trouxe-se muita informação, numa tentativa de se expor tudo na mesma página, ao mesmo tempo em que esse tudo não se aprofundou em nada. Sobre isso, Zamboni argumenta que

o discurso da divulgação científica nos jornais parece assumir, pois, a identidade do seu veículo, pressupondo formas específicas de leitura às quais correspondem destinatários também específicos, representados como leitores “ligeiros”, que percorrem as páginas detendo-se seletivamente na leitura de *partes* autônomas das reportagens. A prática do jornalismo científico opera, dessa forma, uma inversão na rotina de leitura do discurso científico: um *paper* supõe leitura integral e atitude de estudo, de busca do conhecimento profundo por parte de seu destinatário; o texto de divulgação supõe a leitura parcial e uma atitude de satisfação com o conhecimento superficial e ligeiro. (ZAMBONI, 2001, p. 119).

Tendo em vista que o conhecimento científico desempenha um papel estratégico em nossa sociedade (DUARTE; BARROS, 2013), ainda mais num período de emergência em saúde pública, como o que ocorreu entre 2015 e 2016, o espaço da divulgação científica no jornal também está atrelado à viabilização da produção da ciência em si. Em termos práticos, se não há produção científica, não há o que divulgar. Por isso, o investimento público em laboratórios e instituições é fundamental para que a ciência chegue ao cidadão comum. Esse ciclo nos remete à figura 3 deste trabalho, sobre a representação do Sistema Científico (seção 4) e como ciência, política e divulgação científica estão interligados.

A respeito dessa teia, a cobertura do JC trouxe um texto sobre a importância dos investimentos públicos para a consolidação da ciência brasileira. A falta de recursos foi abordada como empecilho para o andamento de estudos sobre a tríplice epidemia, num tom de denúncia, conforme mostra o excerto abaixo.

(41)

O caráter único da epidemia de zika – que se espalhou muito rapidamente pelo País levantando a suspeita de ser responsável pelo aumento de casos de microcefalia e outros problemas neurológicos – pode ter pelo menos uma consequência positiva: abriu oportunidade para a ciência brasileira se destacar em responder rapidamente a uma emergência de saúde.

Provavelmente pela primeira vez em torno de um problema biomédico, a comunidade científica nacional foi muito ágil em se articular, fazer parcerias locais e com instituições estrangeiras e redirecionar esforços dos laboratórios para uma nova causa. Mas essa rápida mobilização, apontam alguns dos principais grupos de pesquisa, ainda não foi seguida por contrapartida de oferta de recursos do governo federal, o que pode ser um entrave em breve para o avanço dos estudos. (A ciência esbarra na falta de verba pública. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 7 mar. 2016).

Consideramos esse fato como um dificultador para que a ciência tenha conquistado, na ocasião, maior espaço na mídia – incluindo o JC –, tendo em vista que, como atestamos, o jornal também reverbera de forma consistente o que é realizado pelas autoridades e instituições públicas. O espaço dedicado à divulgação científica, nesse sentido, não é resultado apenas da vontade e do interesse do jornalista em suas rotinas de produção, mas de uma conjuntura que excede às páginas do jornal e se observa numa condição que envolve políticas públicas de investimento em ciência e tecnologia.

Outro ponto verificado na análise do discurso do JC é a respeito da frequente publicação de notícias e reportagens sobre os desdobramentos acerca do estudo e da produção de vacinas para dengue e zika. Algumas suítes sobre o assunto foram observadas durante a cobertura e entendemos que a temática desperta o interesse – não só

do periódico que é nosso objeto de pesquisa, mas em se tratando da mídia de uma forma geral – porque causa um efeito de sentido de que a ciência deve ser e é a produtora da cura (numa ligação muito mais próxima dessa cura com o milagre e a salvação da humanidade). A partir dessa visão, como pontua Silva (2013, p. 50) “o saber científico acaba sendo difundido através de um determinado discurso agendado no noticiário. Um agendamento discursivo e também ideológico”.

Ainda em relação ao espaço da divulgação científica no *Jornal do Commercio*, por meio da análise das 44 notícias e reportagens da categoria “Pesquisas” (desconsiderando as de agência de notícia), percebemos que as pesquisas científicas foram levadas ao público de forma superficial por apenas apresentarem a ciência de um ponto de vista factualizado, no qual esse campo produz estudos, numa espécie de máquina de fabricação de resultados. Não há textos que tenham abordado, por exemplo, a rotina do pesquisador e o seu trabalho para além das bancadas dos laboratórios no contexto da tríplice epidemia, o que poderia ter aproximado o leitor do jornal, o cidadão comum, do fazer científico. Também não foram inseridas na cobertura notícias e reportagens sobre o ambiente da pesquisa, como se dá o processo de um estudo e o que se faz nos laboratórios. A nosso ver, esse fato reforçou o distanciamento entre o público e os cientistas, de modo que o JC não proporcionou uma nova perspectiva sobre o tratamento da ciência nas páginas do jornal.

### **5.3.2 Ciência didática para o público**

Durante a cobertura da tríplice epidemia, o *Jornal do Commercio* não fala para a classe mais atingida pelas arboviroses (embora fale dela), como abordado na introdução, mas não se poder negar que o discurso do periódico, de uma forma geral, contribuiu para a divulgação da ciência feita localmente, mesmo que tenha sido entre um público restrito e não tão engajado com a epidemia – pelo menos em se tratando de casos de crianças nascidas com a síndrome conegênita – e que de uma maneira pouco aprofundada.

Essa divulgação foi amparada num efeito de sentido de didaticidade e de intenção pedagógica, numa perspectiva na qual boxes, ilustrações, infográficos e outros elementos visuais foram utilizados frequentemente com vistas a esse efeito didático. E aqui fazemos uma consideração por entender esse recurso como efeito didático e não um discurso perfeitamente didático, conforme explica Charaudeau (2013, p. 77), porque “as

exigências de organização do saber no discurso didático, sua construção que prevê provas de verificação (exercícios de aplicação) e de avaliação [...], são, de fato, incompatíveis com uma informação que deve captar o público em geral” – como é o caso da informação jornalística.

Essa esfera de captação, como trabalhado na terceira seção desta pesquisa, está relacionada ao fato do jornalista ser um profissional inserido numa “estrutura empresarial que faz da notícia uma mercadoria que tem de ser vendida.” (ZAMBONI, 2001, p. 135), ao mesmo tempo em que é alheio aos processos de decisão e produção do conhecimento científico. Por isso, faz uso dos efeitos de didaticidade, que são traços identificadores de uma enunciação dirigida a um público não-especializado, numa tentativa de se fazer entender e de se distanciar de uma linguagem hermética própria do discurso científico.

Tais traços se apresentam na segmentação das informações das matérias e, como aponta Zamboni (2001), na medida em que se exploram as potencialidades que o discurso científico tem para ser transformado em notícia, com a finalidade de ser endereçado a leitores idealizados, os quais “nem sempre percorrem a extensão integral dos textos, e precisam, por isso, ser ‘agarrados’ e conquistados pelo lide, pelos subtítulos, pelos boxes e pelos infográficos” (p. 122). Abaixo estão alguns exemplos dos elementos visuais que se fizeram presentes na cobertura do JC em relação às pesquisas científicas.

Figura 12 – Infográficos sobre pesquisa científica



Fonte: *Jornal do Commercio* (2015, 2016)

Embora tenha havido uma preocupação em se fazer entender e se distanciar de uma linguagem hermética verificada, via de regra, no discurso científico, em alguns

momentos da cobertura do JC foi possível identificar uma carência de explicações sobre termos médicos, por exemplo, o que pode causar um efeito de sentido contrário ao desejado (de entendimento): além de quebrar o elo de interesse com o leitor, pode proporcionar a apreensão de informações que não condizem com o que de fato está na pesquisa científica. No trecho abaixo, é possível perceber que falta uma explanação sobre o que são as doenças neuroinvasivas (tal explicação não aparece ao longo do texto) e como elas se manifestam.

(42)

Dados preliminares do primeiro estudo científico sobre as complicações neurológicas que apareceram no período da tríplice epidemia em Pernambuco (vivenciado em 2015 e 2016) revelam que nove pacientes evoluíram com doença neuroinvasiva causada pela infecção simultânea pelos vírus da dengue, chicungunha e zika. (LEITE, Cinthya. Estudo aponta tripla infecção em 9 pacientes. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 9 jun. 2017).

Em contrapartida, em outros momentos foi perceptível o cuidado em se explicar termos médicos e /ou científicos, o que eleva o efeito de sentido de compreensão por parte do leitor e o ajuda a se aproximar desse universo.

(43)

Segundo o estudo, a taxa de soroprevalência do zika é de 49% (frequência de indivíduos que têm anticorpo contra o vírus). A partir desse percentual, segundo o médico Carlos Brito, pode-se inferir que a taxa de ataque do zika (capacidade que o vírus tem de fazer vítimas, principalmente em comunidades vulneráveis ao adoecimento) não é tão alta como mostram as taxas anteriores, em torno de 80%. (LEITE, Cinthya. Riscos de um novo surto do zika vírus. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades. 17 jan. 2017).

Ainda a respeito do traço de didaticidade que perpassou a cobertura do JC sobre a tríplice epidemia, nos textos com foco na divulgação científica, identificamos que esse efeito pedagógico foi reforçado quando a matéria apresentou o desdobramento da pesquisa para o cidadão comum, embora esse aspecto não tenha sido frequente nas notícias e reportagens verificadas na categoria “Pesquisas”. Tal fato nos leva a inferir que um dos efeitos de sentido provocados foi a superficialidade do tema científico, levando em consideração que um aprofundamento dos assuntos deveria passar pela exposição de como a pesquisa interfere ou pode vir a interferir na vida do cidadão comum. Abaixo temos uma situação em que há uma relação entre o resultado da pesquisa e a importância desta para os pais de bebês que nasceram com a síndrome congênita.

(44)

Agora, com a pesquisa que selecionou 69 bebês para análise, a médica reforça que os bebês de mães expostas ao zika na gravidez devem realizar não apenas o teste da orelhinha logo após o nascimento. “Eles precisam ser submetidos ao exame do potencial evocado auditivo do tronco encefálico, capaz de mapear

melhor a audição”, salienta Mariana. (LEITE, Cinthya. Alerta para perda auditiva de bebês. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 31 ago. 2016).

Sobre como os textos jornalísticos foram estruturados para amparar um efeito de didaticidade, observamos que em todas as vezes houve o emprego da “reversão da superestrutura do artigo científico”, conforme nominada por Zamboni (2001) e trabalhada na quarta seção deste trabalho, na qual há uma inversão da forma de apresentação da pesquisa no campo científico: os resultados do estudo (que integram as conclusões do trabalho) aparecem na abertura das notícias e reportagens. Isso porque

enquanto no texto acadêmico dos pesquisadores existem regras claras de hierarquia de informações, em que na lógica da construção do *paper* estão presentes a sistematização do conhecimento com tópicos sequenciais como Introdução, Metodologia, Desenvolvimento, Resultados e Conclusões, para os jornalistas, a lógica da notícia começa, quase invariavelmente, pelas conclusões do trabalho. (ZAMBONI, 2001, p. 223).

Observemos o primeiro parágrafo de uma das notícias e reportagens que estão inseridas na categoria “Pesquisas”.

(45)

Um estudo inédito realizado por cientistas da Fundação Altino Ventura (FAV) comprovou que quanto menor for o diâmetro da cabeça de bebês com microcefalia, maior a chance de a criança apresentar alterações oculares graves. A pesquisa também apontou que lesões em regiões mais profundas do olho, como a retina e o nervo óptico, são mais encontradas em recém-nascidos cujas mães apresentaram sintomas do zika vírus nos primeiros três meses da gestação. Os dados foram publicados no *Jama – The Journal of the American Association, uma das publicações mais importantes na área*<sup>19</sup>. (UM raio-x da visão dos bebês. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 2 jun. 2016 – grifos nossos).

A reversão faz parte de um modelo de construção da notícia. Os resultados da pesquisa dão o gancho de atualidade ao texto e se apresentam no início do mesmo para prender a atenção do leitor, fazê-lo ter uma ideia geral do conteúdo da matéria e a, partir daí, seguir com a leitura. A captação do público é essencial porque, como lembra Moretzsohn (2002, p. 61), “é preciso não perder de vista que, no contexto em que o jornalismo surgiu e se desenvolveu, notícia é mercadoria – embora, como bem simbólico, seja certamente uma mercadoria especial”.

Nesse sentido, as etapas de verificação do estudo, que para a pesquisa científica dão suporte e validade ao trabalho, sendo uma informação valiosa, só são apresentadas

---

<sup>19</sup> Sobre o status social referente à publicação de artigos e pesquisas em revistas científicas, principalmente as internacionais, ver o tópico 5.3.3, sobre as falas de autoridade e a figura do cientista.

no texto jornalístico do meio para o fim da matéria. Isso quando são apresentadas. No exemplo de notícia abaixo, a metodologia do estudo só foi exposta ao leitor no quarto parágrafo.

(46)

Nesta temporada de sol e chuva, que cria um ambiente propício à proliferação do *Aedes aegypti*, um estudo de pesquisadores da Fiocruz Pernambuco comprova que repelentes são eficientes contra a picada do mosquito infectado com zika.

[...]

Durante os testes, foram criadas simulações de características humanas. “Montamos os ensaios em gaiolas. Usamos gás carbônico, chumaço de algodão com sangue de coelho (atração para a fêmea se alimentar) e papel de filtro com repelente”, diz Rosângela Borba. Foram realizados testes com o papel de filtro sem repelente para se fazer comparações. (LEITE, Cinthya. Repelente químico contra zika. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 21 mar. 2017).

Ainda utilizando o excerto acima, foi possível observar como a explicação das etapas da pesquisa científica preferencialmente apareceram, nas matérias, em forma de citação direta. Isso porque ela “consiste em referir-se, o mais fielmente possível, (ou pelo menos dando uma impressão de exatidão) às emissões escritas ou orais de um outro locutor, diferente daquele que cita, para produzir na argumentação um efeito de autenticidade.” (CHARAUDEAU, 2019, p. 240). Assim, “a citação funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber.” (p. 240).

A forma como o depoimento do cidadão comum apareceu nas notícias e reportagens de divulgação científica do JC é outro ponto que foi percebido em nossa análise. Identificamos que os chamados personagens não apareceram nos textos como um elemento de aproximação do público leitor com a ciência, mas como um elemento de certificação, para atestar que a pesquisa da qual se falava foi realizada com a participação de seres humanos, que, por sua vez, eram capazes de ratificar o fato publicado.

Além disso, esses tipos de depoimentos, de acordo com Zamboni (2001, p. 107) “ajudam a compor a representação de um leitor que necessita, para levar a cabo a leitura de um texto, intercalar momentos de densidade (quando toma voz a ciência) com momentos de rarefação, de leveza (quando se dá voz ao cotidiano das pessoas)”. Abaixo temos um exemplo no qual um adolescente foi paciente investigado numa pesquisa sobre as causas e as consequências da síndrome de Guillain-Barré.

(47)

Ontem, no HR, um jovem de 13 anos diagnosticado com a síndrome de Guillain-Barré, doença neurológica autoimune que pode levar à paralisia, recebeu alta após 15 dias em tratamento no hospital. Os sintomas começaram

com fraqueza nas pernas. “Ele não conseguia ficar em pé. Fez exame e apresentou plaquetas baixas (um sinal de arboviroses)”, contou a mãe do jovem. Feliz por voltar para casa caminhado, ele comemorou: “É como se eu estivesse andando pela primeira vez”. (LEITE, Cinthya. Estudo aponta tripla infecção em 9 pacientes. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 9 jun. 2017).

O personagem também foi inserido nas matérias de pesquisa científica, com vistas a proporcionar um efeito didático, para estabelecer uma quebra na linguagem mais “pesada” sobre o tema científico. Ele costumou aparecer no discurso para dar uma leveza ao assunto, de certa forma, mesmo que tenha sido revelado o sofrimento do mesmo, romantizando ou não esse sentimento. O personagem ainda serviu para prender a atenção do leitor e estabelecer uma relação de afetividade e proximidade deste com aquele.

(48)

Com sintomas de dengue desde o último domingo, a consultora de vendas Elisabeth Maia, 46 anos, é uma das que estão ajudando na pesquisa. “Topei porque sei que será importante para melhorar o tratamento da dengue”, diz. (POR um diagnóstico mais preciso. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 31 out. 2015).

Sobre a forma como os aspectos de cautela a respeito de resultados preliminares das pesquisas científicas foram trabalhados na cobertura do JC, observamos que os títulos dos textos e as chamadas de capa do jornal proporcionaram um efeito de sentido negativo ao propor uma assertividade ao assunto científico que ainda não era adequada ou ao levar o leitor a entender que existia essa assertividade. Já as matérias em si trataram os resultados das pesquisas com o cuidado que a ciência exige, esclarecendo pontos que ainda precisavam ser investigados.

Um dos exemplos é o excerto abaixo, cujo título da notícia é “Dengue pode agravar a zika”. Tal enunciado, fora do texto, podia levar o leitor a propor uma certeza definitiva que ainda não era possível supor – a de que a dengue pode agravar a zika em seres humanos. Isso porque, em laboratório (ambiente controlado), confirmou-se o fato da dengue agravar o quadro de zika, mas a pesquisadora afirmava que o estudo ainda precisava ser feito em “tecido vivo”. Já a matéria, por sua vez, fez as considerações necessárias sobre as perguntas para as quais os cientistas ainda não tinham respostas.

(49)

“Ter anticorpos antidengue facilita a entrada do vírus nas células? Essa é a pergunta que agora se pretende responder”, informou a pesquisadora da Fiocruz Pernambuco.

[...]

Ainda sobre as incertezas em relação ao vírus, Celina diz que se questiona sobre o momento da gestação em que o zika causa maiores danos do ponto de vista neurológico. “É isso que os grandes estudos que acompanham mulheres

grávidas procuram responder neste momento.” Além disso, a médica epidemiologista reforça que pesquisadores ainda se debruçam em estudos que respondam sobre os diversos graus de comprometimentos causados pelo vírus nos bebês. “Qual é o espectro total dessa síndrome congênita do zika? Interessa a gente saber desde as formas leves até as graves”, acrescenta. (LEITE, Cinthya. Dengue pode gravar a zika. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 10 jan. 2017).

Outro exemplo no qual identificamos a falta de cuidado com a provisoriedade que faz parte de qualquer investigação científica de uma epidemia que ainda está em curso foi a chamada de capa publicada pelo JC no dia 22 de julho de 2016: “Confirmado o contágio de zika pela muriçoca”. Além da referida chamada de capa, o título “Muriçoca transmite o vírus da zika” criou um efeito de sentido de verdade sobre o fato do inseto ser mais um transmissor da doença ao ser humano, já que até então o mosquito causador de dengue, zika e chikungunya era apenas o *Aedes Aegypti*.

Sobre o efeito de verdade, Charaudeau (2013) afirma que este significa mais um “acreditar ser verdadeiro” do que “ser verdadeiro”, de fato, e que tal efeito emana da “subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (p. 49).

Voltando ao nosso exemplo, em contrapartida, o texto já iniciou desfazendo essa certeza e, ao longo dos parágrafos, expôs que mais investigações eram necessárias para entender se a espécie infectava o homem e de que forma.

(50)

Conhecido popularmente como muriçoca, o mosquito *Culex quinquefasciatus* é um *potencial* transmissor do zika vírus. [...] “Está comprovado que ele (*Culex quinquefasciatus*) transmite (zika). Não se sabe ainda qual é a capacidade vetorial dele”, complementa o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha.

A capacidade vetorial, que é a habilidade de uma espécie de transmitir a infecção ao homem em condições naturais, depende da combinação de parâmetros como longevidade do mosquito, antropofilia (característica de uma espécie com tendência a se alimentar pelo homem) e endofilia (hábito de penetrar nas habitações humanas). “Precisamos agora investigar se, num processo de infecção, o número de picadas é importante.”

[...]

O achado da pesquisa requer mais investigações. (LEITE, Cinthya. Muriçoca transmite o vírus da zika. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 22 jul. 2016 – grifos nossos).

O discurso de provisoriedade (quando o fato científico precisa de mais análises) é importante nas produções jornalísticas para não favorecer um efeito de rumor ou boato. Sobre a pesquisa que aponta a possível transmissão do zika pelo mosquito *Culex*, conhecido como muriçoca, em menos de dois meses depois, uma pesquisa similar,

realizada pelo mesmo instituto (integrando outros pesquisadores), só que em outra cidade, chegou a resultados diferentes.

(51)

Pernilongos e muriçocas não são transmissores do vírus zika. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/ Fiocruz) entre os meses de janeiro e março de 2016 – auge da epidemia da doença na cidade – comprovou que os mosquitos *Culex quinquefasciatus* (o mesmo tipo encontrado em Pernambuco) não têm competência vetorial para transmitir as linhagens locais do vírus Zika. O estudo também realizou comparações com os mosquitos *Aedes aegypti* e constatou que, em contrapartida, o *Aedes* continua sendo o maior vilão quando o assunto é a transmissão do vírus. De acordo com a Fiocruz, as evidências científicas reforçam que as estratégias de controle de Zika devem continuar voltadas para o combate ao *Aedes aegypti*, principal vetor do vírus nas Américas. (MURIÇOCA não passa zika. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Brasil, 7 set. 2016).

A mesma notícia relatou o caráter provisório de algumas investigações científicas, o que deve, de fato, ser levado ao conhecimento do leitor para que este entenda o rito da ciência.

(52)

Um teste realizado pela Fiocruz no Recife, no entanto, deu resultado diferente. “Quando se trata de Ciência, nenhum dogma deve ser mantido, conforme vão sendo feitos novos testes, os resultados podem ser modificados de acordo com a metodologia usada. Não tenho informações detalhadas sobre a pesquisa do Recife, mas posso dizer que pode haver variações: dependendo do local, o mosquito pode reagir diferente.” (MURIÇOCA não passa zika. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Brasil, 7 set. 2016).

Sendo assim, todo discurso jornalístico, ainda mais o inscrito em contextos de epidemias e eventos de emergência em saúde pública, que verse sobre ciência, precisa ter cuidado para não promover crenças definitivas. Nessa perspectiva, Charaudeau (2013, p. 55) explica que “o valor de verdade da informação fica atenuado, mas a explicitação do posicionamento prudente do informador lhe confere crédito, o torna digno de fé, e permite considerar a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário”. No caso dos títulos e das chamadas de capa, que proporcionam uma simplificação do conteúdo com intuito de atrair o público, é preciso levar em consideração que “toda produção ou interpretação de um ato de discurso envolve o implícito, e querer simplificar a todo custo é correr o risco de deformar.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 186).

### 5.3.3 As falas de autoridade e a figura do cientista

Todo discurso jornalístico implica a convocação de vozes da sociedade, seja de cidadãos ou de instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos – umas com mais destaque do que outras, é bem verdade. Na cobertura do *Jornal do Commercio*, após a

análise do nosso corpus, foi possível inferir que algumas poucas vozes foram convocadas para a narrativa da epidemia de forma mais preponderante – poucas no sentido de falta de variedade não só das pessoas e instituições em si, mas também dos discursos promovidos; e preponderante porque essas mesmas vozes apareceram com frequência considerada.

As notícias e reportagens sobre a cobertura da tríplice epidemia se basearam em falas consideradas especializadas e autorizadas dentro da dinâmica da máquina midiática, o que é chamado por Zamboni (2001) de “discurso da competência”. Tais falas estiveram presentes ao longo de toda a narrativa do JC a fim de criar um efeito de sentido de credibilidade e confiabilidade por parte do leitor em relação ao periódico. Isso porque, conforme explica Charaudeau (2013), a instância midiática, ao se utilizar das declarações das autoridades em seu discurso, parece ganhar em credibilidade, pois se reveste de um caráter de veracidade.

Entre 2015 e 2017, as vozes de autoridade da narrativa, no geral, que foram nomeadas e convocadas com mais persistência, estiveram ligadas primordialmente às instituições públicas (tanto do campo da política quanto do campo da ciência). Carlos Brito, médico e membro do Comitê Técnico de Arboviroses do Ministério da Saúde; Ana Van Der Linden e Vanessa Van Der Linden, neuropediatras; Liana Ventura e Camila Ventura, oftalmologistas; Jailson Correia, secretário de Saúde do Recife; Jurandir Almeida, gerente de Vigilância Ambiental do Recife; Claudenice Pontes, gerente do Programa de Controle das Arboviroses da Secretaria de Saúde de Pernambuco; e Cristiane Penaforte, secretária-executiva de Vigilância à Saúde do Recife (cargos ocupados à época) foram algumas dessas falas mais requisitadas pelo discurso do JC para abordar os assuntos relacionados às políticas públicas e à divulgação científica.

No quesito políticas públicas, as vozes de autoridade nominadas acima apareceram nas páginas do jornal sempre a partir de um lugar de fala de notoriedade, haja vista o fato de ocuparem cargos de importância política nas instituições que compõem o poder público, sendo que estas estão no centro das decisões que impactam a vida em sociedade. Assim, a “obrigação da escolha segundo a *notoriedade*, e particularmente no mundo político, faz com que as mídias se tornem o receptáculo da palavra do *establishment*.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 193).

Já se voltarmos nossa perspectiva para o âmbito da ciência, é necessário pontuar que o discurso científico se configura num espaço no qual as vozes disputam legitimidade,

não só entre si, mas dentro de um contexto maior que envolve também o poder público. E, quando transpostas para a mídia, preservam esse caráter, sendo que as falas de autoridade da ciência, nos veículos de comunicação, não estão disponíveis a todos.

O jornal é, portanto, a arena onde o discurso científico se molda conforme a atuação de diversos outros discursos presentes, que representam, em última instância, os vários estratos constituintes de uma sociedade, num determinado período de tempo. Nesse contexto, nem todos os grupos sociais terão influência sobre o dito no discurso científico. (FARIAS, 2008, p. 81).

Em se tratando da imponência das vozes restritas que foram convocadas pelo *Jornal do Commercio*, Moretzsohn (2002) reforça que o fetiche da velocidade implica um tratamento do discurso jornalístico no qual o veículo de comunicação não consegue se desvencilhar dessa amarra. Isso porque “considerando que o imediatismo está incorporado às rotinas de produção, a sempre condenada subserviência dos jornalistas à palavra da autoridade não é simples de superar.” (p. 145). Além disso, como evidencia Charaudeau (2013), esse cenário revela as condições de validade da palavra emitida, no caso, quem tem o “direito” ao enunciado, e trata mais de uma busca por credibilidade do que por uma verdade em si do fato.

A prova é tanta que, mesmo nas matérias de agência publicadas no jornal, foi possível perceber um padrão estabelecido que não foge à regra – ou seja, no geral, a narrativa da tríplice epidemia de dengue não só em Pernambuco, mas no Brasil, fez parte de um tipo de cobertura focado em ações governamentais de forma generalizada, no qual as vozes de autoridade desse campo ocuparam espaços privilegiados. Assim, tal fato não é uma exclusividade do JC. A imprensa, de forma ampla, reverberou (e reverbera) as falas revestidas de um discurso da competência.

Sobre a configuração do discurso de legitimidade da ciência nas páginas do jornal, foi possível inferir ainda que a apresentação da descoberta científica com frequência deu ênfase às instituições que participaram da pesquisa e/ou à revista na qual o estudo foi publicado, sendo que, a respeito desta, as internacionais foram sempre citadas – algumas com um qualificador (ver grifos do excerto do corpus de número 45), que confere prestígio e causa efeitos de confiabilidade e reconhecimento. Além disso, essa forma de apresentação busca atribuir um status ao pesquisador, fato que torna a pesquisa credível diante do público. No excerto abaixo é possível identificar esse aspecto.

(53)

Pela primeira vez, a literatura médica mundial registra o caso de um bebê pernambucano que nasceu sem microcefalia, mas apresenta lesões oculares

graves e neurológicas causadas pelo zika vírus. O relato científico, publicado na revista internacional *The Lancet* no último dia 7, foi conduzido por pesquisadores da Fundação Altino Ventura (FAV), do Hospital de Olhos de Pernambuco (Hope) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). (LEITE, Cinthya. Zika afeta visão de criança sem microcefalia. *Jornal do Commercio*, Recife, Caderno Cidades, 9 jun. 2016).

A respeito desse status do pesquisador, a análise do corpus cujas notícias e reportagens priorizaram um caráter científico nos permitiu inferir que houve, durante a cobertura do JC, a construção de uma figura do cientista como um profissional distante da realidade social dos cidadãos comuns. Os pesquisadores, com frequência, foram fotografados em seus laboratórios, sozinhos, sem qualquer referência a um trabalho em grupo e que depende da colaboração de diversas pessoas para se concretizar. Assim, reforçou-se a imagem do pesquisador como um ser inatingível, cujo efeito de sentido observado foi a de um ser que estava em um plano diferente do público leitor.

**Figura 13 – Representação do cientista nas páginas do JC**



Fonte: *Jornal do Commercio* (2016)

Em nenhum momento, nas matérias do JC, é importante deixar claro, houve qualquer tipo de qualificação explícita dos pesquisadores como profissionais, apenas sua apresentação por nome, função e instituição ao qual estavam ligados – o que, de toda forma, já é uma qualificação, como citado anteriormente. Sendo assim, tal aspecto ficou subentendido nas imagens destes, na forma como eles foram expostos.

É que a representação do cientista, nesse contexto, produz, diante do público, um efeito de estatuto do saber: o profissional que está no laboratório, diante dos equipamentos

para pesquisa, é capacitado e autorizado para tal. Portanto, o perfil do pesquisador apresentado no jornal durante a cobertura fabrica

[...] uma imagem de *descriptor sábio* (homem de ciência, perito, técnico) que conheceria o mundo até os seus mínimos detalhes – seja por sua observação sistemática, seja pelo estudo científico deste –, e que utiliza esse conhecimento para trazer *a prova da veracidade* de seu relato ou de sua argumentação. (CHARAUDEAU, 2019, p. 139).

Mesmo quando a matéria principal, dentre as selecionadas, tratou de uma pesquisa que fugia de um aspecto ligado ao âmbito da saúde, como a que estudiosos da Fiocruz realizaram para investigar as questões sociais que perpassaram a vida das famílias com crianças nascidas com a síndrome congênita, a imagem de destaque veiculada foi a do pesquisador no laboratório - nesse caso, fazendo referência a uma vinculada sobre recebimento de testes rápidos em Pernambuco para diagnóstico das arboviroses. O que nos levou a concluir que a figura do cientista, na cobertura, se inscreveu na construção de uma realidade própria ao momento histórico vivenciado pela epidemia.

Após esse percurso de análise sobre a narrativa do *Jornal do Commercio* a respeito das arboviroses e dos casos de síndrome congênita relacionada ao vírus da zika, entre 2015 e 2017, faremos a seguir algumas considerações sobre o desenvolvimento do trabalho e os resultados encontrados ao fim da pesquisa. A respeito disso, frisamos que a análise do discurso proposta aqui foi um exercício amparado num embasamento teórico e prático, cujas interpretações sugeridas sobre uma produção jornalística específica, inserida num momento histórico também específico, levaram em conta que

o papel do analista é o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. Apresentar como verdade absoluta uma explicação relativa e acreditar nela seria arrogância. (CHARAUDEAU, 2013, p. 28).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as questões que permeiam o discurso jornalístico é um exercício fundamental para o fortalecimento da democracia e da própria atividade jornalística em si. É uma forma de perceber que esse discurso, como todos os outros em nossa sociedade, é repleto de intencionalidades, o que inclui o sentido de afirmação da objetividade e da verdade por parte das empresas de comunicação.

A obstinação pela imparcialidade e pela neutralidade já denota uma intenção em se fazer crer diante do público e entender como essas intencionalidades constroem um acervo que solidifica os jogos de poder é muito mais do que simplesmente atribuir ao exercício jornalístico, aos jornalistas e aos seus patrões uma alcunha de manipulação. É, na verdade, um passo importante para pensar o jornalismo de uma forma diferente, mais humana e mais conectada com as necessidades do meio social.

Esse tipo de reflexão, pautada num arcabouço teórico, mas que também leva em conta a prática da atividade jornalística, com todas as peculiaridades que a competem, precisa ultrapassar cada vez mais os muros da academia e chegar à toda a sociedade. Afinal de contas, é na esfera pública<sup>20</sup> que os meios de comunicação exercem seu papel de mediadores. Só com um entendimento mais amplo do público sobre o que está em jogo quando se fala de jornalismo (ou mídia) é que poderemos pensar numa sociedade mais crítica, mais consciente das questões ideológicas que perpassam a atividade jornalística.

É preciso que os sujeitos percebam essas questões de uma forma muito mais abrangente do que a simples dicotomia bom x ruim; imprensa livre x imprensa vendida; verdade x mentira, num sentido de mostrar a todo custo uma espécie de efeito nefasto da mídia, pois essa premissa cai na superficialidade e tira o foco do que fato precisa ser discutido: as nuances no entorno da produção jornalística e seu envolvimento com os demais campos da sociedade.

Os veículos de comunicação são empresas, constituintes de um modelo capitalista, que visam lucro e que, para isso, se revestem de estratégias discursivas para atingir seus objetivos. De todo modo, “é preciso reconhecer que, apesar de todos os defeitos que se

---

<sup>20</sup> Conceito do sociólogo alemão Jürgen Habermas que se refere à arena onde se desenvolve o debate público nas sociedades modernas.

queira lançar sobre as mídias, elas desempenham um papel importante de informação no funcionamento de nossas democracias.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 252).

Quando falamos em divulgação científica e, mais especificamente, em jornalismo científico, é preciso compreender que essa especialização do discurso também está imbricada a intencionalidades, às vezes de uma forma muito mais forte. Essa disputa simbólica que envolve ciência, mídia, política e economia, num contexto de epidemia como o estudado neste trabalho, se configura uma importante fonte de análise. É a partir de cenários como esse que “o jornalismo científico de qualidade deve demonstrar que fazer C&T é, acima de tudo, atividade estritamente humana, com implicações diretas nas atividades socioeconômicas e políticas de um país.” (OLIVEIRA, 2007, p. 14).

A cobertura do *Jornal do Commercio* sobre a tríplice epidemia de zika, dengue e chikungunya em Pernambuco, entre 2015 e 2017, nos mostrou o quanto o fazer jornalístico (e suas condições de produção) ainda está emaranhado ao discurso das autoridades públicas e, mesmo quando o discurso científico aparece para dar as cartas, numa emergência em saúde pública como a que vivemos no referido período, ainda assim é o discurso das autoridades públicas que se sobressai, que ganha espaço e que se configura na tônica da cobertura. Ainda quando a ciência por ventura é destaque, como visto nas notícias e reportagens do JC, na maioria das vezes este campo precisa disputar espaço com a voz das autoridades públicas.

Isso nos leva a inferir que a estrutura da empresa jornalística está edificada sob as condições do capitalismo e que essa situação é refletida na produção do seu conteúdo. Assim, o jornalismo, diariamente, esbarra em limites que impedem um tratamento diferenciado da notícia, como fugir das amarras do grupo político ao qual os donos das empresas estão aliados, por exemplo. O enquadramento que se faz de uma cobertura jornalística é, no geral, nos grandes veículos de comunicação, refém de interesses outros que não sejam o interesse público (do governo, da estrutura de poder).

O fato de a ciência ainda ter pouco prestígio nos meios de comunicação brasileiros se explica muito facilmente quando olhamos para os investimentos feitos pelo poder público na área: muito aquém do que poderia e seria necessário para proporcionar um maior interesse da população. O déficit ainda é enorme, se compararmos a nossa realidade com a dos países desenvolvidos.

Duarte e Barros (2013) apontam que este bloco é responsável por mais de 90% da produção científica mundial, embora representem apenas 20% da população, e Losse e Lima (2014) confirmam que ainda estamos longe de alcançá-los.

O Brasil apresenta um produto interno bruto (PIB) *per capita* cerca de quatro vezes menor que o dos países mais industrializados. Por outro lado, temos alocado historicamente cerca de pouco mais de 1% à pesquisa científica, enquanto os países mais industrializados alocam de 2 a 3% do PIB para essa finalidade. Significa que aplicamos cerca de dez vezes menos recursos *per capita* à ciência do que os referidos países. (LOOSE; LIMA, 2014, p.7).

É perceptível também que o pouco espaço dado à ciência nos veículos de comunicação ainda é uma consequência da escassa ou nenhuma especialização dos jornalistas. O ensino do jornalismo científico nas universidades continua sendo incipiente, com muitos estudantes concluindo a graduação sem sequer ter contato com esse tema. A mesma situação pode ser observada no ensino de pós-graduação. Quando levamos em consideração a prática jornalística, apesar dos avanços após o processo de redemocratização do país, a partir da década de 1980, é notório que há cada vez menos veículos dedicados à divulgação científica. Os espaços especializados em revistas e jornais diminuíram drasticamente nos últimos anos por conta da crise que vivem as empresas de comunicação do impresso no Brasil.

Na TV, raros são os programas que se dedicam a ciência e tecnologia e os noticiários televisivos, no geral, só abordam a temática quando há uma grande novidade no sentido positivo ou uma tragédia, muitas vezes, de forma descontextualizada. “Sobram para os não iniciados apenas algumas matérias revestidas de grande impacto à opinião pública: a clonagem da ovelha Dolly, a ameaça à Terra por um asteroide, um computador que obedece à voz humana.” (DUARTE; BARROS, 2013, p. 146). É como se o fato científico não tivesse uma relação com um processo de descoberta, de produção do saber, conforme apontam Duarte e Barros (2013).

Por tudo isso, fica visível a forma como a divulgação científica foi disposta nas páginas do JC: superficial, dando destaque a uma ação primordialmente didática para “educar” o público sobre a tríplice epidemia, o que nos permitiu atestar essa que foi uma das hipóteses lançadas no início do trabalho. Embora esse aspecto seja importante para a disseminação de informações sobre ciência e saúde, a oportunidade de fazer com que a população se aprofundasse mais neste campo se perdeu no meio de uma cobertura pautada essencialmente na reprodução do discurso das autoridades públicas de saúde sobre o

acompanhamento do número de casos das doenças e as ações para acabar com os focos do mosquito *Aedes Aegypti*.

Este foi o nosso principal achado na análise do corpus selecionado, o que nos levou a identificar a estruturação da cobertura do periódico, como proposto no início do trabalho, e a inferir que o espaço destinado à ciência na cobertura do jornal foi modesto, atingindo nosso objetivo de pesquisa que era identificar esse espaço.

A despeito dessa estruturação da cobertura ao longo de dois anos, após a análise do corpus, percebemos que raras foram as vezes em que o *Jornal do Commercio* abordou as *reais* causas da epidemia de arboviroses no estado – não as reverberadas pelo poder público. Questionamentos sobre condições precárias de saneamento básico e acesso a água encanada por grande parte da população ficaram de lado, numa clara demonstração de como o discurso político dominou de certo modo a cobertura do jornal. E de como, mais uma vez, o jornalismo esbarrou nos limites de um enquadramento que não faz contraponto à estrutura vigente de poder em nossa sociedade. Essa percepção, que se configurava uma hipótese, foi confirmada mediante a análise quantitativa e qualitativa empregada na seção anterior.

O apagamento dessas questões nos mostrou a força que tem a “não notícia”, ou seja, o fato de uma determinada nuance ser silenciada numa cobertura implica que há barreiras no exercício da profissão que nos levam a refletir sobre outra situação: o jornalista (intencionalmente ou não), muitas vezes, também é conduzido a uma abordagem macro que vê no discurso das autoridades públicas a única verdade possível.

Outra marca da abordagem do *Jornal do Commercio* no aspecto da divulgação científica em si é a figura do pesquisador ou cientista nas páginas do jornal. O JC reforçou em várias oportunidades a caracterização de um personagem já bastante mistificado no imaginário social: a de um profissional que está distante da sociedade, sendo quase sempre fotografado isolado, em suas bancadas de laboratório, ou observando materiais de pesquisa em seus microscópios. É um estereótipo que acaba por afastar o público leigo ainda mais desse universo tido como inatingível. Tal percepção nos permitiu responder as perguntas-problemas da pesquisa, que eram identificar como foram retratadas, dentro da cobertura, as pesquisas e descobertas científicas desenvolvidas em Pernambuco e inferir que efeitos de sentido foram reverberados nesse contexto dos surtos das doenças.

Sobre o comportamento da cobertura, a análise do corpus permitiu confirmar a hipótese de que, com a diminuição de casos de dengue, zika e chikungunya, o assunto epidemia foi perdendo posição de destaque no *Jornal do Commercio* até praticamente ser esquecido. Por outro lado, centenas de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus da Zika seguiram suas vidas, desde então, em condições problemáticas de atendimento médico, sem políticas permanentes de promoção à saúde e à educação.

Oliveira (2007), ao comentar sobre a tragédia da Vila Barraginha, em 1992, que matou 36 pessoas, deixou outras 70 feridas e centenas de desabrigados na cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, após um deslizamento de terra, lembra que o sofrimento e o abandono dos sobreviventes uma hora deixam de ser manchete. E foi exatamente isso que aconteceu com as centenas de famílias de crianças que, em 2020, completaram seu quinto ano de vida.

Durante esta pesquisa, como explicitado na introdução, optamos por realizar o estudo de caso de um único jornal em função do volume de material a ser analisado em dois anos de cobertura de uma tríplice epidemia. Sendo assim, escolhemos o periódico que teve a cobertura mais completa sobre o assunto, pelo fato de ter sido o primeiro a informar sobre o aumento dos casos de microcefalia, que mais tarde seriam relacionados ao adoecimento de grávidas pelo vírus da zika. O *Jornal do Commercio* passou a pautar outros veículos da imprensa e virou referência no tratamento das informações sobre a Síndrome Congênita do Vírus da Zika.

Esse exercício, de grande valia para nosso mergulho no universo da pesquisa acadêmica, deixa em aberto novas possibilidades, incluindo um estudo comparativo com outro veículo de comunicação. Mais uma possibilidade que pode enriquecer os estudos sobre a cobertura da imprensa nesse cenário é a pesquisa sobre as rotinas de produção nas redações dos veículos de comunicação. Embora essa abordagem não tenha sido contemplada neste trabalho, consideramos que é pertinente para uma reflexão aprofundada sobre o fazer jornalístico, visto que o contexto da tríplice epidemia em Pernambuco exigiu dos repórteres que acompanharam de perto o desenrolar dos fatos um olhar mais atento e interessado sobre ciência e saúde em nosso estado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Virgínia Beatriz. A produção do sentido: leitura e escrita. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 5, n. 5, p. 194-210, 2011.
- ALENCAR, Helena. **Suíte no telejornalismo**: o agendamento dos fatos no Jornal Nacional. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- AMORIM, Eduardo. **Os silêncios, os silenciamentos e a cobertura midiática da Copa do Mundo em Pernambuco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- ANDRADE, Viviane. **Comunicação científica na sociedade em rede**: uma plataforma de ciência aberta para o Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- ARBEX JUNIOR, José. **Showrnlismo**: a notícia como espetáculo. 3. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- ARGENTA, Solange. Estudo descobre a rota da chegada do vírus zika ao Brasil. **Fiocruz**, 2018. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-descobre-rota-da-chegada-do-virus-zika-ao-brasil>>. Acesso em: 8 dez. 2019.
- A ORIGEM do mosquito. **Finep**, 2016. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/noticias/todas-noticias/5164-aedes-aegypti>>. Acesso em: 1 set. 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Editora da UNESP e HUCITEC, 1988.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. São Paulo: UNICAMP, 2015.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Chikungunya: manejo clínico**. Brasília, DF, 2017.

BREED, Warren. **Controle social na redação: uma análise funcional**. In TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

BUENO, Wilson. **Jornalismo científico e democratização do conhecimento**. **Portal da Imprensa**, 2007. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/wilson+da+costa+bueno/110/jornalismo+cientifico+e+a+democratizacao+do+conhecimento>>. Acesso em: 13 out. 2019.

BUENO, Wilson. **Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória**. In PORTO, CM., org. *Difusão e cultura científica: alguns recortes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 113-125. ISBN 978-85-2320-912-4.

CARDOSO, Laís. **Do “Fora Dilma” ao “Não vai ter golpe”**: análise da cobertura do *Jornal do Comercio* sobre as manifestações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CARVALHO, Beatriz. **Cinco visões sobre o jornalismo científico no país**. **Unicamp**, 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/08/31/cinco-visoes-sobre-o-jornalismo-cientifico-no-pais>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CARVALHO, Karine. Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 9, p. 101-111, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** (vol. 1). 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CAVENAGHI, Beatriz; BALDESSAR, Maria José; FONTINHA MIRANDA, Cristiane. Contribuições de Eliseo Verón para os estudos de televisão no Brasil. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Equador, n. 132, p. 369-383, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: por uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COSTA, Ivandilson. **Análise do discurso da mídia**: a reestruturação promocional do texto jornalístico. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

COSTA, Tatiane. **Jornalismo Científico x Divulgação Científica**: uma análise da cobertura da COP-15. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, Matheus; VARGAS, Gardênia. Chikungunya entrou no Brasil um ano antes do previsto. **Fiocruz**, 2019. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/chikungunya-entrou-no-brasil-um-ano-antes-do-previsto>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DINIZ, Debora. **Zika**: do Sertão nordestino à ameaça global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DOENÇAS transmitidas por vetores. **RETS**, 2016. Disponível em <<http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/doencas-transmitidas-por-vetores>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira de. **Comunicação para ciência**: ciência para comunicação. Brasília: EMBRAPA, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira de. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

EPSTEIN, Isaac. **Divulgação Científica**: 96 verbetes. Campinas: Pontes Editores, 2002.

EPSTEIN, Isaac. Elementos de uma teoria e prática da divulgação científica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNALISMO CIENTÍFICO, 2004. **Anais...** Salvador: s.n, 2004.

EPSTEIN, Isaac. Etos e tempos da ciência e do jornalismo científico. In: VI LUSOCOM, 6., 2004, Covilhã. **Anais...** Covilhã, 2004.

FARIAS, Eduardo. **Jornalismo à espanhola**: um olhar sobre o noticiário recifense da epidemia de gripe de 1918. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FAUSTO NETO, Antônio. O conceito de recepção na obra de Eliseo Verón: 1968 – 2013. **Galáxia**, São Paulo, n. 33, p. 63-76, 2016.

FERRAZ, Luiz Marcelo; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. A construção discursiva sobre a dengue na mídia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, vol.15, n.1, 2012.

FERRAZ, Luiz Marcelo. **Epidemia e memória**: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FIOCRUZ. **O mosquito *Aedes aegypti* faz parte da história e vem se espalhando pelo mundo desde o período das colonizações**. Disponível em: <<http://www.ioc.fiocruz.br/dengue/textos/longatraje.html>> Acesso em: 1 set. 2017.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2017.

FLORES, Natália. **Entre o protagonismo e a divulgação científica**: as estratégias discursivas de constituição do ethos discursivo do cientista blogueiro em blogs de ciência brasileiros. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FONTCUBERTA BALAGUER, Mar de. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1998.

FRANCISCATO, Carlos. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FREITAS, Antonio Francisco Ribeiro. **A retórica jornalística**: o persuasivo discurso da imprensa. Maceió: O Autor, 2007.

GADINI, Sérgio. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 33, p. 79-88, 2007.

GIRALDEZ ALVAREZ, Lisandro Diego; CASTELLUCIO, Ana Carolina; CÓRDULA ALMEIDA, Verbena. **Da Pesquisa para a sociedade**: reflexões sobre a comunicação científica e tecnológica. Ilhéus, BA: Editus, 2013.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. **A retextualização de entrevistas no jornalismo científico**. Anais XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom:1996. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/55fdbaa1c432c11ae62112c865893f44.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. **Dos laboratórios aos jornais**: um estudo sobre jornalismo científico. 1995. 205 p. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. O Complexo de Suape na Mídia Pernambucana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1846-1.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2019.

GONÇALVES, Janayde. **Manchetes socioambientais: noticiabilidade e agendamento em diários impressos brasileiros**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

GUERRA, Regina. **O discurso sobre a ciência nas telenovelas O Clone e Barriga de Aluguel**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

LOOSE, Eloisa; LIMA, Myrian. A Comunicação Científica sob a Ótica de Isaac Epstein. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 7, p. 1-16, 2014.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUCCHESI, Ivo. O ritmo da história e o tempo do jornalismo. **Observatório da Imprensa**, 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-ritmo-da-historia-e-o-tempo-do-jornalismo/>>. Acesso em 28 out. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: Jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo, Ática, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCNEIL, Donald. **Zika: a epidemia emergente**. São Paulo: Planeta, 2016.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

MENEZES, Maíra. Zika: estudo mapeia potencial para a transmissão do vírus pelo mundo. **Fiocruz**, 2016. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/motores-da-disseminacao-do-virus-zika-no-mundo>>. Acesso em: 1 set. 2017.

MICROCEFALIA: SES investiga casos no Estado. **Secretaria Estadual de Saúde**, 2015. Disponível em: <<http://portal.saude.pe.gov.br/noticias/secretaria-executiva-de-vigilancia-em-saude/microcefalia-ses-investiga-casos-no-estado>>. Acesso em: 1 set. 2017.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Porto: Porto Editora, 2003.

NOELLE-NEUMAN, Elisabeth. **A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

OLIVEIRA, Fabiola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, José Aparecido de; EPSTEIN, Isaac. Tempo, ciência e consenso: os diferentes tempos que envolvem a pesquisa científica, a decisão política e a opinião pública. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, vol. 13, n. 29, p. 423-433, abr./jun. 2009.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz. Inserção de ações de pesquisa em projeto de comunicação para transferência de tecnologias para o sistema de produção de café, no Estado de Rondônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0288-1.pdf>>. Acesso em 15 set. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli *et al.* **Sobre a estruturação do discurso**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 1981.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PECHEUX, Michel. **Análise de discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1995.

RODRIGO ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso mediático. In: PEIXINHO, Ana Teresa *et al.* **20 anos de Jornalismo contra a Indiferença**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 33-46.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Amanda. **O Vírus Zika e a Microcefalia na Folha de Pernambuco**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Dalmo. **Anotações sobre discursos no relise difusionista**: linguagem científica e tecnológica no jornalismo. João Pessoa: Ideia, 2013.

SILVA, Rogério et al. Critérios de Noticiabilidade e Valores-Notícia no jornal impresso Correio da Paraíba. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 19., 2017, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1123-1.pdf>>. Acesso em 28 out. 2019.

SILVA; ARAÚJO. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Grau Zero – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2017.

SOARES, Hamistelie; OLIVEIRA, Jocyelma. A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e newsmaking. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais eletrônicos...** Santos, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0744-2.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SODRÉ, M. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 1996.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 6.ed. São Paulo: Summus, 1986.

TAVARES, Fabíola. Pesquisa mostra impactos sociais do vírus zika. **Fiocruz**, 2018. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-mostra-impactos-sociais-do-virus-zika>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

TAVARES, Frederico. Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.15, n.1, 2012.

THIRY-CHERQUES, Hermano. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006.

TORRESI, Susana I; PARDINI, Vera; FERREIRA, Vitor. Sociedade, divulgação científica e jornalismo científico. **Química Nova**, São Paulo, v. 35, n. 3, 2012. Editorial.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. 2 v.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1999. p. 111-131.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix: Editora da USP, 1981.

VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, p. 107-116, 2003.

WHITE, David Manning. **O gatekeeper**: uma análise de caso na seleção de notícias. In TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença. 1987.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados, 2001.

ZAMIN, Angela. No jornalismo, entre atualidade e recorrência: um acontecimento de longa duração. **Intexto**, Porto Alegre, v.0, n.25, p. 91-104, 2011.

ZUBLER, Élidi; LEITE, Joana; MASO, Luci. O dialogismo na era digital. **Paidéia**, Belo Horizonte, n. 16, p. 213-228, jan./jun. 2014.

## ANEXO A – REPRODUÇÃO DAS REPORTAGENS DO JC

- Exemplos de notícias e reportagens da categoria Ações Governamentais e da Sociedade Civil (A)

JC – 14 de julho de 2015

### Mais um morto por dengue

Subiu de 11 para 12 o número de mortes por dengue confirmadas este ano em Pernambuco. A nova vítima comprovada foi um homem de 56 anos, residente em Jaboatão dos Guararapes, Grande Recife. A informação consta no mais recente boletim emitido pela Secretaria Estadual de Saúde. De 4 de janeiro a 4 de julho foram registrados 76.145 casos suspeitos e confirmados 24.634. O aumento consolidado até agora em relação às notificações do mesmo período do ano passado é de 510,91%.

De acordo com o relatório epidemiológico, há ainda 21 outras mortes em investigação: seis no Recife, duas em Camaragibe, outras duas em Olinda, além de 11 de moradores de Custódia, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa dos Gatos, Paulista, Quipapá



**PREVENÇÃO** Combater o mosquito é arma contra a doença

Ribeirão, Santa Cruz do Capibaribe, Sairé, Timbaúba e Vitória. Permanecem liderando o número absoluto de casos Recife (17.091), Jaboatão dos Guararapes (3.724), Camaragibe (2.985) e Caruaru (2.597). Os de maior incidência são Fernando de Noronha e Ipoju-

ca. Desde o início da epidemia foram confirmados 51 doentes com manifestações graves. A dengue é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. São sinais de complicações da doença vômito, dor abdominal intensa e queda de temperatura.

JC – 1º de outubro de 2015

## Guerra à chicungunha

**SAÚDE** Já foram diagnosticados 53 casos da doença no Estado. Ações de bloqueio ao vetor ganharam reforço

O mês de setembro foi marcado pela confirmação da circulação do vírus chicungunha em Pernambuco. Ontem a Secretaria Estadual de Saúde (SES) anunciou que tem fortalecido, em parceria com as secretarias municipais, as ações de bloqueio ao vetor e investigação dos casos suspeitos de chicungunha. Já são 53 pessoas com diagnóstico da doença confirmado – 39 delas residem nos municípios de Águas Belas, Iati e Itaíba (todos no Agreste de Pernambuco, onde o trabalho de bloqueio ao vetor tem sido intensificado). No caso desses doentes, a infecção ocorreu em Pernambuco. Ainda há um registro de chicungunha no Recife.

Outros 10 casos confirmados estão passando pelo processo de investigação para definição da linha de transmissão. O objetivo é saber se a infecção ocorreu em solo pernambucano ou não. Até o dia 19 de setembro, 388 doentes foram notificados com sintomas de chicungunha. Desse total, 203 foram descartados. Além disso, 132 continuam em investigação. Em relação aos

Trinta e nove casos foram confirmados no Agreste. Moradores residem em Águas Belas, Iati e Itaíba

casos confirmados, três foram importados – ou seja, a infecção ocorreu fora de Pernambuco. Nessas situações, o registro ocorreu em Igaraci (2) e Itaíba (1), mas a doença foi contraída na Bahia.

“A investigação da linha de transmissão da chicungunha é essencial para definir o perfil epidemiológico da doença em Pernambuco. E são essas informações que vão direcionar as ações, tanto no que diz respeito à assistência quanto ao controle do vetor e blo-

queio dos casos”, esclarece a coordenadora de Controle da Dengue e Febre Chicungunha da SES, Claudenice Pontes.

O vírus da chicungunha é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo da dengue, doença endêmica no Brasil e em zonas tropicais da América Latina. Os doentes podem apresentar febre acima de 38,5 graus, de início repentino, e dores intensas nas articulações de pés e mãos – dedos, tornozelos e pulsos. Podem ocorrer também dor de cabeça, dores nos músculos e manchas vermelhas na pele. Cerca de 30% dos casos não chegam a desenvolver sintomas. O controle do mosquito é a ação mais importante, pois as pessoas podem ter chicungunha e dengue ao mesmo tempo.

“As ações do controle do vetor consistem na intensificação de visitas às residências, como o bloqueio com uso de bombas motorizadas costeais e carros de fumacê”, diz Claudenice. No ano passado, foram notificados 23 casos de chicungunha: 19 foram descartados e quatro foram confirmados como importados.

#### Números da doença



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde (registros até 19/9)

Exemplos de notícias e reportagens da categoria Pesquisas (B)

JC - 31 de outubro de 2015

# Por um diagnóstico mais preciso

**DENGUE** Pacientes da UPA de Paulista integram grupo internacional para mapeamento da doença. Fiocruz comanda estudo local

Pernambucanos que apresentam sintomas da dengue estão ajudando pesquisadores brasileiros e internacionais a realizar um estudo que pretende melhorar o diagnóstico da doença. Além de Pernambuco, participam pacientes, no Brasil, do Ceará e do Rio de Janeiro. Estão sendo coletados dados também em El Salvador e na Venezuela, no continente americano, e Malásia, Indonésia, Vietnã e Camboja, na Ásia. Só este ano, a doença atingiu 110 mil pessoas no Estado.



**Bióloga Tereza Magalhães é uma das coordenadoras da pesquisa**

As informações estão sendo colhidas na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Paulista, no Grande Recife. Desde maio, quem chega lá com sintomas de dengue - febre, dores nas articulações e nos olhos e manchas vermelhas, por exemplo - é convidado a colaborar. Mas só podem participar as pessoas que estão com febre com até três dias. Ao concordar em participar do levantamento, o paciente se compromete a ir até a UPA diariamente enquanto tiver com febre e em mais dois dias seguidos após o desaparecimento desse sintoma. Tem que ir novamente entre 10 e 14 dias depois da última visita. Lá, ele passa por avaliação clínica e exame de sangue. Assim será possível verificar outras doenças como zika e chikungunya.

car os pacientes que realmente estão infectados com o vírus da dengue e aqueles que estão com outras doenças febris. Outro objetivo é mapear pessoas que podem evoluir para dengue grave antes mesmo de apresentarem os sintomas de gravidade", explica a bióloga Tereza Magalhães, uma das coordenadoras do estudo.

Ela integra o grupo da Fiocruz que está fazendo o trabalho em Pernambuco em parceria com o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip). A coordenação geral é da Universidade de Heidelberg (Alemanha), com recursos da União Europeia e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Tecnologia de Pernambuco (Fapepe).

Os resultados, além de ajudar a salvar vidas, poderão refletir numa melhor utilização dos leitos hospitalares e na revisão da classificação de casos clínicos de dengue adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo Tereza, um dos motivos pelo qual só participam pessoas com até 72h de febre é porque esse é o chamado período vírêmico, onde o vírus está circulando no organismo. "É bom para termos certeza de que o paciente está na fase inicial da doença, um ponto chave para nosso estudo", observa a bióloga.

As coletas seguirão até meados de 2016. De maio até agora 160 pessoas concordaram em participar, mas 60 não fizeram todo o procedimento. "Contamos com a colaboração dos pacientes. Se eles não voltam, os dados ficam incompletos. Nossa meta é chegar a 350 entrevistados. Acredito que não teremos dificuldade porque ainda não passamos pelo período epidêmico da dengue, que é só no próximo ano", diz Tereza.

Com sintomas de dengue desde o último domingo, a consultora de vendas Elisabeth Maia, 46 anos, é uma das que estão ajudando na pesquisa. "Topei porque sei que será importante para melhorar o tratamento da dengue", diz.

### A abrangência da pesquisa

Onde o estudo está sendo feito

Quais os objetivos

- Melhorar o diagnóstico da dengue
- Diferenciar a dengue de outras doenças febris
- Identificar pacientes que podem ter dengue grave antes mesmo dele apresentar os sintomas de gravidade

Tempo da pesquisa

- Maio deste ano até meados de 2016

### Números da dengue em Pernambuco (1º de janeiro a 10 de outubro)

	2015	2014
Casos notificados	110.610	16.539
Casos confirmados	39.131	6.336
Morreram	15	42

568,78% é o percentual de aumento dos casos confirmados comparando os dois anos

24.142 casos notificados no Recife este ano, até o último dia 10. É cidade com o maior número de incidência da doença

7.884 casos notificados em Camaragibe e 6.719 em Jaboatão dos Guararapes, os outros dois municípios com mais doentes

Fontes: Bióloga Tereza Magalhães e Secretaria Estadual de Saúde

JC - 9 de junho de 2017

**ARBOVIROSES** Associação provoca comprometimento neurológico

# Estudo aponta tripla infecção em 9 pacientes

CYNTHIA LEITE

Dados preliminares do primeiro estudo científico sobre as complicações neurológicas que apareceram no período da tripla epidemia em Pernambuco vivenciada em 2015 e 2016 revelam que nove pacientes evoluíram com doença neurológica causada pela infecção simultânea pelos vírus da dengue, chikungunya e zika. Os achados foram apresentados na manhã de ontem, durante encontro entre pesquisadores do Grupo Neuráxia, que congrega especialistas da Fiocruz Pernambuco e do Serviço de Neurologia do Hospital da Restauração (HR), onde o evento foi realizado.



**VISITA No HR, Lúcia Brito acompanha pesquisadores**

"Acreditamos de analisar uma grande série de casos dos 212 pacientes investigados com comprometimento neurológico, 140 estão associados a arboviroses. A maioria deles apresentou coinfeção. Ou seja, são pessoas que adoececeram por mais de um vírus ao mesmo tempo", informa a médica Patrícia Millião, pesquisadora do Departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz Pernambuco. Ela salienta que, entre os 140 casos, 97 estão associados à coinfeção. "Desses, 59 foram por zika e chikungunya simultaneamente. Eles se somam aos nove relacionados ao adoecimento simultâneo por dengue, chikungunya e zika. É provável que (estas pessoas) tenham sido picadas por mosquitos com vírus diferentes que, em oportunidades

próximas, picaram o mesmo paciente", acrescenta. Durante o encontro, Patrícia destacou que o grupo agora quer saber o potencial de agressividade da tripla (e também dupla) infecção. "Investigamos se esses casos são mais graves e como esses pacientes vão evoluir, em termos de sequelas, a médio prazo." Em busca de novos caminhos que possam elucidar dúvidas, o Grupo Neuráxia estabeleceu uma cooperação com pesquisadores ingleses. Ontem, no Hospital da Restauração (HR), o neurologista Tom Solomon, da Universidade de Liverpool (Inglaterra), ministrou palestra sobre o cenário das complicações neurológicas que ele tem pesquisado, com destaque para a encefalite japonesa, endêmica em países distantes. "E cedo para apontarmos se a evolu-

ção dos pacientes com encefalite por zika é diferente da causada pelo vírus da encefalite japonesa", diz Solomon, que vê enigmas, assim como especialistas brasileiros, nos manifestações graves e neurológicas associadas à chikungunya e zika.

"Os pesquisadores da Universidade de Liverpool estão numa cooperação conosco. Eles têm tecnologia para fazer a parte laboratorial que pode nos ajudar muito a entender todo esse processo de infecção e os mecanismos imunológicos relacionados às arboviroses", reforça a médica Maria Lúcia Brito, chefe do Serviço de Neurologia do HR, referência no tratamento de pacientes com comprometimento neurológico causado por arboviroses.

Ontem, no HR, um jovem de 13 anos diagnosticado com a síndrome de Guillain-Barré, doença neurológica autoimune que pode levar à paralisia, recebeu alta após 15 dias em tratamento no hospital. Os sintomas começaram com febre e náuseas. "Ele não conseguia ficar em pé. Foi exame e apresentou plaquetas baixas (um sinal de arbovirose)", conta a médica Ivone. Fazia por voltar para casa caminhando, ele comemorou. "É como se eu estivesse andando pela primeira vez".

### Mais na web

Outros textos sobre o tema: [www.casasaudeval.com.br](http://www.casasaudeval.com.br)



**VITORIA** Paciente com síndrome de Guillain-Barré, abraçada com a mãe, comemora alta médica no HR

### Os casos em Pernambuco

- Dengue**
    - 6.546 casos suspeitos
    - 1.273 confirmados
    - 160 cidades registram os casos
  - Chikungunya**
    - 1.980 casos suspeitos
    - 471 confirmados
    - 107 cidades registram os casos
  - Zika**
    - 303 casos suspeitos
    - 58 confirmados
    - 58 cidades registram os casos
  - Adoecimento em gestantes**
    - 113 mulheres grávidas notificadas com manchas vermelhas na pele (um dos sinais de arboviroses)
    - 10 apresentaram resultado laboratorial positivo para dengue, 5 para chikungunya e 1 para dengue e chikungunya
  - Mortes**
    - 35 óbitos notificados por arboviroses
    - 1 confirmado para dengue
  - Chance de nova epidemia**
    - 98 municípios em situação de risco de surto
    - 64 em alerta
- Fonte: Secretaria Estadual de Saúde, com dados de 19/5/17 a 3/6/17

### Uma menção honrosa para reportagens

A coletânea de reportagens Zika e microcefalia cada vez mais juntos, da jornalista Cynthia Leite, reporter desta JC e editora do blog Casa Saudável, do Portal Novo, é reconhecida com menção honrosa da 5ª edição do Prêmio Roche de Jornalismo de Saúde, em parceria com a Fundação Gabriel Garcia Márquez, para o Novo Jornalismo Ibero-Americano. O trabalho ratifica a associação da microcefalia com o zika, destaca as complicações além da microcefalia, aborda o primeiro ano de vida das crianças da zika e termina com reportagem que mostra o primeiro ano da divalgação com exclusividade, pela jornalista, dos primeiros casos de microcefalia associados ao zika.

Para os jurados, o trabalho de Cynthia demonstra a importância da cobertura diária, ágil e exaustiva de uma epidemia com um grande vácuo de conhecimentos. O conjunto de reportagens contribuiu para construir um registro mais completo da situação e também de suas consequências". Em julho, na Argentina, a jornalista recebeu a menção honrosa no Roche Press Day.

• Exemplos de notícias e reportagens da categoria Drama Humano (C)

JC – 6 de março de 2016



↻ três mulheres, uma vida

## A coragem que nasce do amor

Foto: Guis/Marcos/JC Imagem

**DIA DA MULHER** Dona de uma força que nem sabia ter, Milene olha para Davi e se emociona: ele é lindo, é único

Clara Carvalho  
claracv@gmail.com

Davi mora perto do céu. Mora lá no alto, onde descansam os anjos. Para chegar, precisa ter fôlego. Vencer duas ladeiras e uma escadaria com 105 degraus. Para Milene, é só o caminho que leva seu menino a um mundo de possibilidades. A distância é o que importa menos. Todos os dias, de segunda à quinta, ela sai de casa antes das 6h. Pega dois ônibus e chega ao Impip. Toma outro e desce na AACD. Mais um, corre para a Policlínica Lessa de Andrade. Quando sai direto para a Fundação Alitino Ventura, são mais dois coletivos. À noite, de volta, Davi no braço, as costas estão destruídas. Só pensa em dormir. Os outros dois filhos, Miguel e Rafael, de 3 e 2 anos, querem brincar. Milene está exausta. Dona de uma coragem que só as mães conhecem, diz que o seu único e verdadeiro medo é o de morrer e deixar os filhos sozinhos. Principalmente Davi. O resto, a vida ajeta.

Na última quarta-feira, o caçula completou sete meses. É um menino grande. Dez quilos. A pediatra já avisou que é preciso mudar a alimentação, exclusivamente à base de mingau. "Ela acha que Davi já está chegando na obesidade", preocupa-se. O bebê nasceu prematuro. De oito meses. "Seu filho tem microcefalia", contaram os médicos na maternidade. Milene está descobrindo, um dia após outro, o tamanho dessa frase. Sabe que haverá limitações. Não sabe exatamente quais. Mas viu-se, para sua surpresa, tomada por uma força que desconhecia ter. "Não sei se eu teria a coragem dela. Davi deixou minha filha muito forte", reconhece a mãe de Milene, Maria Elizabete. Ouvir a jovem falar do filho é esclarecedor. "Seu sentimento maior hoje é de que?" "De amor. Essa criatura já acordou sorrin-

do. Do jeito dele, me agarra, me beija. A senhora precisa ver. É uma bênção em minha vida." Entre tantas angústias e incertezas, é de amor que Milene prefere falar.

Foi para a casa da mãe, em um dos morros do bairro de Nova Descoberta, na Zona Norte do Recife, que ela se mudou, no final do ano passado, carregando os três filhos. Tinha, de novo, se separado do marido. Havia, de novo, apanhado dele. A agressão, na véspera de Natal, aconteceu, como sempre, sob os olhos das crianças. "Ele me deu um tapa na cara e rasgou minha roupa. Sai do jeito que estava, levando os meninos. Prometi a mim mesmo que seria a última vez." Já havia feito essa promessa antes, mas nem ela sabe direito porque, sempre voltava. "Ele já chegou a pegar um facão e encostar no meu pescoço, dizendo que ia me matar." A primeira vez que apanhou estava de resguardo do filho mais velho, Miguel. A criança, de tanto ver o pai bater na mãe, começou a ficar agressiva. Chegou a dizer, já agora, morando na casa da avó, que homem tem que bater em mulher. Milene quer levá-lo ao psicólogo. Só não sabe como e quando.

O marido praticamente não telefona para saber dos filhos. Na quarta-feira, mandou uma mensagem: "Mãe dá um beijo no meu borneco que ele está fazendo sete meses hoje". Milene nem se deu ao trabalho de responder. "Não



**MÃE E FILHOS**  
Milene cuida, sozinha, de Davi, Miguel e Rafael. De todas as dores que enfrenta, o olhar acusatório e preconceituoso é o que mais machuca



adianta. Minha conversa com ele vai ter que ser na Justiça." Sozinha, precisou largar o emprego para cuidar de Davi. A mãe e o pai também estão desempregados. Com a chegada de Milene e dos filhos, agora são nove pessoas morando na casa. Ela e as crianças se instalaram na cozinha. Num cantinho, o berço de Davi, Miguel e Rafael dividem o beliche de baixo. À Milene, sobra a cama de cima. Quase sempre, entre terapias, consultas e exames do filho, passa o dia na rua sem comer. Almoça quando alguém divide com ela a comida. Dias atrás, precisou tirar o CPF de Davi. Sete reais. Conseguiu o dinheiro com um vizinho.

Tem vivido praticamente de doações. Ouviu da terapeuta que Davi precisa ser estimulado com objetos coloridos, que façam barulho. Mas o menino não tem brinquedos. Nenhum. Os poucos dos irmãos ou são muito grandes ou estão quebrados. Ela ainda conseguiu comprar um chocheiro, mas os irmãos mais velhos, que não param quietos, terminaram quebrando.

Num ambiente de tantas ausências, o que mais dói não são as privações, o cansaço. O que mais machuca é o olhar do outro. Fere tanto quanto a palavra. E as palavras são de uma violência que tira o chão. "Que coisa mais feia. Parece um ET". Milene não acreditou no que ouviu. Estava na fila do INSS para solicitar a aposentadoria do filho. Uma senhora, sentada, disparou a frase. Tem sido assim. Por onde ela passa, olhos e dedos apontam o diferente. "Como se ele fosse uma aberração, sabe?" Ela finge que não ouve, que não vê, que não sente. Já sugeriram que ela colocasse um gorro ou uma toca na cabeça de Davi, para escapar dos olhares. Ela se recusou. "Não vou esconder meu filho. Não vou ter vergonha dele. Ele é lindo. É único. Não comparo ele com o filho de ninguém."

Milene Helena dos Santos Ferreira, mãe de Miguel, Rafael e Davi, desempregada, separada, agredida repetidas vezes pelo ex-marido, tem só 22 anos.

Mais na web

Veja vídeo com depoimento de Milene Ferreira no [www.jconline.com.br/cidades](http://www.jconline.com.br/cidades)



JC – 4 de dezembro de 2016

# Vidas marcadas pelo Aedes



Com a chegada do verão, especialistas e autoridades de saúde alertam para o risco de proliferação do *Aedes aegypti*, responsável pelo adoecimento de mais de 56 mil pernambucanos este ano, se forem considerados apenas os casos confirmados de dengue, chikungunha e zika. Enquanto a falta de saneamento básico continua a despontar como o maior inimigo no combate ao mosquito, o caminho é eliminar os possíveis criadouros para impedir a transmissão das arboviroses, que têm desafiado a saúde pública pelas consequências que causam. Neste domingo, o JC apresenta o relato de pessoas que vivenciaram o adoecimento por um mosquito que pode passar despercebido, mas tem o poder de comprometer o bem-estar, prejudicar a produtividade e ameaçar vidas.



FOTOS: GUILA MATOS/JC, WANGZHA

## “Não se deseja chikungunha nem para o inimigo”

Doença que surpreende pelo grau de incapacidade crônica que provoca, a chikungunha se tornou a mais temida das arboviroses por comprometer de forma intensa os pacientes, geralmente marcados por dores nas articulações que parecem não cessar, mesmo passados meses do início da infecção. “Até hoje tenho edema nos pés e dor nas mãos. Faz tempo que não consigo fazer uma caminhada porque sinto incômodo nas pernas, que incham. Até passar pelo shopping é difícil”, diz a técnica em eletroencefalografia Carmem Lúcia da Silva, 43 anos, que adoeceu por chikungunha há um ano, quando ficou quatro dias internada no hospital. Teve alta na véspera do Natal. “A chikungunha é tão forte que superou até a dengue que já tive. E sobre as dores que ainda sinto, escuto os médicos falarem que é preciso esperar o tempo passar”. Carmem conta que não conseguiu voltar a ser a pessoa ativa que era antes da doença. “A minha resistência física não é mais a mesma. Tenho hipertensão e controlava com atividade física, mas já não consigo fazer há algum tempo por causa dos incômodos que ainda sinto”, relata.

## O mosquito em Pernambuco

● **Dengue**  
110.904 casos suspeitos  
30.874 confirmados

● **Zika**  
11.438 casos suspeitos  
202 confirmados

● **Mortes**  
372 mortes notificadas por arboviroses  
145 tiveram resultados laboratoriais positivos

35	74	36
dengue	chikungunha	dengue e chikungunha



● **Microcefalia**  
2.204 casos notificados  
395 foram confirmados  
1.467 descartados  
248 em investigação  
94 mortes registradas

● **Vigilância na gravidez**  
4.346 casos de gestantes notificadas com manchas vermelhas na pele  
459 foram confirmados para dengue,  
1.015 para chikungunha  
60 para zika

ARTES JC  
MAIS NA WEB  
Confira os depoimentos em vídeo no JC Online: [www.jc.com.br/vidoes](http://www.jc.com.br/vidoes)

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde / “Dados das arboviroses e dos gestantes: 31/10 a 30/11/16” / “Dados de microcefalia: 1/1/15 a 30/11/16”



## “Pensei que não iria resistir à dengue”

Por três vezes, a cabeleireira Elizabethete Gonçalves, 36 anos, lutou contra uma doença que, há mais de três décadas, o Brasil não consegue erradicar: a dengue. Ela pode se manifestar por sintomas leves e também por quadros graves com evolução para o óbito. “Em 2013, adoecei duas vezes pelo vírus. Um ano depois, tive uma infecção mais séria. Cheguei a ter um início de dengue hemorrágica. Sentia gosto de sangue na boca”, conta Elizabethete, que não se esquece do mal-estar intenso que perdurou por 15 dias e comprometeu a qualidade de vida e a produtividade. “Fiquei sem trabalhar. Era um misto de moleza, fraqueza, dor atrás dos olhos e febre muito alta. Não conseguia me movimentar.” Por uma semana, ela foi submetida a um controle diário das plaquetas no sangue para melhor acompanhamento da intensidade da doença. “A gente sempre acha que uma coisa dessa nunca vai acontecer com a gente”, diz Elizabethete, ao referir-se à debilidade provocada por um vírus que, embora pareça avançar de forma menos expressiva do que o da chikungunha e o da zika, continua a causar até complicações neurológicas e mortes em todas as faixas etárias.



## “Cheguei a me debulhar em lágrimas”

No primeiro semestre de 2015, aos quatro meses de gestação, a dona de casa Susana Lima, 25 anos, foi surpreendida com manchas vermelhas na pele e febre. Os sintomas eram leves e, por isso, não achou necessário ir ao médico. Jamais pensaria que eram sinais do zika, vírus que tem predileção por atacar o sistema nervoso central. A gestação seguiu tranquila, mas o inusitado veio um dia após o parto. “A pediatra falou da suspeita de microcefalia no meu filho, mas achei estranho porque aparentemente a cabeça tinha um tamanho normal.” O diagnóstico foi confirmado um mês após o nascimento de Wilian Gabriel, hoje com 1 ano. “Demorei uns três meses para eu entender o que acontecia. Mas o amor é imenso e faz a gente correr atrás dos direitos e das terapias para ele”, conta Susana. Assim como outras mães, ela já acumulou ansiedades pelo desafio de dar todos os cuidados a um bebê com a síndrome congênita do zika, que desafia a saúde pública. “Mas tem momentos de alegria. Nunca vou esquecer o dia em que ele deu um sorriso lindo nem o momento em que começou a rolar de um lado para o outro. É assim que fico cada vez mais forte”, relata.

• Exemplos de notícias e reportagens da categoria Impacto Financeiro (D)

JC – 19 de fevereiro de 2016

# O custo trabalhista das epidemias

**REFLEXO DA CRISE** Surtos de dengue, chikungunha e zika prejudicam trabalhadores e empresas. Produção é afetada diretamente

Angela Fernanda Belfort  
abelfort@jc.com.br

O aumento da quantidade de pessoas que contrairam as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, dengue, chikungunha e zika, nos dois primeiros meses deste ano está alterando a rotina das empresas. Algumas tiveram que reduzir a produção devido à ausência de trabalhadores. Instalada no município de Belo Jardim, a fábrica da Baterias Moura, por exemplo, teve 559 afastamentos em decorrência da tripla epidemia entre o primeiro dia do ano e 12 de fevereiro último numa unidade na qual trabalham 2,4 mil funcionários. Somente em janeiro, foram 379 trabalhadores afastados. "O problema atingiu quase 25% dos nossos colaboradores. Janeiro registrou um pico de afastamento com um aumento de 70% no absentismo (falta ao trabalho), comparando com a média mensal de 2015", explica o gerente de gestão de pessoas da Baterias Moura, Robson Galindo.

Geralmente, o pós-Carnaval é uma época de aumento da ocorrência de vírus aumentando as licenças médicas no ambiente de trabalho. No entanto, a situação ficou mais complicada neste início de 2016. Ocorreu um aumento de 119,51% dos casos de dengue em 158 dos 182 municípios do Estado entre 3 de janeiro e 13 de fevereiro comparando com o mesmo período de 2015. Os casos de chikungunha e zika não podem ser comparados porque não foram realizadas notificações nos dois primeiros meses do ano passado, segundo informações da Secretaria estadual de Saúde.

Devido aos afastamentos, a Baterias Moura reduziu um pouco a velocidade da fabricação dos seus produtos, remanejando funcionários de setores diferentes para manter todas as linhas de produção. "Isso resultou numa perda de produtividade, mas é difícil estimar de quanto. Também contratamos mais 10 profissionais para atender a esse absentismo crescente e aumentamos a quantidade de horas dos dois médicos que atuam na empresa", conta Robson, acrescentando que não dispõe de números do impacto econômico que a epidemia provocou à empresa. Ele acrescenta que, em alguns casos, a perda de produtividade continua depois que o funcionário volta ao trabalho porque o trabalhador continua sentindo dores, principalmente nas articulações, um dos sintomas da chikungunha.

De acordo com o professor da Universidade Federal de Pernambuco Carlos Brito, 30% a 50% dos pacientes que têm chikungunha continuam com algum sintoma da doença num período que varia de 10 dias a três meses e alguns "cronificam" esses sintomas por mais de 90 dias. Ele alega que isso pode ser estimado num grupo de 100 mil a 200 mil pessoas na Região Metropolitana do Recife.

"É um problema muito sério e as empresas estão sofrendo", diz o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Ricardo Essinger. "Na minha empresa, teve semana de ter cinco funcionários de licença por causa dessas viroses numa equipe de 35 trabalhadores", afirma. E acrescenta: "Produzimos um pouco menos. Ainda não fechei a folha, mas o gasto será maior, porque os funcionários fizeram hora-extra para compensar o trabalho de quem foi afastado", conclui. A companhia dele fica na cidade de Goiana, na Mata Norte e produz pigmentos para tintas.



Alexandre Gondim/JC Imagem

## S&P vê riscos para empresas

As linhas aéreas brasileiras podem correr grandes riscos devido ao fato de o Brasil ser o País mais afetado até o momento pelo zika, avalia a Standard & Poor's Ratings Services em relatório publicado ontem.

"O turismo internacional relacionado aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro poderia ser afetado de forma mais séria", afirma a agência. "A boa notícia é que os jogos ocorrerão durante o inverno no hemisfério sul, quando os mosquitos estão menos ativos."

Entretanto, ressalta a S&P, qualquer decisão por parte dos atletas participantes (mais provavelmente de jovens mulheres atletas) de desistir das Olimpíadas vai atrair a atenção da imprensa, preocupando ainda mais os visitantes internacionais.

Além desta questão, o analista de crédito da Standard & Poor's Philip Baggaley lembra que as empresas aéreas já enfrentam grandes desafios em razão da recessão econômica e da forte desvalorização da moeda brasileira.

A S&P alterou a perspectiva do rating 'BB' atribuído à Latam Airlines Group (controladora da TAM) de estável para negativa em 25 de novembro, e colocou o rating 'B-' da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, em perspectiva negativa em 6 de fevereiro. "A tendência negativa para ambas as empresas reflete os desafios que estas enfrentam para melhorar seu desempenho operacional diante das difíceis condições econômicas. Entretanto, o baixo rating da Gol indica que, caso não haja melhora operacional, sua estrutura de capital no longo prazo", ressalta a agência.

A S&P atua como uma espécie de Seara global. Seu papel é avaliar a saúde financeira de empresas e governos, traçar projeções e orientar possíveis investidores sobre investimentos naquelas instituições avaliadas.

### VERBA

O Banco Mundial divulgou ontem que vai liberar US\$ 150 milhões para ajudar no combate ao vírus da zika. Segundo a instituição, o valor estará imediatamente disponível para os países afetados.

A ajuda tem como alvo trabalhos de vigilância e controle, cuidado de pessoas em situação de risco como as mulheres grávidas e em idade reprodutiva, e os cuidados pré e pós-natal para as complicações neurológicas, entre outras respostas contra o vírus, de acordo com o comunicado.

Com mais de 1,5 milhões de pacientes no Brasil e 31 mil na Colômbia, a América do Sul é a região mais afetada pelo vírus da zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, que também transmite a dengue, a febre amarela e a chikungunha.



APF

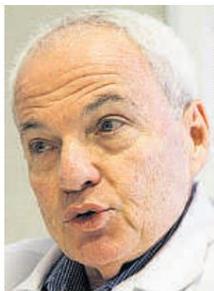
**CRISE NA SAÚDE E NO BOLSO** Mais acima, emergência lotada com trabalhadores doentes. Na outra foto, a fachada da Standard & Poor's, agência de risco que alerta para os prejuízos financeiros causados pelas epidemias

## Redução no faturamento

As consequências da tripla epidemia de dengue, zika e chikungunha estão diminuindo os clientes de alguns serviços, como o Centro de Diagnóstico Boris Berenstein, e aumentando a demanda por outros como o Real Hospital Português. "Não bastou a crise na economia, agora temos uma crise na saúde. Mais de 10% dos nossos pacientes estão faltando aos exames porque estão com essas doenças ou tem alguém da família que está", lamenta o presidente do Boris Berenstein, o médico Boris Berenstein. Sem citar números, ele diz que a desistência dos pacientes deve provocar uma pequena redução do faturamento.

"Também percebemos que houve um ligeiro aumento das grávidas fazendo exames de imagem", diz. Ele acredita que esse incremento é uma consequência da relação entre o vírus da zika e a microcefalia em recém-nascidos.

O centro de diagnóstico possui cinco clínicas e 250 colaboradores. Desde janeiro, em média, um pouco mais de 5% dos funcionários do grupo tem se afastado do trabalho por causa de viroses e arboviroses, as que são transmitidas por mosquitos, como o *Aedes aegypti*. "É uma má gestão na área de



Gugu Moraes/JC Imagem

CRÍTICA Boris: menos clientes

saúde junto com falta de saneamento, de educação e de ter cuidado com o lixo que provocaram essa situação. Latas e garrafas são jogadas no meio da rua", critica Boris. Esses recipientes podem se tornar criadouros do mosquito que transmite a doença.

Não é só na saúde que as doenças impactam os serviços. "Percebemos alguns cancelamentos das reservas de hospedagem, porque algumas pessoas

ficaram com medo dessas doenças", diz um dos sócios da Pousada do Amparo, Kleber Dantas.

Já quem lida diretamente com o atendimento de quem está doente, está tendo que contratar mais pessoas. "Esta semana, aumentamos as poltronas destinadas ao atendimento na recepção que eram 30 e agora são 50. Implantamos mais dois consultórios clínicos e contratamos quatro médicos para atender no horário de pico", diz o coordenador da emergência geral do Real Hospital Português, Petrus Costa Silva.

Segundo ele, somente esta semana houve um aumento de 50% a 60% na emergência do hospital provocado principalmente pelo surto de arboviroses somadas com as viroses que geralmente acometem as pessoas depois do Carnaval. "Todo extra gera um impacto financeiro, mas não dá para quantificar isso agora", explica Petrus. Ele alega que está sendo analisado se há a necessidade de contratar mais profissionais que dão assistência aos pacientes, como por exemplo enfermeiros. No Português, a quantidade de faltas dos funcionários ao trabalho – provocada por doenças – está no mesmo patamar de 2015.

JC – 8 de março de 2016

# O lado lucrativo do Aedes

**CONSUMO** Medo das doenças transmitidas pelo mosquito aquece mercado local de medicamentos, repelentes e telas protetoras

Angela Fernanda Belfort  
abelfort@jc.com.br

O aumento dos casos de dengue, chikungunha e zika está provocando uma onda de consumo de produtos que podem evitar a picada do *Aedes aegypti* – que provoca as doenças – ou combatem os seus sintomas. Nos dois primeiros meses deste ano, foram notificados 25.054 casos de dengue, enquanto durante todo 2015 ocorreram 24.558 notificações. Repelentes, mosquiteiros, analgésicos, telas contra mosquitos e até o tradicional Espiral Sentinela registraram, desde janeiro último, um aumento na sua comercialização maior do que o previsto. “Os analgésicos tiveram um aumento nas vendas 20% a 30%. A procura por repelentes cresce a cada dia e o incremento das vendas ficou em 150%, comparando fevereiro último com o mesmo mês do ano passado”, diz o presidente do Sindicato das Farmácias de Pernambuco, Ozeas Gomes.

“A demanda pelos analgésicos foi menor, porque depende do médico”, explica Ozeas. Já a procura pelos repelentes está tão intensa que as fábricas estão tendo dificuldade de entregar a quantidade que as farmácias estão pedindo. “A gente pede 200 unidades (de repelentes), chegam 150. E por isso que o produto vem faltando em alguns pontos de venda por poucos dias”, conta Ozeas.

O medo do mosquito fez aumentar a demanda de um produto que nem era muito vendido por aqui. É o repelente importado que se tornou um dos mais procurados por oferecer uma proteção de até 10 horas, segundo a farmacêutica Andréa Lins. “A preocupação de não encontrar esse inseto aumentou. O pior é saber que todos contribuímos para que isso. O que resta é ter um pouco mais de educação e não esperar só pelo governo”, lamenta Ozeas, se referindo aos possíveis criadouros do mosquito que podem estar em garrafas e outros objetos encontrados na rua. Na farmácia dele, a venda dos produtos relacionados à tríplice epidemia resultou num aumento de 5% da receita. “As vendas aumentaram muito em volume, mas os produtos não são caros”, acrescenta.

O crescimento das vendas que aconteceu a partir do começo deste ano alterou a rotina do microempresário Humberto Nunes de Aленar, proprietário da loja HMS Telas, que comercializa telas antimosquito, de inox e antiroedores. “O movimento começou a aumentar desde outubro do ano passado, mas em janeiro deste ano registramos um aumento de 400% nos pedidos, comparando com o mesmo mês de 2015”, argumenta. No começo de 2016, ele alugou uma casa para ter um escritório e um lugar maior de montagem das telas, além de contratar mais dois funcionários. Até o ano passado, somente ele e o filho trabalhavam no empreendimento.

Antes da demanda aumentar, ele entregava uma tela em 48 horas. “Atualmente, são de 12 a 15 dias para conseguir instalar uma tela”, afirma. O produto é importado do México. Sem revelar números, Humberto diz que a receita do empreendimento teve um “aumento considerável”. Atualmente, vende cerca de 200 telas antimosquito por mês, quando antes da epidemia eram 20.



Fernando da Hora/JC Imagem



Fernando da Hora/JC Imagem



Bobby Falcão/JC Imagem

**DEMANDA** Produtos vendem mais porque atendem às necessidades da população amedrontada pelos sintomas da zika, dengue e chikungunha, como atestam Humberto, Andrea e Flávio (de cima para baixo)

## Espirais Sentinela crescem 63%

As tradicionais Espirais Sentinela registraram um aumento de vendas de 63%, comparando janeiro de 2015 com janeiro deste ano, quando foram produzidas 264.404 unidades. “Foi o primeiro produto que saiu da fábrica do Grupo Raymundo da Fonte há 70 anos. Ao longo das últimas décadas, houve uma redução da procura por causa do aumento do saneamento, fumacê, entre outros. Mas o que ninguém imaginaria era que um único mosquito (o *Aedes aegypti*) passaria a transmitir três doenças e uma delas, a zika, a qual está relacionada com a microcefalia em bebês. É alarmante”, comenta o consultor do grupo pernambucano, Romero Longman. A microcefalia provoca problemas neurológicos em crianças.

“Não há perigo do produto faltar. Podemos produzir até cinco vezes mais, se houver necessidade. É um dos repelentes menos nocivos, porque ele afugenta o mosquito, que sai do ambiente, se for aberto, ou vai para o teto, caso o local seja fechado”, conta Longman. O principal mercado dos Espirais Sentinela continua sendo o Estado do Rio de Janeiro. “O aumento da quantidade de prédio, ar-condicionado e ventilador também contribuiu para diminuir a demanda”, afirma. Com a retração nas vendas por causa dos motivos citados, os espirais foram diminuindo o percentual de participação no faturamento do grupo. Hoje, representam 0,5% da receita gerada pelas fábricas do Grupo Raymundo da Fonte, dono de marcas como a água sanitária Brillux e o Vinagre Minhoto. “A tendência é de aumento nas vendas dos espirais”, diz o gerente comercial do grupo, Flávio Ferreira.

## SANEAMENTO

Enquanto a venda de produtos para evitar a picada do mosquito aumenta, a crise pela qual passa o País faz diminuir os investimentos em saneamento. De autoria do Ministério das Cidades, o Plano Nacional de Saneamento previa a universalização do saneamento em 2033 no Brasil e esse prazo foi empurrado para 2050.

Os governos (federal, municipais e estadual via Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa) deveriam ter investido R\$ 140 milhões dentro da Parceria Público-Privada (PPP) Cidade Saneada que estabelece, até 2025, uma cobertura de 90% de saneamento com 100% de tratamento do esgoto coletado em 14 municípios da Região Metropolitana do Recife mais Goiana, na Mata Norte. Com a crise, o investimento das três esferas do governo ficou em R\$ 70 milhões, metade do previsto. “Na Cidade Saneada, o empreendedor privado faz a obra e o parceiro público fazer a parte dele. Estamos contactando o governo federal para regularizar os repasses”, diz o diretor de Novos Negócios da Compesa, Ricardo Barreto. Ele afirma que ainda é cedo para dizer se a PPP vai cumprir o prazo. Um dos fatores que faz aumentar a quantidade de mosquitos é a falta de saneamento. Atualmente, há uma polêmica porque alguns estudiosos acreditam que houve uma mutação do *Aedes aegypti* que passou a se reproduzir em água suja.

## A tríplice epidemia em Pernambuco

Editoria de Artes/JC

### Dengue

**25.054** casos notificados de dengue em 174 municípios entre os dias 03/01/2016 a 27/02/2016

**155,50%** foi o aumento do número de notificações em relação ao mesmo período de 2015

### Chikungunha

**6.076** casos notificados em 137 municípios entre 03/01/2016 a 27/02/2016

**2.605** casos foram notificados a partir de setembro de 2015. Por isso, não é possível comparar com o período acima

### Zika

**3.746** casos notificados entre 03/01/2016 e 27/02/2016

**1.386** casos foram notificados entre o dia 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2015. A notificação passou a ser obrigatória desde 10 de dezembro último

Fonte: Boletim da Secretaria estadual de Saúde divulgado no dia 7 de março



• Exemplos de notícias e reportagens da categoria Memória (E)

JC – 15 de maio de 2016

DENGUE Primeiros casos da doença no Brasil foram registrados no Rio, em 1986, e traziam as mesmas incertezas hoje apresentadas pelo zika

### CRONOLOGIA DO Aedes Aegypti

**1956** - Primeira metade do século 20 - Campanha de combate à febre amarela urbana, transmitida pelo mosquito

**1967** - Brasil livre do Aedes aegypti

**1969/1970** - Aedes novamente controlado

**1976 a 1979** - Reinfestação do Rio de Janeiro e de Natal

**1981** - Novamente controlado

**1981/1982** - Vírus da dengue entra no Brasil por Roraima. Foi a primeira ocorrência do vírus no País documentada

**1986** - Primeira epidemia de dengue no Rio de Janeiro

**1986** - Encontradas larvas do mosquito em pneus numa barracagem em Palmares, Zona da Mata Sul de Pernambuco

**1987** - Primeira epidemia de dengue, em Pernambuco. **2.118** casos suspeitos da doença investigados, **1.642** deles foram confirmados

# Uma luta de 30 anos

**VÍTIMAS** O médico Carlos Brito, a esposa e uma das três filhas foram acometidos pela dengue

**1988 a 1994** - Pernambuco sem casos autóctones da doença

**1995** - Nova epidemia no Estado. **9.982** casos suspeitos, **6.789** foram confirmados

**1996** - Dengue hemorrágica aparece em Pernambuco

**1997** - No Estado, registrados primeiros casos de dengue com complicações neurológicas

**2002** - Entrada do sorotipo 3 (DENV-3) em Pernambuco fez epidemia explosiva. **116.245** casos suspeitos da doença investigados

**2004** - Ano de baixa transmissão viral em Pernambuco, com **6.337** casos suspeitos

**2005** - Volta a aumentar a ocorrência de infecção por dengue, com aumento de **105%** no número de casos notificados (**12.990**) em relação a 2004

**2006** - Aumento de **43%** em comparação com 2005. Foram **18.595** casos suspeitos

**2009** - Queda de notificações. Foram **8.317** casos suspeitos

**2010** - Curva de casos volta a subir em Pernambuco, com **59.366** notificações

**2011** - Entrada do sorotipo 4 (DENV-4) em Pernambuco. Foram **41.293** casos suspeitos

**2013 e 2014** - Redução no número de casos. Foram **17.840** casos suspeitos em 2013; **20.247** em 2014

**2015** - Em abril, confirmada transmissão autóctone do zika no País. Em junho, Pernambuco confirma os primeiros quatro casos de zika

Até 7 de maio, já foram notificados **104.713** casos suspeitos de arboviroses (dengue, chikungunya e zika). Zika já é reconhecida como causa do avanço dos casos de microcefalia

Em outubro, aumentam casos de microcefalia. Zika já era uma hipótese para a explosão dos casos

Ano termina com **168.934** casos de dengue (**67.061** confirmados). Estima-se que cerca de **80%** desses casos tenham sido de zika, e não de dengue

Em agosto, Pernambuco confirma circulação do vírus chikungunya. Foram **2.605** casos suspeitos

Foto: Instituto Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde; Secretaria Estadual de Saúde; Vinte anos de vigilância da dengue no Estado de Pernambuco, de Marli Tenório (Editoria Universitária da UFPE, 2008)

**CINTHYA LEITE**  
cileite@ccn.br

A reitor de uma fábrica no bairro da Estância, Zona Oeste do Recife, um maturo de casa ao *Aedes aegypti* encontrou mais de 100 focos do mosquito. Esse cenário poderia muito bem ter sido registrado nesta época de triplice epidemia (dengue, chikungunya e zika), mas aconteceu em 1987, quando recifenses assistiram à primeira epidemia de dengue. Um ano antes, o surto da doença já havia assustado o Rio de Janeiro. Essa história é contada pela virologista Marli Tenório, pesquisadora do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, unidade da Fiocruz em Pernambuco. Foi ela quem fez o isolamento viral dos primeiros casos de dengue no Estado.

Passadas três décadas, a missão se repete: Marli isola zika em bebês nascidos com microcefalia, em 2015, em Pernambuco (em 97% deles se encontrou o vírus). O registro foi publicado na revista *The Lancet* em abril, quando se completou um ano da confirmação da transmissão interna do zika no Brasil. "Como acontece hoje com o zika, as incertezas também existiam quando a dengue surgiu. Com zika, o desafio foi terrível porque, como imagináramos que um vírus que não tinha nas Américas, apareceria aqui de repente? É tudo inusitado", relata Marli, que destaca a agilidade da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) para fazer o combate ao mosquito em 1987, logo após a ditadura militar.

"A Sucam fazia bloqueios em Palmares (Zona da Mata Sul), município situado no limite com Alagoas, que teve casos de dengue antes de Pernambuco. No porta-malas dos carros, era colocado inseticida antes de se entrar em território pernambucano", lembra Marli. Segundo ela, o controle foi essencial para fazer com que o período de 1988 a 1994 fosse marcado pela ausência de registros de dengue no Estado. Em 1995, contudo, desponta a segunda

epidemia em Pernambuco e, no ano seguinte, surgem os primeiros casos de dengue hemorrágica. Em 1997, a doença faz complicações neurológicas, as mesmas relatadas atualmente após quadros de chikungunya e zika, como meningoencefalite e síndrome de Guillain-Barré. Mas foi em 2002 que o Estado passou por uma epidemia explosiva, com a entrada de mais um vilão: o sorotipo 3 da dengue, responsável pela notificação de 116 mil casos. Foi o sorotipo 3 da dengue que surpreendeu o médico Carlos Brito durante produção da sua tese de doutorado em 2007. Naquele ano, ele também precisou cuidar do seu próprio adocentimento: a dengue que se complicou. "A forma grave, se bem tratada, proporciona risco pequeno de morte. Por outro lado, em 4% dos casos, há evolução para o óbito, mesmo quando fazemos tudo o que podemos. Então, fiquei angustiado", relembra Brito.

Na mesma época em que ele teve dengue, sua filha Luiza, hoje com 15 anos, também adoeceu pelo vírus. "As arboviroses são democráticas", diz o médico, cuja esposa, a pediatra Rita Moraes, também foi acometida pela dengue, mas uma década antes, em 1997, quando estava grávida da filha do meio, Marina, 18. "Rita não teve complicações", conta o médico. "A doença mostrou que sempre que um vírus transmitido por mosquito entrar no Brasil, haverá acometimento de maneira uniforme em todo o território. Em um ano, o zika já está em todas as unidades federativas. Com mais três anos, teremos para chikungunya e zika, o cenário semelhante à dengue, com toda a extensão do País atingida igualmente pelos novos vírus", alerta Brito.

**Mais na web**  
Confira entrevistas e infográficos: [www.jconline.com.br/cidades](http://www.jconline.com.br/cidades) e [www.casasaudavel.com.br](http://www.casasaudavel.com.br)

**PESQUISAS** Além da dengue, o *Aedes aegypti* é vetor de zika e chikungunya

**OS DESAFIOS** continuarão. Se chikungunya e zika chegarem aqui, o que impede de o vírus do Oeste do Nilo, que causa epidemia nos Estados Unidos, circular por aqui?", questiona a virologista Marli Tenório

**TIVE DENGUE** na década de 1990 e me recuperei facilmente. Tive chikungunya em outubro e foi bem mais forte. Ainda sinto dores nas articulações de pés e mãos", conta a terapeuta ocupacional Simone Guimarães, 40 anos

Foto: Instituto Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde; Secretaria Estadual de Saúde; Vinte anos de vigilância da dengue no Estado de Pernambuco, de Marli Tenório (Editoria Universitária da UFPE, 2008)

JC – 1º de fevereiro de 2016

# Zika, uma floresta em Uganda

AFP

**U**GANDA – A floresta de Zika, em Uganda, era uma pequena reserva natural que apenas os ornitólogos e demais cientistas conheciam, mas acabou ganhando notoriedade desde que o vírus que leva seu nome chegou ao continente americano, onde está causando estragos.

O vírus, transmitido por um mosquito que pode ser o causador de graves malformações congênitas, se propaga de maneira explosiva nas Américas, conforme informou esta semana a Organização Mundial da Saúde

(OMS), alertando que poderá infectar entre três e quatro milhões de pessoas este ano.

Em Uganda, o alarme causado por esta advertência não teve um impacto tão grande.

“Mas há pessoas que vivem perto da floresta e, como ouviram falar do vírus, começaram a ficar preocupadas”, explica Gérald Musika, um ex-guarda florestal.

O próprio Musika só ouviu falar do zika pela primeira vez há duas semanas, apesar de conhecer cada centímetro da floresta onde o vírus foi identificado em 1947.

Ruth Mirembé, ou moradora da região, ficou sabendo

da doença através do Facebook, e assegura não estar preocupada.

A maioria dos infectados da zona só apresentaram até o momento sintomas leves, como erupções cutâneas, febre e, em alguns casos, olhos avermelhados. Por isso, as autoridades sanitárias mundiais apenas registraram esses casos, até que o surgimento de uma epidemia em 2007 na ilha indonésia de Yap chamou sua atenção.

Desde sua chegada ao Brasil, em 2015, o zika foi relacionado com milhares de casos de crianças nascidas com microcefalia, uma má formação incurável e geralmente fatal.



Isaac Kasaman/AFP

**DISSEMINAÇÃO** Três a quatro milhões de infectados